



PRÁTICAS INOVADORAS PARA A AUTONOMIA DAS MULHERES DO CAMPO

Lições do Brasil e Uruguai

O Centro de Conhecimento e de Cooperação Sul-Sul e Triangular do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), localizado em Brasília, em conjunto com instituições parceiras, conduz estudos sobre questões de desenvolvimento rural relevantes para o contexto da América Latina e Caribe, com atenção especial aos pobres e vulneráveis vivendo em áreas rurais. Como uma organização global, com um mandato único para promover o desenvolvimento de pequenos produtores rurais, o FIDA busca estimular o compartilhamento de conhecimento, inovação e o compromisso de investir na população rural.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente as do FIDA. As denominações utilizadas nesta publicação e a maneira como os dados nela contidos são apresentados não implicam, por parte do FIDA, qualquer julgamento sobre o status legal de países, territórios, cidades ou áreas, ou suas autoridades, nem quanto à delimitação de suas fronteiras ou áreas. Os nomes “países desenvolvidos” e “países em desenvolvimento”, quando utilizados, são escolhas convenientes do ponto de vista estatístico, sem necessariamente representar qualquer julgamento sobre o estágio alcançado no processo de desenvolvimento de uma determinada região ou país.



Centro de Conhecimento
Cooperação Sul-Sul e Triangular
América Latina e Caribe

**Práticas inovadoras para a autonomia
das mulheres do campo**

Lições do Brasil e Uruguai

Autora: Rodica Weitzman¹

Design gráfico: Ane Louise Gaudert

Apoio administrativo: Rachel de Andrade Silva

© FIDA 2021

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-92-9266-134-2

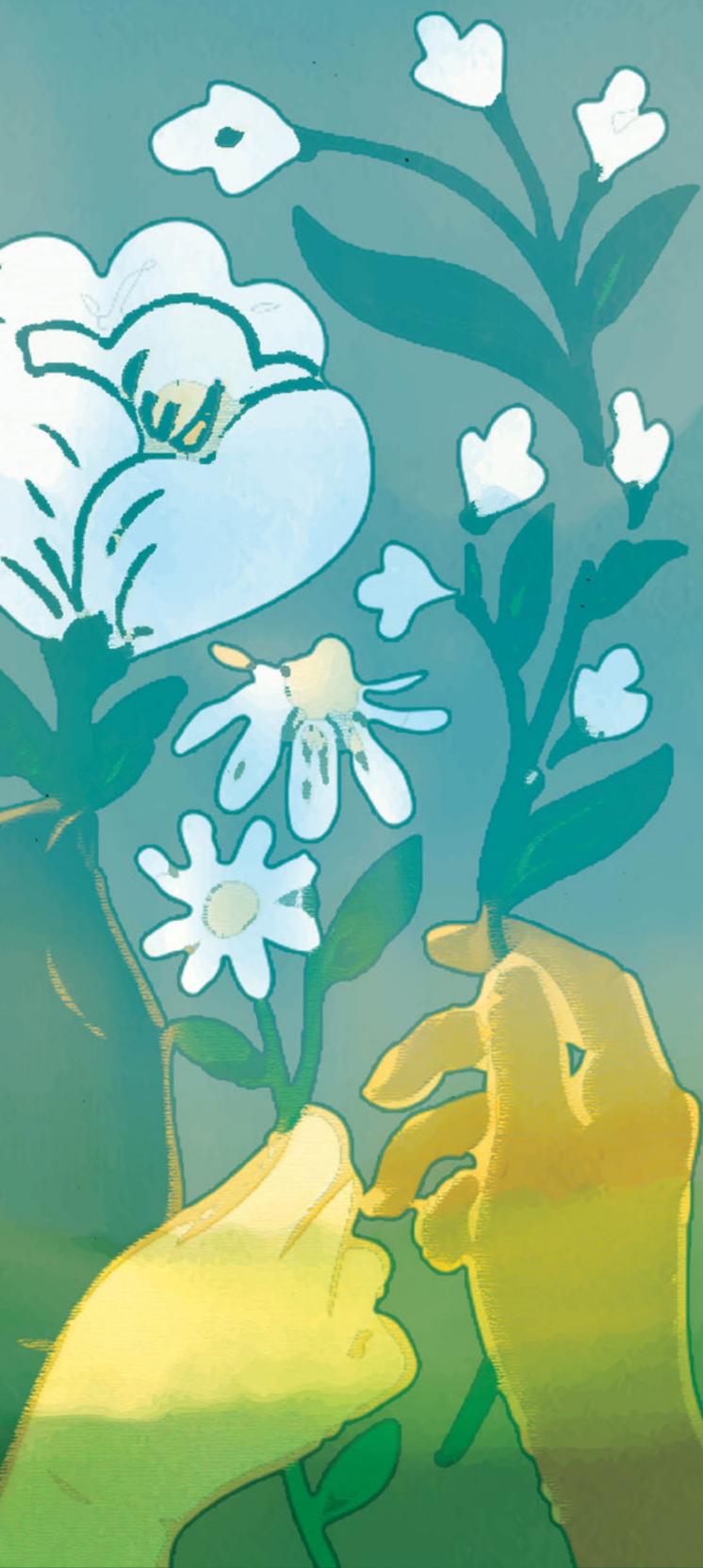
Contato: LAC_Knowledge@ifad.org

¹ Rodica Weitzman é doutora em Antropologia Social (PPGAS-MN/UFRJ Rio de Janeiro, RJ/BRASIL), com pós-doutorado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/ UFRJ (RJ/BRASIL), dentro da linha de pesquisa associada a “Memória e Conflitos Socioambientais”. Desde 1996, tem atuado como assessora e consultora para organizações sociais na construção de programas e projetos sociais e ambientais, no Brasil e em outros países da América Latina. Ao longo dos últimos 12 anos, tem trabalhado mais amplamente com organizações internacionais, como FAO, PNUD, FIDA e PNUD, com os seguintes temas: agricultura familiar e sustentável; segurança alimentar; conflitos ambientais; mudanças climáticas e estudos de gênero/feministas.



ÍNDICE

AGRADECIMENTOS:	6
PREFÁCIO	9
CONTEXTO REGIONAL E POLÍTICAS DE GÊNERO DO FIDA	10
CAPÍTULO 1: Metodologia para Cirandas e Cirandeiras do Bioma Semiárido da Bahia, Brasil	14
CAPÍTULO 2: Mulheres organizadas para fortalecer práticas agroecológicas em quintais produtivos no estado do Piauí, Brasil	22
CAPÍTULO 3: A associação de líderes CASACO: organizações comunitárias e de agricultores/as na Paraíba, Brasil	30
CAPÍTULO 4: A liderança das mulheres na comunidade afrodescendente “Mearim” no Ceará, Brasil	38
CAPÍTULO 5: A experiência da Sra. Tiana: um modelo de reuso de “águas cinzas” e agroecologia na Comunidade “Olho d’Água Velho” no Ceará, Brasil	46
CAPÍTULO 6: Grupo feminino da comunidade afrodescendente “Jardim” no Ceará, Brasil	50
CAPÍTULO 7: Associação das Bordadeiras da comunidade Nova Brasília em Tobias Barreto, Sergipe, Brasil	56
CAPÍTULO 8: Grupo “Mulheres Unidas de San Antônio” (MUSA) no Uruguai	62
BIBLIOGRAFIA	72



Suporte ao trabalho de campo, entrevistas e obtenção de documentos:

- Projeto Viva o Semiárido (Estado do Piauí): Sarah Luiza Moreira (especialista em gênero, raça e etnia) e Francisco das Chagas Ribeiro Filho (coordenador geral)
- Projeto Pró-Semiárido (Estado da Bahia): Elizabeth Siqueira (Especialista em gênero, raça e etnia); Augusto Cesar De Oliveira Maynard (Coordenador Geral)
- Projeto Paulo Freire (Estado do Ceará): Francisca Sena (Especialista em Questões de Gênero); Maria Odalea de Sousa Severo (Coordenadora do Componente Social e Humano); Maria Iris Tavares Farias (Coordenadora Geral)
- Projeto Dom Távora (Estado do Sergipe): Amarize Soares Calvacante (consultor de Gestão Social); Daniela Bento Alexandre (Assistente de Formação Técnica); Gismário Nobre (Coordenador Geral); Messias Freire (Coordenador do Componente Social e Humano)
- Projeto Dom Helder Câmara II (Brasil): Gleice Marcelino da Silva (Coordenador Assistente); Josilene Maria Dos Santos Magalhaes (Coordenadora Geral).
- Projeto PROCASE (Estado da Paraíba): Maria do Carmo Soares D'Oliveira (Especialista em Questões de Gênero); Maria Aparecida Oliveira de Miranda Henriques (Coordenadora do Componente Social e Humano); Aristeu Chaves Sousa (Coordenador Geral).
- PPIR e MIDES (Uruguai): Mary Cazaux, Gloria (Lola) Otton, Sandra Fabra e María Caraballo

Fotos: Arquivo do projeto Pró-Semiárido, Arquivo do CASACO, arquivo da MUSA, Arquivo do Instituto Antônio Conselheiro, arquivo IRPAA, arquivo ARESOL, Manuela Cavadas, Josefa Galvão, Gracilene Macedo, Larissa Rodrigues, Valdênio Holanda, João Caetano, Maria Clara Oliveira, Ítalo Capistrano, Ednilson Barbosa Santos

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos especialmente a todas as mulheres que participam e lideram numerosas práticas transformadoras em suas ricas e diversas comunidades e territórios rurais no Brasil e Uruguai. Além disso, estendemos nossos agradecimentos a todos os técnicos e técnicas e coordenadores e coordenadoras dos projetos que permitiram fácil acesso a documentos-chave que foram cruciais para a análise das experiências apresentadas nesta publicação.

Projeto	Grupo ou coletivo	Prática e/ou metodologia inovadoras	Número de participantes
Projeto Pró-Semiárido (PSA) – Bahia, Brasil	Grupo de trabalhadores/facilitadores de cuidado infantil	Construção de uma metodologia para "círculos de cuidado infantil" com um forte foco de gênero transformador	598 membros de comunidades locais, sendo 528 mulheres
Projeto Viva o Semiárido (PVSA) - Piauí, Brasil	Associação de moradores e pequenos produtores (AMPEPI) - Movimento Popular de Agricultores (MPA)	O papel das mulheres na produção agroecológica em quintais produtivos, com uma gama ampla de inovações tecnológicas, tais como a reutilização de "água cinza"	93 mulheres
Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE) - Paraíba, Brasil	Coletivo Asa Cariri Oriental – CASACO	O CASACO centra o seu trabalho nas seguintes linhas de ação: (i) captura e armazenamento de água da chuva; (ii) armazenamento de sementes nativas (denominadas "sementes da paixão"); (iii) comercialização de produtos através da Tenda Agroecológica do Cariri; (iv) serviço alimentar prestado pela cozinha "Olaria"	15 mulheres
Projeto Dom Helder Camara (PDHC II) – Brasil	Associação Afrodescendente da Comunidade Mearim	A capacidade de responder aos interesses e exigências específicos dos grupos sociais que são deixados à margem de projetos e programas (mulheres, jovens e comunidades afrodescendentes). Empoderamento das mulheres rurais e fortalecimento da sua organização, especialmente através da adoção das cadernetas agroecológicas	17 famílias 10 mulheres
Projeto Paulo Freire - Ceará, Brasil	Maria Celeste Pereira da Silva (Sra. Tiana) Olho d'Água Velho, município de Ipu, Ceará	Integração de várias estratégias – práticas agroecológicas, tecnologias para uso e armazenamento de água e práticas inovadoras de comercialização.	Uma líder que influencia e inspira cinco outras mulheres no mesmo território
Projeto Paulo Freire - Ceará, Brasil	Grupo feminino da comunidade afrodescendente Jardim no município de Quiterianópolis território de Inhamuns, Ceará	O papel fundamental das mulheres num projeto produtivo centrado em duas atividades: avicultura e mel; afirmação da identidade étnica como componente crucial para reforçar a organização social, incluindo os esforços de auto-organização das mulheres	7 mulheres de 40 famílias envolvidas nos planos de investimentos
Projeto Dom Tavora-Sergipe, Brasil	Associação das Bordadeiras, comunidade de Nova Brasília em Tobias Barreto	Participação das mulheres em atividades não agrícolas (artesanato), compartilhamento de conhecimentos culturais e tradições entre gerações e comunicação social (plataformas digitais) para comercialização.	64 mulheres artesãs
Projeto Piloto para Inclusão Rural (PPIR) – Uruguai	Mulheres unidas de San Antônio (MUSA), Canelones, Uruguai	Esta iniciativa mostra mulheres liderando um projeto de reforma agrária local com integração familiar e mecanização dos processos de produção. Os seguintes aspectos são dignos de nota: (i) capacidade de um grupo de base de mulheres de obter acesso à terra por meio de negociações; (ii) colaboração de membros da família (maridos e jovens) nos processos produtivos e na construção de novas formas de propriedade coletiva de gestão; (iii) utilização de equipamentos agrícolas, como tratores, para capacitar mulheres líderes; (iv) construção de espaços de diálogo diretamente com autoridades governamentais.	14 mulheres e suas famílias



PREFÁCIO

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) é a única agência da ONU com um mandato específico para erradicar a pobreza nas áreas rurais. Hoje, seus projetos abrangem mais de 100 países e chegam a quase 500 milhões de agricultores familiares em todo o mundo. Embora as mulheres sejam importantes contribuintes para a agricultura e economias rurais, normalmente têm menos acesso a recursos e serviços, incluindo terras, finanças, formação, insumos e equipamentos. Além de seu trabalho agrícola, elas são geralmente sobrecarregadas com tarefas domésticas e de cuidado. No entanto, têm um enorme potencial para inovação, sustentabilidade e liderança no desenvolvimento familiar.

Mulheres estão entre as mais afetadas pela pandemia do COVID-19, o que lhes trouxe desafios domésticos adicionais e até as impediu de realizar todo o seu potencial de produção e crescimento de renda. Ainda assim, elas têm liderado a recuperação das suas comunidades através de respostas inovadoras. Estamos orgulhosos de ver que algumas dessas respostas foram apoiadas por investimentos financiados pelo FIDA.

Esta publicação mostra algumas boas práticas de desenvolvimento rural lideradas por mulheres rurais no Brasil e no Uruguai, que levaram a resultados transformadores e duradouros, inclusive fortalecendo as políticas públicas locais e o crescimento econômico. Aplicando recursos em métodos de produção agroecológicos e inclusivos, e assistidas por projetos apoiados pelo FIDA, essas mulheres se tornaram modelos em suas comunidades e para além delas. Mulheres empoderadas são capazes de participar mais ativamente em suas comunidades e incentivar políticas locais inclusivas que impulsionam ainda mais o desenvolvimento rural.

O FIDA está empenhado em continuar a promover a capacitação e inclusão de gênero em todo o seu portfólio. Estas melhores práticas em projetos liderados por mulheres na América Latina não só contribuem para níveis mais elevados de nutrição infantil e ganhos familiares, como também para o bem-estar das famílias, uma vez que as mulheres são mais propensas a gastar seus rendimentos em alimentos e educação do que os homens. Num momento em que vemos efeitos regressivos na igualdade entre homens e mulheres, é fundamental continuar a investir em projetos sensíveis ao gênero. O que é bom para a igualdade entre homens e mulheres é bom para a sociedade e para a economia.

Boa leitura!

Rossana Polastri,

Diretora Regional, Divisão América Latina e Caribe (ALC)

Junho de 2021

CONTEXTO REGIONAL E POLÍTICAS DE GÊNERO DO FIDA



I. Contexto de desigualdade: a transformação rural e as mulheres rurais na América Latina e no Caribe (ALC)

A região da América Latina e Caribe (ALC) está passando por um processo acelerado de transformação rural. Um dos desafios é fazer com que essa transformação seja inclusiva, mesmo diante da crescente desigualdade social e territorial. Dentro de áreas rurais isoladas, há uma alta prevalência de agricultura familiar e de grupos sociais com altos níveis de marginalização e pobreza, como mulheres, jovens e populações indígenas. Apesar dos avanços nas décadas anteriores, há um aumento na insegurança alimentar e nutricional, e as consequências das mudanças climáticas estão afetando significativamente vários países da ALC. Mais uma vez, zonas e populações rurais acabam sendo as mais e vulneráveis a estas ameaças.

Embora os níveis de pobreza e pobreza extrema tenham diminuído na região nas últimas décadas, as diferenças entre zonas rurais e urbanas continuam a existir. De fato, a medição das diferenças de índice de desigualdade entre pobreza urbana e rural alcançou entre 22,4 e 21,8 (FAO, 2018). Desigualdade territorial é claramente expressa nas áreas rurais pobres, cujos territórios tendem a ter características um pouco semelhantes; por exemplo, são menores ou menos densas em população, tendo uma maior proporção de populações indígenas ou afrodescendentes, com uma maior porcentagem de jovens com menos de 15 anos de idade (RIMISP, 2018). Diante do impacto da pandemia do COVID-19, a queda da produtividade ou do rendimento intensificou a pobreza e, para aqueles que já estão presos em armadilhas de pobreza, os impactos na produção, no fornecimento de alimentos e no rendimento podem empurrá-los ainda mais para o círculo vicioso dessas armadilhas (FIDA, 2020).

As mulheres constituem metade da população rural da ALC aproximadamente 58 milhões e cerca de 20% delas são indígenas (FAO, 2017; Pinilla, 2019). Além disso, elas representam 20% da força de trabalho agrícola e aumentaram significativamente (47% (FAO, 2017)) o seu papel e importância como População Economicamente Ativa (PEA) nas zonas rurais. No entanto, sua qualidade de

emprego e seus níveis de empregabilidade são inferiores aos dos homens. Mulheres também têm dificuldades em acessar aos ativos produtivos (especialmente terra) e em serem plenamente reconhecidas como agricultoras. Assim, mulheres rurais enfrentam uma série de lacunas e limitações: taxas de incidência de pobreza e pobreza extrema mais elevadas, rendimentos mais baixos, taxas de analfabetismo mais elevadas e cargas de trabalho doméstico não remuneradas².

No caso das mulheres jovens, as elevadas taxas de gravidez na adolescência e maternidade precoce, juntamente com a carga de trabalho familiar não remunerada – no espaço de produção (exploração agrícola, terras pequenas para produção agrícola), cuidados domésticos e familiares – limitam as suas trajetórias educacionais e de trabalho. Mulheres indígenas e afrodescendentes em muitos casos não possuem um documento de identificação, e por isso não podem ter acesso a serviços sociais básicos. Ainda, a formação social patrilinear entre a maioria dos povos indígenas na ALC é um fator que contribui para as condições desfavoráveis para a equidade de gênero e empoderamento das mulheres.

Em geral, isso leva a um acesso limitado a serviços de saúde e serviços básicos para as famílias (água, saneamento, eletricidade), serviços digitais de comunicação (internet), refletido em taxas de fertilidade mais elevadas, gravidez na adolescência e discriminação em espaços de participação devido ao peso de normas culturais tradicionais.

Todos estes fatores contribuem para a persistência dos estereótipos sexistas nas zonas rurais, nas organizações e nas comunidades. Isso impede o empoderamento das mulheres e a sua plena participação em decisões que afetam direitos fundamentais. A superação destas situações adversas exige o reconhecimento dos desafios específicos de cada contexto e do potencial das mulheres rurais para se integrarem melhor na estrutura produtiva. Exige também a inclusão das mulheres nos mecanismos de tomada de decisão, para que elas se capacitem, melhorem a sua qualidade de vida e contribuam plenamente para os processos de desenvolvimento sustentável.

A agricultura familiar mantém uma importância significativa na economia rural, contribuindo para a criação de emprego

² Em 2014, por cada 100 homens que viviam em lares pobres, haviam 118 mulheres na mesma situação. É evidente que a pobreza rural feminina (de acordo com o índice de pobreza feminina) se aprofundou nos últimos anos, passando de 107,5 para 114,7 entre 2002 e 2014 (FAO, 2013).

e produção de alimentos, e desenvolvendo capacidades significativas de adaptação às alterações climáticas, globalização do mercado e transformação rural. No entanto, a transformação do ambiente rural na América Latina e Caribe tem um carácter duplo. Por um lado, existe uma atividade agrícola muito moderna e orientada para empresas e, por outro, explorações familiares de subsistência estão vendendo os seus excedentes. A lacuna entre a agricultura de grande escala para exportação, com tecnologia avançada e capital, e a agricultura camponesa, muito mais importante em termos numéricos, mas com pouco acesso a recursos, financiamento, bens e serviços, está aumentando todos os dias. A integração da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres rurais no quadro da Década da Agricultura Familiar da Organização das Nações Unidas (2019-2028) e a contribuição do FIDA neste quadro é ainda mais relevante.

Os fatos indicam a necessidade de compreender as transformações das áreas rurais que ocorreram desde os anos 1990 na região, que incluem, entre outros elementos, o aparecimento de trabalho não agrícola como uma importante fonte de subsistência para as famílias rurais. Existe uma forte separação entre o local de residência e o local de trabalho um deles não-rural, bem como o aparecimento de cadeias produtivas que atravessam áreas rurais e urbanas dentro do país e internacionalmente. Além disso, há outros indicadores, como a feminização do campo, sua demografia com envelhecimento da população e abandono do cenário rural, produto da emigração, uma vez que a população é atraída para viver em áreas urbanas.

Um compromisso que visa Não Deixar Ninguém para Trás (NDNT) deve necessariamente levar em conta as transformações e características locais, bem como enfatizar os segmentos da população rural mais vulneráveis: mulheres, jovens e povos indígenas. É preciso fazê-lo de uma perspectiva que não os considere exclusivamente como beneficiários das políticas, mas sim elevá-los à categoria de parceiros no terreno e agentes de mudança.

II. Políticas e estratégias do FIDA para efetivar a transformação de gênero

Com base na sua Política de Gênero e no Plano de Ação de Gênero para 2019-2025, o principal objetivo do FIDA é abordar as causas profundas que geram e reproduzem desigualdades econômicas, sociais, políticas e ambientais. A região da ALC tem feito esforços especiais para fortalecer a incorporação da abordagem transformadora de gênero em todas as intervenções, criando oportunidades para indivíduos e grupos desafiar e mudar as normas de gênero, promovendo posições de influência social. A política para preencher lacunas de desigualdade entre mulheres, jovens e homens e os princípios do NDNT contribuem com a Agenda de 2030: SDG 1 “Erradicação da pobreza”, ODS 2 “Fome Zero” e ODS 5 “Igualdade de gênero”.

A atual crise da pandemia global de COVID-19 afetou toda a humanidade. Na ALC, ela representa uma grande ameaça para o grupo-alvo dos projetos e programas financiados (empréstimos ou doações) pelo Fundo, particularmente no caso das populações socialmente excluídas, como as mulheres, os jovens e os povos indígenas, já que há menos recursos para satisfazer adequadamente suas necessidades alimentares, para comprarem insumos para a produção e para acessarem os mercados de acordo com as medidas de confinamento que afetam sua mobilidade.

Diante da pandemia, as mulheres assumiram maior responsabilidade pelos cuidados de saúde de seus filhos e familiares, enfrentando maiores dificuldades do que os homens em articular seu papel produtivo, reprodutivo e comunitário. Além disso, considerando que se já se tratava de uma das mais flagrantes violações dos direitos humanos, a violência doméstica atingiu níveis ainda mais altos. Medidas de quarentena e isolamento aumentaram os riscos para mulheres. Na América Latina, em média 1 em cada 3 mulheres já sofreu violência física ou sexual em uma relação íntima.

Nas famílias onde a segurança alimentar é precária, mulheres são mais vulneráveis à subnutrição, uma vez que necessitam de uma maior ingestão de vitaminas e minerais em proporção à ingestão total de energia alimentar dos homens. Isso tornariam mulheres e pessoas mais velhas mais vulneráveis à escassez de alimentos que poderia surgir devido à propagação do COVID-19, com um impacto negativo sobre o seu estado nutricional e saúde geral.

No atual ciclo de cooperação, o FIDA está empenhado em atingir os seguintes objetivos: i) 25% de todos os projetos aprovados durante o FIDA 11 orientam suas ações para transformação de dinâmicas do poder baseadas em gênero, abordando barreiras estruturais que geram e reproduzem desigualdades de gênero no mundo rural; ii) 90% dos projetos que terminam durante o FIDA 11 devem progredir na integração da perspectiva do gênero e iii) 60% dos projetos que terminarão durante o FIDA 11 devem ter completa integração de gênero e/ou ser transformadores de gênero.

Assim, o FIDA 11 se baseia sobre uma estratégia de igualdade de gênero que inclui ações específicas, indicadores e resultados em sua teoria de mudança, baseada em três áreas-chave:

- i. Promoção do empoderamento econômico. Mulheres, homens, com ênfase em jovens, devem melhorar as suas capacidades produtivas, empresariais e associativas, bem como se beneficiar de investimentos adaptados às suas diferentes necessidades e interesses, de acordo com a cadeia de valor selecionada.
- ii. Participar nos processos de tomada de decisão e de representação. Mulheres, homens e jovens têm a mesma voz nos processos de tomada de decisão em todos os elos da cadeia de valor das organizações de pequenos produtores rurais.
- iii. Conseguir um equilíbrio justo no volume de trabalho e equidade nos benefícios econômicos. Mulheres, homens e jovens se tornam cientes dos papéis que desempenham em suas famílias e comunidades, recebem formação e assistência técnica, incluindo orientação para gerir sua exploração como empresa familiar, com base numa visão comum da família.

O FIDA torna a abordagem de gênero operacional nos seguintes níveis:

Nível 1 Interno: integração eficaz e operacional da abordagem Transformadora de Gênero em todas as fases do ciclo do projeto, começando pelo posicionamento do enfoque no COSOP, bem como na nota conceitual, no documento de elaboração, na implementação, na execução, avaliação e conclusão dos projetos.

Nível 2 Externo: reforço das abordagens, sinergias transformadoras, diálogo político, alianças, gestão do conhecimento e comunicação, e integração da abordagem transformadora na política nacional (Mainstreaming Gender Transformative Approaches 2019-2025).

Nota-se que tem sido um desafio no nível de projetos conseguir alterações comportamentais no processo de contextos socioculturais desafiadores a médio e longo prazo, bem como assegurar a qualidade e sustentabilidade das intervenções, incluindo toda a família e comunidade. Por isso, o FIDA redobrou os esforços para guiar, elaborar e testar diferentes metodologias em seus projetos. Este documento é o resultado da documentação desta experiência em projetos no Brasil e Uruguai e destina-se a servir como uma ferramenta de sensibilização e prática para a implementação em toda a região da ALC.

Ana Nestorovic Analista de gênero e Inclusão Social - FIDA

CAPÍTULO 1

Metodologia para Cirandas e Cirandeiras do Bioma Semiárido da Bahia, Brasil

*“Porque todas as crianças têm que ter boa atenção
Toda nossa região tem criança de todo jeito
Nós como cirandeira tem que ter carinho e respeito
Pra saber lidar com elas
Porque nenhum é perfeito.
Eu gostei muito bem*

*Não tenho o que reclamar
Só tenho que agradecer a quem veio nos ensinar
Ser ciranda é muito bom eu gosto até demais
Trabalhar como ciranda
Sou Feliz até demais
Trabalhar com as crianças é o que quero muito mais”.*

Poema de Maria Araújo Cirandeira, da comunidade de Pauzinhos no território “Amanhã”, que participa no Projeto Pró-Semiárido na Bahia

1. Introdução

No contexto do Projeto Pró-Semiárido (PSA), desenvolvido no estado da Bahia, uma iniciativa envolvendo a prestação de serviços de educação infantil de uma abordagem metodológica única, constitui um dos destaques das ações estratégicas do projeto na área de gênero. Os “círculos” de atenção às crianças receberam o nome “Cirandas e Cirandeiras”, em homenagem à tradição nordestina de dançar em roda – a dança chamada de “ciranda” -, como uma forma de reforçar os vínculos interpessoais e chamar para o momento presente aqueles (maridos e filhos) que se ausentaram, mas que integrarão novamente a vida comunitária. O nome do projeto é emblemático e reflete o espírito de coletividade que está na base da proposta metodológica. A ação “Cirandas e Cirandeiras” é construída através de uma abordagem metodológica dinâmica e envolvente que fortalece relações entre gerações, promove o debate sobre a igualdade de gênero nas redes familiares e comunitárias e transmite mensagens positivas sobre a região semiárida e práticas sustentáveis que são desenvolvidas por diferentes organizações e comunidades dentro deste ecossistema.

Esta proposta também tem fortalecido qualidades de liderança nas pessoas interessadas e comprometidas com a atividade, a maioria delas jovens entre 17 e 33 anos de idade, treinadas para agir como trabalhadores de cuidado infantil. Até o momento, a formação de “cirandeiros/as” tem beneficiado 598 pessoas das comunidades locais (528 mulheres e 70 homens) através de instituições contratadas pelo Projeto Pró-Semiárido - RUMOS, IRPAA e ARESOL.

No total, realizaram-se 28 cursos de formação para cirandeiros/as e 383 atividades educativas com crianças. A presença de cirandeiros/as que se dedicam aos serviços de educação infantil é um dos fatores que tem contribuído para o aumento da participação das mulheres nas atividades do Projeto.

A responsabilidade com o cuidado com as crianças (entre outros tipos de trabalho vinculados à esfera doméstica), juntamente com as tarefas produtivas (agrícolas ou não-agrícolas) restringe severamente sua participação em empreendimentos comunitários. Dentro do contexto do Grupo de Trabalho de Gênero dos projetos do FIDA, que foi criado em março de 2018, esta abordagem metodológica tem sido compartilhada com os consultores de gênero de outros cinco projetos na região Nordeste, e tem sido objeto de ricos debates, gerando importantes discussões sobre a importância de medidas como estas para facilitar a participação das mulheres em uma ampla gama de atividades organizacionais em níveis local e regional, bem como aliviar os encargos associados a tarefas que pertencem à esfera doméstica.

Os círculos representam uma medida eficaz para promover a igualdade de gênero e, assim, contribuem para a realização do terceiro componente da estratégia de gênero do FIDA³: redução, redistribuição e socialização das tarefas domésticas a nível familiar e comunitário.

³ O compromisso assumido pelo FIDA em seu plano estratégico (2016 – 2025) envolve solidificar os impactos de estratégias que visam uma maior igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, o que implica uma mudança de foco. Dentro da atual estratégia institucional do FIDA para questões de gênero, o entendimento é de que os projetos não só devem incorporar um foco de gênero através de “integração”, atingindo uma proporção significativa de mulheres como beneficiárias diretas, mas também deve realizar intervenções que são naturalmente “transformadoras”, sendo estreitamente alinhada com as Metas para o Desenvolvimento Sustentável: ODS 1 (“Erradicação da Pobreza”) e ODS 5 (“Igualdade de Gênero”). Além disso, devem gerar inovações que possam ser facilmente replicadas e adaptadas a diferentes contextos e escalas, fazendo parte da estratégia-chave para “escalar”.

A atividade vai além da opção de forjar espaços recreativos para que as crianças possam simplesmente ser entretidas durante oficinas sobre práticas produtivas que incluíam mulheres. A proposta visa, assim, não só inserir mulheres em processos sociais, econômicos e políticos dos quais muitas vezes são excluídas, mas também enfatizar a importância de formas de trabalho que envolvem a prestação de cuidados aos segmentos mais vulneráveis da população (crianças, idosos, etc.) com o objetivo global de fortalecer o tecido social dessas comunidades rurais e da sociedade como um todo. Desde a perspectiva da economia feminista⁴ (FOLBRE, 2006; CARRASCO, 2006, 2017), há uma noção de que o trabalho de “cuidar” deve estar no centro da sustentabilidade da vida humana, dado que os esforços de trabalho dedicados à manutenção dos meios de subsistência não têm sido validados dentro da lógica calculista e mercantil da economia neoclássica. Dentro desta perspectiva, a ação de “círculos de cuidados” nos mostra que o ato de cuidar das futuras gerações deve ser uma tarefa dividida entre todas as pessoas da comunidade local, de modo que o cuidar não seja mais visto como uma responsabilidade pessoal da família, e sim uma atividade coletiva assumida por diversos atores sociais.

A construção desta metodologia inovadora é baseada em três pilares: (i) formação de educadores da infância, que se tornam referências para a liderança; (ii) construção de um currículo multidisciplinar em que os conteúdos são transmitidos através de métodos dinâmicos para crianças; (iii) formas de aliviar as mulheres da carga de trabalho através da socialização do trabalho de cuidado infantil e outras tarefas domésticas. Tal estratégia inovadora foi sugerida como um modelo a ser incorporado em outros projetos do FIDA. Além disso, a metodologia pode também servir como fonte de inspiração para a concepção e implementação de políticas públicas multidimensionais a nível local, regional e estatal, uma vez que sua inclusão nas políticas, programas e projetos públicos representa um passo importante na construção da igualdade de gênero e no reforço do empoderamento das mulheres.

A inclusão desta ação estratégica nas políticas públicas representa um gesto concreto no sentido de incitar muitas comunidades a desempenhar um papel nas responsabilidades que envolvem o compartilhamento

coletivo de tarefas tradicionalmente relegadas para a esfera interna e naturalizadas como parte intrínseca da reprodução social. Elizabeth Siqueira (2014, p.56), especialista em gênero para o Projeto Pró-Semiárido, afirma que a “capacitação que cresce a nível comunitário contribui para a promoção da interação e dos sistemas de apoio mútuo entre indivíduos, famílias, grupos comunitários e instituições governamentais e não governamentais. Esta cooperação, que ocorre através do intercâmbio de informações e experiências, deve ter em conta a diversidade de agentes envolvidos, na perspectiva da construção de redes intersectoriais que possam influenciar a definição de políticas públicas”.

Um dos principais objetivos consiste em incluir os “serviços de cuidado infantil” que adotam uma abordagem multifacetada em serviços de assistência técnica rural e serviços de extensão que são oferecidos por agências governamentais e organizações não governamentais (ONGs). Desde a década de 1940, a assistência técnica rural no Brasil foi construída sobre uma base de divisão de gênero do trabalho que reforçou a fragmentação entre agricultores do sexo masculino e feminino. Por um lado, as atividades técnicas no campo produtivo foram desenvolvidas de tal forma que eles atenderam as necessidades dos homens nas comunidades rurais, enquanto mulheres eram designadas para atividades tradicionais, que tendem a estar ligadas à esfera doméstica, tais como a preparação de alimentos e atividades artesanais. Embora se tenham registado progressos no sentido de ultrapassar estas barreiras, ainda é necessário procurar alternativas que estimulem a participação de mulheres na tomada de decisões sobre o uso de ativos, recursos e insumos na esfera produtiva. Uma medida como os “círculos de assistência infantil” pode ser muito eficaz para atingir este objetivo. Além disso, incorporar crianças na estrutura dos serviços de assistência técnica representa um compromisso com uma abordagem mais profunda que concebe a família como uma unidade, e aceita o envolvimento de cada membro da família em processos produtivos. As atividades informais envolvendo jovens e crianças, como os círculos de cuidado, são reveladoras na medida em que demonstram o valor dos indivíduos que muitas vezes estão à margem de projetos e programas voltados para o desenvolvimento agrícola: mulheres, jovens e crianças.

⁴ “Economia feminista” pode ser definida como uma nova abordagem para a investigação econômica e análise de políticas, que envolve o estudo crítico da economia de um ponto de vista feminista. Economistas feministas questionam a premissa teórica de que a atividade econômica se restringe apenas à produção de bens e serviços dentro dos mercados formais e envolve apenas transações monetárias. Destacam a necessidade de construir um modelo de análise econômica sensível às realidades vividas pelas mulheres em seus diversos contextos culturais. Muitas pesquisas econômicas feministas focam em temas que têm sido negligenciados no campo, como “trabalho de cuidados”.

2. As cirandas de crianças no Projeto Pró-Semiárido: como esta estratégia interage com outras ações e abordagens que se cruzam

As cirandas são atividades conduzidas com crianças por um ou dois educadores/facilitadores num espaço físico cedido pela comunidade, que pode ir desde um espaço livre na associação local a residência de um líder comunitário, por exemplo. Os custos da atividade são os seguintes: i) reserva de materiais e recursos para atividades; e II) pagamento dos serviços de cuidado infantil.

Esta ação inovadora de Ciranda e Cirandeiras foi tecida na elaboração do Projeto Pró-Semiárido em 2014, e tem sido uma das características especiais de uma forte estratégia institucional centrada na igualdade entre homens e mulheres por meio da integração da perspectiva de gênero e inclusão social. Para compreender o papel das cirandas das crianças no conjunto do projeto, é importante expor alguns elementos e princípios que são considerados cruciais para sua construção.

O Projeto Pró-Semiárido na Bahia tem um forte compromisso de transformar as relações de gênero e de contribuir para a emancipação econômica e social das mulheres rurais através de um intenso investimento na formação de grupos e na fortificação dos laços entre as mulheres de diferentes territórios, constituindo, assim, diversas redes. Além disso, foi adotada uma abordagem intersectorial das relações de poder, através de uma análise feminista da interação entre gênero, raça, etnia e desigualdades geracionais. A dupla estratégia, destinada a ações afirmativas específicas que fortaleçam o empoderamento das mulheres como agentes políticos e econômicos e a integração da perspectiva de gênero em todas as ações dentro dos componentes do projeto, provou ser extremamente eficaz.

Durante a execução do projeto, realizaram-se 141 ações de formação e oficinas de reforço de capacidades envolvendo 2.807 participantes. Vale ressaltar a prioridade atribuída à construção de uma metodologia de treinamento com uma abordagem de gênero transformadora destinada a funcionários dos Escritórios Regionais e equipes técnicas de ATER como também beneficiários do projeto durante oficinas e seminários. Foram trabalhados os seguintes temas: direitos das mulheres, agroecologia, segurança alimentar, políticas públicas, bem como a dimensão étnica e racial das identidades coletivas. Um forte aspecto de tais atividades, voltadas para o fortalecimento das capacidades, implica em questionar a divisão desigual de tarefas a partir de um ponto de vista feminista, e engajar a procura de soluções eficazes na esfera privada, tanto no interior das famílias como nas comunidades. Esta ação é fortemente alinhada com a campanha para a igual distribuição das tarefas domésticas,⁵ realizada por organizações e redes de mulheres na região Nordeste do Brasil, adotada pelo PSA. Uma especialista em gênero, raça e etnia tem atuado como ponto focal na Unidade de gestão do Projeto Pró-Semiárido para apoiar a inclusão de ações de igualdade de gênero nas estratégias de cada um dos componentes do projeto. Essa profissional trabalha em estreita colaboração com equipes de assistência técnica em nível local e regional, para organizar capacitações com os beneficiários do projeto dentro de um esquema sequencial, que contempla momentos especificamente com grupos de mulheres, momentos com grupos de homens e encontros com grupos mistos.

Essa forte ênfase nos aspectos educativos (aumento da sensibilidade, abordagem multidisciplinar) influenciou definitivamente os facilitadores/as das cirandas de crianças, como vamos descobrir na seção seguinte.



© Manuela Cavadas | Projeto Pró-Semiárido, arquivo

⁵ Esta campanha foi um dos resultados da construção coletiva de um projeto conhecido como "Assistência Técnica, Agroecologia e Feminismo", com o apoio da UFRPE/MDA entre 2014 e 2017, que uniu uma ampla gama de mulheres de muitos estados do Nordeste. Durante a pandemia, esta Campanha foi relançada com um novo tom e orientação devido ao nível elevado de casos de violência doméstica, e a necessidade de chamar a atenção para o direito das mulheres a uma sensação de bem-estar, segurança e a qualidade de vida, profundamente relacionadas com a dinâmica de gênero.

3. Formação de facilitadores de círculos de cuidado infantil: uma abordagem ampla, abrangente e interligada para a educação

No processo de seleção dos facilitadores de cirandas de crianças,⁶ com base em critérios claros, a desconstrução dos papéis de gênero foi um grande desafio. Homens que ousaram enfrentar este desafio e se tornaram facilitadores na educação infantil são apenas 10%. Apesar do aumento sensível que ocorreu sobre a importância da integração de homens e mulheres nesta atividade, muitos dos homens que assumiram este papel sentiram-se deslocados ou estavam cientes das opiniões críticas da comunidade. Algumas educadoras de crianças explicam que têm uma maior capacidade de participar nas atividades, incluindo a liderança de cirandas de crianças em outras comunidades, porque são solteiras, o que também é um reflexo das relações de gênero. Em outras palavras, mulheres que ainda não estão casadas tendem a ter mais liberdade de se deslocarem entre espaços e se envolverem diretamente em processos que ultrapassam as fronteiras da comunidade, ao passo que as mulheres casadas enfrentam frequentemente obstáculos impostos por seus maridos.

O treinamento educacional dos facilitadores foi realizado por uma equipe qualificada de profissionais de diversas áreas: Pedagogia, Artes, Serviços Sociais, Antropologia e Sociologia de duas instituições distintas – RUMOS e ARESOL. Além disso, uma forte parceria com a universidade local foi feita para permitir o envolvimento dos estudantes nestas experiências práticas como parte de seus estágios. O programa de treinamento ocorreu de novembro de 2018 a março de 2020 e envolveu diretamente 200 mulheres, homens e crianças. Os municípios foram organizados em sete centros de treinamento onde oficinas de 48 horas ocorrem durante 12 meses, em duas fases de 24 horas cada, totalizando 336 horas de atividade. A abordagem multidisciplinar para temas que são inter-relacionados e interligados, tais como “relações de gênero”, “estratégias de convivência com o Semiárido” e “desenvolvimento infantil”, ajudou a preparar os facilitadores para a realização de suas atividades educativas com as crianças. Os facilitadores usam métodos e instrumentos dinâmicos, como contar histórias, jogos e fabricação de brinquedos. Um “kit” de

materiais pedagógicos, composto de vídeos, CDs, livros e jogos de memória para aumentar a sensibilidade sobre uma série de questões, é organizado para ser usado durante as sessões com as crianças.

A dinâmica vivida pela equipe que treinou os facilitadores de cuidado infantil revela alguns elementos importantes deste processo que devem ser destacados. De acordo com Tiala Albuquerque, uma das instrutoras da organização RUMOS, o programa de formação representa uma oportunidade para fortalecer as mulheres que assumem o papel de “educadoras de crianças” em um sentido político, de modo que possam deixar as restrições da esfera doméstica e participar ativamente nos espaços públicos, conhecendo outras realidades sociais. Ela também fala sobre o aspecto emocional de se tornar líder dentro de processos de desenvolvimento infantil, e como isso representa uma fonte de orgulho e força interna.

Socorro Freitas, também professora do Instituto RUMOS, destaca aspectos importantes deste de “tornar-se uma educadora de crianças”. De acordo com ela, as mulheres que se envolveram neste processo são bastante corajosas, uma vez que assumiram a “causa”, apesar de não serem necessariamente vistas como tendo todas as características que são necessárias para tal posto. Neste sentido, ela ressalta que muitas dessas mulheres que se tornaram educadoras de crianças nunca tinham trabalhado com educação ou sido líderes de qualquer tipo antes e não se sentiam preparadas para a tarefa em mãos, mas elas “colocaram seu coração” neste processo, se abrindo para novas experiências. Alexandrio Ferreira menciona o aspecto cultural do programa de formação, o que permitiu a troca de conhecimentos tradicionais que muitas vezes estava “escondida sob a superfície”, ao mesmo tempo em que proporcionou uma oportunidade para ser exposto ao uso de tecnologias inovadoras que proporcionam novas fontes de conhecimento e formas de aprendizagem. Raimunda Pereira ressaltou outra forte característica deste programa de formação para “potenciais educadores”: tais programas de treinamento trouxeram novos elementos para sua relação com o bioma semiárido, trazendo um sentimento de orgulho em forma de desenvolvimento territorial, algo muito ligado à expressão de suas identidades culturais.

⁶ Durante esta sistematização foram entrevistados os seguintes facilitadores de cuidado infantil: Aline de Jesus Santos Rocha, Simone Cerqueira da Silva Bispo, Regiane Santos da Silva

4. Experiência como cirandeira/o: crescimento contínuo como líderes comunitários

Um dos aspectos importantes desta metodologia é o processo de formação de homens e mulheres (a maioria dos quais são caracterizados como “jovens”, entre os 18 e os 33 anos de idade) para desenvolver suas qualidades de liderança através de métodos pedagógicos que buscam fortalecer elos intergeracionais. Quando homens e mulheres jovens são encorajados a assumir este papel, e são formados através de uma abordagem multidisciplinar com ênfase em métodos pedagógicos dinâmicos, estão também sendo encorajados a voltar à sua história familiar e a trazer à tona elementos que faziam parte da sua herança cultural. De tal forma, laços são forjados entre as gerações, porque estão ganhando acesso às memórias vividas em sua infância com idosos, que representaram, para a maioria deles, modelos inspiradores. Além disso, também estão aprendendo a apreciar e valorizar aspectos de sua educação, que tendem a ser fortemente cultivados,

mesmo no atual contexto de áreas rurais: jogos, canções e narrativas inventivas em grupo, sinais de uma tradição cultural fortemente baseada na transmissão oral e na interação social. Com o boom das tecnologias que têm claramente afetado táticas e abordagens de educação infantil - ainda mais durante o atual período da pandemia, que obriga a intensificação do uso de plataformas e redes sociais *online* para a comunicação - há uma grande necessidade de considerar estratégias de ensino simples, democráticas e criativas que permitem a transmissão transgeracional das tradições culturais, bem como uma compreensão mais completa de dimensões sociais, políticas e ambientais do semiárido brasileiro.

Ter orgulho de suas raízes culturais é mais difícil do que se pensa quando a área urbana é socialmente representada como o destino idílico para forjar autonomia e independência – um espaço que promove centenas de oportunidades e possibilidades. Em contraste, historicamente, a área rural do semiárido na Bahia tem sido representada como um espaço desprovido de oportunidades, atingido pela desgraça de uma seca prolongada, que aprofunda a pobreza e que precisa ser “salvo” de um estado de total desespero. Esta



© IRPAA | Projeto Pró-Semiárido, arquivo

representação tem sido gradualmente desmontada através de um processo coletivo de questionamento e a criação de novos significados para princípios e valores subjacentes da região semiárida. Na esfera política, vale ressaltar que desde 2007 vem ocorrendo uma transição gradual para a adoção de uma noção de convivência pacífica com as condições da paisagem semiárida – um novo conceito que tem orientado políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrícola, armazenamento e gestão da água diante da mais longa seca da história brasileira. Cabe salientar o trabalho de importantes críticos como Josué de Castro (2003), que apoiou uma mudança estrutural no modelo que dita noções comuns de “desenvolvimento”, e Roberto Marinho da Silva (2006), que delineou os princípios e valores que devem fazer parte de um novo modelo para o desenvolvimento do semiárido baseado na construção de uma nova “racionalidade ambiental” e um novo sistema de ética para as relações sociais.

Portanto, um dos maiores legados desta metodologia de “cirandas e cirandeiras” é sua capacidade de construir um currículo multidisciplinar que se concentra em uma variedade de questões-chave, tais como agroecologia, saúde, sustentabilidade ambiental, gênero, raça e etnia, com uma base forte na apreciação das dimensões únicas da paisagem semiárida. Quando educadores da infância – a maioria dos quais são mulheres e homens jovens –, são treinados para realizar programas educativos com crianças, também são expostos a uma nova filosofia que orienta sua relação com seu ambiente imediato com base em valores culturais arraigados na dinâmica familiar e tradições.

Muitos educadores infantis ficam intensamente envolvidos nos processos organizacionais a nível comunitário após a sua experiência inicial de trabalho com a educação de crianças. Este é também um reflexo do forte investimento feito pelo Projeto Pró-Semiárido em instâncias e espaços de gestão dentro da comunidade, tais como Comissões de Controle Social e Comitês de Gestão Financeira. Tais exemplos garantiram que investimentos fossem direcionados à demanda, provando ser cruciais para atender às necessidades dos beneficiários (coletiva e individualmente), bem como para criar condições certas para os beneficiários expressarem suas preocupações e prioridades.

Educador de crianças da ocupação Lagoa de Dentro, Jarlisson Silva de Jesus mencionou que, apesar de residir em uma comunidade que tem uma longa tradição de organização através da associação comunitária, depois que começou seu envolvimento nesta iniciativa particular, percebeu a importância das instâncias que foram criadas através do Projeto Pró-Semiárido. Uma vez que membros de Comissões de Controle Social têm uma grande experiência com práticas educativas, fornecem valiosos conselhos, dando *feedback* sobre os métodos para incitar a participação de crianças e auxiliando a organização de cirandas durante as oficinas realizadas pelos grupos de interesse com temas específicos e sobre as atividades produtivas (ex: produção vegetal, criação de animais e de sistemas de irrigação, tais como cisternas de água). Muitos dos educadores de crianças selecionados já estão envolvidos em “planos de investimento” em suas comunidades, tais como quintais produtivos ou iniciativas de armazenamento de água, o que definitivamente reforçou seu envolvimento com círculos de cuidado infantil e os ajudou a estabelecer conexões entre diferentes ações a nível comunitário e regional.



© ARESOL | Projeto Pró-Semiárido, arquivo



© IRPAA | Projeto Pró-Semiárido, arquivo

É importante destacar as histórias contadas pelos próprios/as educadores/as que revelam claramente diferentes dimensões desta ação estratégica no âmbito do Projeto Pró-Semiárido. Neste sentido, a experiência de Jarlisson como educador de crianças revela a importância de apoiar estrategicamente os esforços das comunidades para investir em projetos educacionais dedicados à juventude e às crianças. Ele menciona que vive em uma ocupação que coloca uma grande importância nos processos educacionais, não só dentro do sistema escolar formal (muitos jovens vão embora para estudar em universidades e “EFAs” – Escola Família Agrícola)⁷, mas também nos programas de treinamento oferecidos pelos movimentos sociais (CPT, MST e outros). De acordo com ele, depois de muita discussão, os membros da comunidade decidiram que investir no futuro de seus filhos e netos era uma prioridade, dado que o número de idosos é muito elevado. Nesse sentido, a comunidade decidiu dar apoio financeiro à sua juventude para os estudos dos seus jovens. Por essa razão, ele relata que uma decisão foi tomada pela comunidade (em uma reunião da associação local): ele deve assumir o papel de “educador de crianças”, dado que a formação de líderes do ponto de vista humano e social e a circulação de informação dentro e entre as comunidades é considerada uma prioridade neste contexto particular.

Ele afirma que o valor colocado na educação dentro da comunidade o influenciou positivamente, sendo um fator motivador na sua decisão de assumir o papel de educador da infância, bem como reforçar o seu envolvimento ativo em outras iniciativas comunitárias.

Este cenário particular é uma manifestação clara da importância de priorizar os serviços de assistência infantil como uma parte crucial do desenvolvimento de habilidades de liderança dentro das comunidades rurais. Além disso, não é preciso dizer que projetos que criam medidas específicas para reduzir a carga de trabalho das mulheres, bem como transformar o cuidado à criança numa responsabilidade coletiva para todos os atores envolvidos estão dando passos concretos para adotar uma abordagem transformadora de gênero. Esta iniciativa – de cirandas e cirandeiras - representa uma abordagem voltada para a educação das crianças que promove a igualdade de gênero a nível comunitário. Ao introduzir estratégias para uma divisão mais justa do cuidado daqueles/as que mais precisam, não apenas no berço das famílias mas também nos tecidos sociais das comunidades, essa metodologia possui grande potencial para ser replicada em outros projetos apoiados pelo FIDA e instituições parceiras.

⁷ As “Escolas Família Agrícola” (EFAs) são escolas comunitárias geridas por associações constituídas por habitantes da comunidade e sindicatos rurais ligados à comunidade. A metodologia utilizada nas EFAs é a “pedagogia da alternância”, na qual os alunos experimentam por algum tempo a atmosfera escolar, e em outro período de tempo, a comunidade, na qual tentam pôr em prática as lições aprendidas durante suas aulas.

CAPÍTULO 2

Mulheres organizadas para fortalecer práticas agroecológicas em quintais produtivos no estado do Piauí, Brasil



© Josefa Galvão

1. Introdução

Essa experiência mostra claramente o protagonismo das mulheres agricultoras na construção de um empreendimento produtivo em três territórios rurais da região Semiárida do Piauí, envolvendo o cultivo de uma diversidade de culturas em quintais produtivos associado a adoção de inovações tecnológicas. Em 2018, 93 mulheres agricultoras da Associação dos Moradores e Pequenos Produtores do Estado do Piauí (AMPEPI)⁸ elaboraram um plano de investimentos com o auxílio de equipes e especialistas de assistência técnica do Projeto Viva o Semiárido que cobre um território extenso três territórios rurais (Vale do Canindé, Vale do Itaim e Vale dos Guaribas), cinco municípios (Campo Grande, Francisco Santos, Geminiano, Jaicós e São João da Varjota) e dez comunidades (Ocupações Boa Viagem, União, Chupeiro, Diogo, Milhãs, Paquetá, Santo Antônio, Santa Helena, Serra dos Morros e Urupeu). Esta associação, que engloba uma grande quantidade de comunidades e municípios, faz parte do Movimento dos Pequenos Agricultores no Brasil (MPA) e foi criada com o objetivo de facilitar a

administração financeira de propostas e projetos que visam fortalecer sua organização social. Para além da dimensão territorial deste projeto – ou seja, o fato de envolver famílias numa área ampla e abrangente outro fator proeminente que deve ser considerado nesta experiência específica é sua capacidade de tomar muitas iniciativas no âmbito de um projeto, permitindo a integração entre diferentes tipos de atividades produtivas. O projeto procura unir a produção agroecológica em hortas caseiras com inovações tecnológicas como a “reutilização de “águas cinzas”⁹ e a construção de uma unidade de para replicação rápida de mudas de mandioca, que é um dos principais alimentos da dieta brasileira. O objetivo é produzir mudas de mandioca para as 93 famílias rapidamente, que podem então ser transplantadas para seus quintais produtivos. A mandioca foi escolhida como prioridade porque faz parte da história dessas famílias, estando ligada a memórias e momentos de grande abundância e esforços coletivos destinados a criar farinhas e outros subprodutos.

⁸ A AMPEPI foi criada em 1999 com o objetivo de melhorar as condições de vida da população rural. A Associação tem sido profundamente empenhada na implementação de três projetos em parceria com o governo do estado do Piauí, bem como auxiliando a construção de casas para famílias de classes populares, através do Programa Nacional de habitação rural em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social.

⁹ Estas são águas que vêm das pias de cozinhas e banheiros, sendo reutilizadas após o seu uso na lavagem de roupas e na limpeza de residências.

2. Componentes do plano de investimento e as suas diferentes fases

As primeiras fases deste plano de investimento envolveram a construção de instalações físicas com a colaboração de familiares das mulheres beneficiárias, como aviários rústicos para frangos, cercas e tanques para reutilização de “águas cinzas”. Na próxima fase, os técnicos de assistência técnica serão dedicados à coordenação de formações e cursos. Além disso, há um plano para distribuição de sementes e mudas na próxima etapa do Projeto, em estreito alinhamento com o costume de doação e troca de sementes nativas entre as famílias nos territórios uma longa tradição fortemente incentivada pelo Movimento de Pequenos Agricultores. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) tem historicamente realizado eventos como festividades de troca de sementes ou um levantamento de sementes nos territórios em diversos momentos de sua história como um movimento social.

Na primeira fase deste projeto em particular, as famílias envolvidas com este projeto produtivo participaram, coletivamente, na estruturação de cada um dos quintais produtivos, através do que eles chamam de “força-tarefa”: as famílias se reúnem em uma das casas para ajudar com a instalação de equipamentos e infraestrutura, e a família que recebe os outros é responsável por lhes fornecer refeições. As mulheres do MPA ressaltam que este foi o primeiro projeto que geriram que permite adquirir infraestrutura e equipamentos, um aspecto que consideram bastante positivo, como um primeiro passo para fortalecer processos coletivos.

De acordo com os técnicos que orientam e acompanham esta experiência particular, um dos desafios para a implementação da infraestrutura necessária para o sucesso desta iniciativa tem sido a dificuldade em encontrar mão de obra qualificada que pode colaborar em determinadas comunidades. Mesmo assim, a tradição de construir forças de trabalho para colaborar uns com os outros remonta à história destas comunidades e é um reflexo dos fortes laços que unem os membros da família no contexto comunitário. Outro desafio envolve a coordenação de atividades (treinamentos e forças-tarefa), uma vez que o projeto cobre uma vasta parcela do território e nem todas as comunidades estão próximas, o que acaba dificultando a presença. Normalmente, atividades educacionais ocorrem em um

ponto central de referência – o lar de uma das famílias localizado em uma comunidade que está em uma zona central as demais – de modo a facilitar a participação de todos os envolvidos.

No caso dos quintais produtivos, é importante destacar que é uma iniciativa realizada em conjunto com outros projetos produtivos desenvolvidos pela AMPEPI - produção de mel e ovinocultura - na mesma área territorial. Para além da sua ênfase na pluriatividade – uma grande variedade de atividades agrícolas feitas dentro de um espaço definido – o MPA, enquanto movimento social, tem apoiado o papel fundamental das mulheres no desenvolvimento social como parte da sua política de gênero mais abrangente. Existe um Coletivo de Gênero a nível nacional que reforça esta questão internamente, realizando treinamentos e seminários sobre igualdade de gênero, e é importante ressaltar que também existem coletivos organizados em torno de outras questões, como educação e segurança alimentar e nutricional. As mulheres envolvidas nesse Coletivo de Gênero se identificam como mulheres do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e têm orgulho em dar sua contribuição para a promoção de uma agricultura familiar sustentável. Líderes do Movimento dos Pequenos Agricultores, como Maria Case, afirmam que o movimento no Piauí é bem conhecido pela predominância das mulheres em posições de liderança. Ela afirma que o método utilizado pelo movimento para disseminar suas experiências é a “pedagogia do exemplo”: ao mostrar o potencial das mulheres para assumir papéis de liderança, é possível influenciar outros movimentos e grupos de base comunitária.

É importante ressaltar que, embora este plano de investimento seja direcionado para famílias, mulheres assumem uma posição de liderança na gestão dos fundos, na logística ligada à sua implementação e nas decisões sobre as atividades que deverão ser executadas em conjunto com serviços de assistência técnica. Muitas mulheres líderes do MPA afirmam que a oportunidade de trabalhar com uma iniciativa focada em “quintais produtivos” representou uma chance de chegar a soluções coletivas como mulheres e integrar seus esforços em uma frente unida.

Além deste plano de investimento, ações complementares, como a utilização de cadernetas agroecológicas, reforçaram o papel das mulheres como produtoras de alimentos, “guardiãs da biodiversidade” e agentes econômicos. 37 mulheres deste grupo maior envolvido com o trabalho com quintais produtivos se tornaram parte desta ação estratégica

de uso de cadernetas agroecológicas – que, de acordo com Maria Francilda de Lima Coutinho, profissional que tem dado assistência a este grupo desde o início do PVSA, tem ajudado a aumentar seu grau de envolvimento em espaços dedicados à comercialização. Francilda afirma que, antes da utilização dessas cadernetas, muitos dos produtos alimentares eram desperdiçados, como frutas que frequentemente apodreciam nos pomares em vez de serem transformadas em outros subprodutos, como doces, geleias ou sobremesas.



© Josefa Galvão

2. A importância dos quintais produtivos: seu potencial produtivo

O Projeto Viva o Semiárido tem investido fortemente na construção de quintais produtivos desde o seu início, dada a sua profunda compreensão da importância fundamental de tais espaços na diversificação da produção agrícola. É o único projeto entre todos os projetos apoiados pelo FIDA na região Nordeste que contratou uma consultora¹⁰ para trabalhar especificamente com o fortalecimento (fomento) dos “quintais produtivos”, na perspectiva da agroecologia. Este é um passo muito positivo, mas também é importante ressaltar os desafios envolvidos com este processo dentro de serviços de assistência técnica, dado o fato de que, historicamente falando, os alimentos que vêm dos quintais não têm sido considerados tão vitais para a economia formal e, por essa razão, muitas vezes o quintal enquanto espaço de produção agrícola, não tem sido incorporado no planejamento e execução de programas e projetos de intervenção nas comunidades rurais.

De acordo com as mulheres que fazem parte do Projeto Quintais Produtivos,¹¹ outros dois projetos que a Associação foi capaz de obter aprovação através do projeto Viva o Semiárido (PVSA), foram implementados mais rapidamente – ambos focados na produção de mel e criação de ovelhas. De acordo com elas, foi necessário pressionar as autoridades para iniciar este projeto específico, o que provavelmente é devido ao fato de que geralmente o trabalho com “quintais produtivos” não é visto como tão central para os programas e políticas de desenvolvimento rural.

Para compreender a importância da produção de alimentos originados dos quintais produtivos para consumo próprio, mas também para troca, doações e comercialização – é importante ilustrar as funções desses espaços e a sua contribuição para as práticas agroecológicas. A diversificação de diferentes tipos de culturas dentro destes sistemas produtivos é uma de suas principais características, em comparação com outras partes das propriedades rurais, que apresentam menor variedade. Os

¹⁰ A consultora Julia Aires atuou no projeto desde o seu início com o papel fundamental de ajudar o trabalho com hortas caseiras dentro das comunidades rurais com uma abordagem agroecológica. Essa profissional acompanhou de perto as negociações para a aprovação e execução do projeto produtivo associado às hortas caseiras que foi realizado pela AMPEPI.

¹¹ Mulheres que participam deste grupo e foram entrevistadas durante a sistematização são Antônia Cicera Soares de Sousa, Claudiva de Jesus Rodrigues, Sônia Maria da Costa Sousa e Salete Maria da Costa. Além disso, realizei entrevistas com Maria José da Costa, uma importante líder dentro do MPA no estado do Piauí, e com Maria Francilda de Lima Coutinho, uma profissional treinada da EMATER – instituição governamental de Assistência Técnica e Serviços de Extensão Rural –, que desempenhou um papel fundamental em várias ações, tais como o trabalho com diários de bordo agroecológicos.

quintais nas áreas rurais representam um agroecossistema verdadeiramente integrado, composto de elementos sociais e ambientais que são inseparáveis. Estes espaços refletem claramente diferentes combinações de recursos naturais e insumos: frutas e legumes de valor nutricional e medicinal, plantas com propriedades medicinais, vários tipos de madeira, matérias-primas para artesanato e para a criação de pequenos animais. Eles representam ambientes ideais para a introdução de novas espécies da paisagem circundante, bem como permitem a experimentação de inovações em forma de produção e transmissão de conhecimento tradicional para as gerações futuras, através de uma abordagem de “aprender fazendo”. Estes espaços são geralmente onde a transição para um outro modo de produção, o que pode ser chamado de agroecologia, ocorre – um processo que é mais frequentemente realizado por mulheres agricultoras, que investem energia, tempo e recursos na produção de alimentos, muitos dos quais são para consumo próprio e tem uma ligação direta com a qualidade da dieta dessas famílias. Também são espaços que permitem trocas de plantas, sementes e mudas entre vizinhos, como forma de promover relações recíprocas que nutrem novas formas de construção de conhecimento, solidificando laços sociais e cuidando coletivamente da preservação das espécies, bem como das múltiplas formas de biodiversidade. A troca de plantas e alimentos, que surge organicamente no coração dessas comunidades, testemunha o desejo de compartilhar recursos locais e garante o acesso de todos a alimentos saudáveis. Uma das líderes da Rede dos Pequenos Agricultores, Sônia Maria da Costa Sousa, afirma claramente a importância dos quintais, em sua história pessoal e no contexto das comunidades rurais como um todo: “Os quintais, em contraste com grandes lotes para o plantio de culturas alimentares,

geralmente, são áreas onde os primeiros tipos de milho, abóboras e plantas medicinais foram plantadas e colhidas. É o lugar para onde você pode ir primeiro de modo a colher os vegetais e outras culturas que são necessárias para sua subsistência diária e onde você é capaz de experimentar novas técnicas que ajudam a melhorar as práticas produtivas. A parte boa é que é possível cultivar este espaço junto à sua casa, o que torna mais fácil escolher o que quiser quando precisar”.

Outra dimensão dos quintais produtivos que é menos frequentemente discutida envolve a função deste espaço para lazer, bem como para a vida social e interações. É comumente sabido que mulheres têm sido historicamente negadas ao direito de ter igualdade de acesso às oportunidades de lazer, recreação e cultivo de laços sociais, devido a pesadas carga de trabalho e obrigações sociais, tais como a noção comum de que a sua principal obrigação como “esposas”, “mães” e “filhas” é cumprir tarefas na esfera doméstica. O tempo gasto nos quintais produtivos não só representa momentos valiosos para se conectar com o mundo natural, mas também são oportunidades para cultivar novos relacionamentos com outras gerações dentro da família, bem como com vizinhos, ajudando a consolidar redes comunitárias. A troca de mudas, sementes e plantas, todas elas provenientes dos quintais, ajudam a fortalecer os laços entre as famílias em nível territorial, além de contribuir para a promoção da biodiversidade e maior segurança alimentar e nutricional. Portanto, é importante abordar quintais produtivos a partir de uma perspectiva de gênero, compreendendo suas múltiplas funções, que vão muito além de seus méritos como uma esfera produtiva que gera benefícios econômicos.



© Josefa Galvão

4. Sinais da evolução dos quintais produtivos e desafios para o seu desenvolvimento

Se fosse tirar uma fotografia dos “quintais produtivos” antes dos investimentos e se essa foto fosse comparada com a situação atual, seria possível visualizar a evolução deste agroecossistema, especialmente no que diz respeito à maior diversificação de árvores frutíferas, legumes e outras culturas. Muitas famílias, sob a liderança de mulheres, já plantavam em seus quintais, já que a produção é crucial para o autoconsumo, representando uma grande fonte de alimento que faz parte de suas refeições diárias. No entanto, muitas famílias não cultivavam uma grande diversidade de culturas (plantas medicinais, frutas, legumes e hortaliças) e também não tinham o costume de vender os produtos alimentícios dos seus quintais nos mercados locais. Esta situação mudou dramaticamente depois que o plano de investimento com quintais produtivos, associado a um sistema de irrigação simples e barato, foi colocado em prática. Com o sistema de reutilização de “águas cinzas”, a duração da produção também foi prolongada. No passado, as agricultoras deixavam de produzir em períodos de estiagem, confiando apenas na estação chuvosa – que na região semiárida é bastante instável – para intensificar sua produção. Agora o ritmo da produção agrícola mudou, tornando-se mais estável ao longo de todo o ano.

Dentro da região semiárida, um dos principais desafios no que diz respeito à sustentabilidade dos quintais é a sistemática falta de acesso à água e suas formas de armazenamento. Neste sentido, as mulheres envolvidas neste projeto em particular foram capazes de criar uma solução resistente e economicamente viável: a “reutilização de águas residuais”, uma tecnologia extremamente fácil de gerir e de utilizar e com grandes vantagens no que se refere a questões sanitárias. Este sistema evita a acumulação de águas residuais nos esgotos abertos, contribuindo para conter a contaminação do solo e das águas subterrâneas. Além disso, este tipo de tecnologia para a captação e armazenamento de água que normalmente seria desperdiçada contribui para aumentar o teor de matéria orgânica e permitir uma maior retenção de água no solo, o que inevitavelmente aumenta a produção de alimentos.

Mulheres que fazem parte desta iniciativa demonstram claramente os benefícios das inovações tecnológicas que foram introduzidas no decorrer de suas fases de implementação, tais como este sistema de reutilização de água, sem o qual teriam uma produção de alimentos muito limitada. Como uma das líderes, Sônia Maria da Costa Sousa, destaca: “esperamos aprender tecnologias que facilitem a nossa vida. A tecnologia tem esse propósito. Se destina a diminuir os empecilhos decorrentes da vida numa região que sofre com falta de água devido à seca prolongada”.

Os grupos comunitários e as organizações situados na região semiárida, que enfrentam condições difíceis de vida devido a uma seca que foi especialmente grave durante o período de 2010 a 2016, mas continua a influenciar as populações locais, têm sido profundamente envolvidos na invenção de soluções tecnológicas para resolver este problema profundamente enraizado e multidimensional usando várias abordagens. Muitas dessas tecnologias inovadoras, tais como a reutilização de “águas cinzas”, foram testados por um número de ONGs e de outras instituições sociais, em diálogo com membros de grupos comunitários ao longo do tempo, de tal forma que revelam claramente os impactos positivos de ricos diálogos entre os diversos atores sociais, bem como a intensa experimentação prática no campo.

A grande variedade de produção destes quintais produtivos foi claramente revelada através da utilização de cadernetas agroecológicas¹² por 34 mulheres da AMPEPI de setembro de 2019 a fevereiro de 2020. Durante este período, foram identificados 118 produtos, dos quais 53 são classificados como legumes e vegetais, 12 como de origem animal e outros 53 como produtos submetidos a algumas formas de processamento, nas suas fases iniciais. Durante os primeiros seis meses do registro da produção, os impactos econômicos das práticas produtivas agroecológicas lideradas por essas agricultoras tornaram-se claramente evidentes: a renda gerada chegou a um total de R\$87.778,00; 43,4% deste montante total se refere ao consumo, às doações e ao intercâmbio de produtos, e 56,6% se refere aos produtos vendidos. Portanto, o rendimento total gerado por cada mulher em cada uma dessas famílias chega a R\$430,00 por mês.

¹² As cadernetas agroecológicas (CA) são utilizadas pelas mulheres beneficiárias para registrar suas produções agrícolas, consumo, troca e vendas nos mercados locais. Por causa de sua simplicidade, este instrumento é facilmente assimilado pelas mulheres rurais, e tem capacidade para dar visibilidade aos aspectos econômicos de suas atividades produtivas, bem como a aspectos não-econômicos (formas de troca de produtos a nível comunitário; grau de consumo de tais produtos pelas famílias e a sua incorporação na família de dietas e práticas de saúde). Este instrumento metodológico, criado pela ONG “Centro para Tecnologias Alternativas” em MG e pelo Grupo de Trabalho de Gênero da Rede Nacional de Agroecologia, faz parte de uma estratégia abrangente para fortalecer os métodos participativos de métodos de monitoramento e avaliação que consideram contribuições das mulheres beneficiárias. Durante 2019 e 2020, esta ação estratégica foi incorporada em um “programa piloto” coordenado pelo Programa Internacional Semear (bolsa Brasil implementada pelo IICA) que atendeu a todos os projetos do FIDA no Brasil.

O uso das cadernetas agroecológicas por 34 mulheres, todas ativamente envolvidas no investimento produtivo focado em quintais produtivos, foi fundamental para revelar a grande quantidade de produtos agrícolas produzidos sob sua liderança e consumidos, comercializados, doados ou vendidos. Este instrumento metodológico é particularmente importante para sensibilizar as próprias mulheres beneficiárias, membros de suas famílias e também profissionais que realizam serviços de assistência técnica sobre os benefícios sociais, políticos, econômicos e ambientais da produção agroecológica em espaços que muitas vezes não são vistos como potencialmente produtivos dentro de propriedades rurais, tais como os “quintais produtivos”. Como salientou uma das líderes comunitárias, o instrumento é útil na medida em que tem a intenção não apenas de registrar as informações, mas também de dar maior visibilidade às práticas protagonizadas pelas mulheres, de modo que estas práticas possam ser vistas e abordadas de outra forma.

As mulheres envolvidas na AMPEPI participam ativamente de práticas de comercialização que vão desde (i) venda porta a porta nas comunidades, (ii) entregas de pedidos de produtos, (iii) “cestas” solidárias que são oferecidas em ocasiões especiais, como as festas da Páscoa e do Natal, (iv) inserção em feiras públicas; (v) envolvimento em programas de compras públicas, como o PAA.¹³

Os produtos agroecológicos, nos quais mulheres desempenham um papel chave na produção – em diferentes formas e estágios de desenvolvimento – são comercializados em uma variedade de mercados, dentro de canais de circuitos curtos de comercialização – que representam uma das formas mais comuns de comércio para mulheres rurais, devido à facilidade com que podem ser incluídos em tais espaços comerciais. Feiras públicas, muitas das quais comercializam não só produtos alimentares, mas uma variedade de outros tipos de produtos, como artesanato, são parte de uma longa tradição histórica na região Nordeste do Brasil e atendem a uma variedade de funções que vão além de seu valor como um espaço dedicado especificamente a transações financeiras. As feiras também possuem uma forte dimensão cultural, sendo espaços que promovem formas de interação social entre diferentes atores para o intercâmbio de informações valiosas sobre os produtos que estão em exposição e para o fortalecimento de laços entre produtores/as das áreas rurais e consumidores/as de cidades pequenas ou maiores. A presença nas feiras

exige algum nível de planejamento e coordenação, uma vez que as mulheres que vão a esses mercados tentam complementar a produção umas das outras, procurando cada uma vender um produto que se diferencie dos demais. Este esforço coordenado reforça a diversidade dos processos produtivos.

Durante os meses de setembro e outubro de 2020, 12 mulheres dos municípios de Geminiano, Campo Grande e Francisco Santos venderam um total de quatro tipos de legumes e frutas frescos e um produto animal dentro da política de compras públicas (PAA). Além de 90 quilos de abóbora, 380 kg de raiz de mandioca, 20 kg de frango, 110 kg de mamão e 30 kg de salsa, coentro e cebolinha, 130 kg de um tipo de sobremesa de mamão também foi comercializada, o que reflete a importância do processamento de frutas na preparação dos alimentos para posterior comercialização. Um dos principais objetivos do “Plano de Investimento” tem sido ampliar a produção de culturas básicas que são utilizadas na preparação de alimentos, permitindo a criação de uma grande variedade de alimentos semi-industrializados ou processados. É o caso da mandioca, que fornece matéria-prima para uma série de produtos, tais como bolos, bolachas, farinhas e outros.

Outra iniciativa interessante foi a atividade Natal Sem Pesticidas, dedicada à venda de produtos agroecológicos. Estas cestas contêm uma variedade de produtos especializados e são construídas em diálogo com os consumidores, que fazem seus pedidos. Cada município é responsável por um determinado tipo de produto, de acordo com suas condições, e a cada ano que passa, a diversidade de produtos que compõem esses cestos aumenta. De acordo com um dos líderes, no Natal passado um total de 30 produtos, incluindo uma grande variedade de bolos, vários tipos de carne, ovos, sobremesas de frutas e outros produtos compuseram estas cestas. Esta iniciativa comercial envolve não só aqueles que estão diretamente envolvidos no projeto dos Quintais Produtivos, mas todas as famílias que fazem parte da base do Movimento dos Pequenos Agricultores.

As mulheres dos grupos dos quintais produtivos de dois territórios – Carnadaí e Vale de Guaribas – também participam de uma feira promovida pela Universidade Federal do Piauí no Campus de Picos. Durante a pandemia, ela foi transformada em uma feira *online*, representando uma medida crucial para a comercialização da ampla gama de produtos produzidos pelas agricultoras, que vão desde

¹³ A PAA é uma política pública que foi criada em 2003 com o objetivo principal de promover a comercialização de produtos da agricultura familiar em estabelecimentos institucionais (hospitais públicos, restaurantes populares, escolas e lares de idosos).

plantas medicinais a produtos processados (sobremesas, bolos). É importante refletir sobre como estas práticas econômicas mudam as dinâmicas do poder dentro das relações sociais de gênero. Muitas mulheres relatam que quando elas contribuíram significativamente com tais vendas, fazendo um impacto notável na renda familiar, houve uma grande mudança nas dinâmicas interpessoais dentro do âmbito familiar.

As mulheres líderes que fazem parte deste projeto de quintais produtivos apontam que, durante a pandemia, foi possível ativar o PAA em dois municípios, envolvendo um total de 150 agricultoras – uma solução que lhes ajudou a ampliar os seus espaços para comercialização, especialmente diante da suspensão das feiras, devido a normas rígidas visando o cumprimento das regras de isolamento social. É evidente que as práticas de comercialização articuladas a partir da “casa”, como a venda feita em “casa”, durante as visitas, ou em visitas feitas de “casa para casa” em nível local, foram intensificadas durante a pandemia. Muitas das mulheres que estão envolvidas com o projeto dos quintais produtivos declaram que, durante a pandemia, o interesse dos consumidores em alimentos saudáveis aumentou dramaticamente, o que, por sua vez, reforçou processos de produção e escoamento de produtos agroecológicos. Isso representa um desafio para as mulheres envolvidas no Movimento dos Pequenos Agricultores, que procuram acessar diversas redes sociais e aumentar suas formas de comunicação com possíveis clientes para a venda de seus produtos. Muitas mulheres aprenderam a usar o aplicativo *WhatsApp* como um veículo para vender e entregar pães, bolos, biscoitos e outros produtos.

Além destas medidas, as agricultoras que participam ativamente no MPA e fazem parte do projeto dos quintais produtivos (com apoio do PVSA) também estiveram ativamente envolvidas em uma campanha contra a fome, ajudando a doar alimentos para as partes periféricas das cidades (favelas e outras áreas pobres). Isto reflete a consciência de que estes são os grupos sociais que mais sofrem com a escassez de alimentos. De acordo com uma das principais líderes do MPA, uma vez que “nós mulheres somos as que mais se preocupam com o bem-estar das famílias”, em situações de emergência que são tão precárias, como tem sido a pandemia, na maior parte das vezes uma resposta coletiva é construída por mulheres, que se colocam na linha de frente.



© Josefa Galvão

As mulheres envolvidas neste grupo de quintais produtivos expressam seu desejo de encontrar soluções para lacunas nos processos produtivos existentes. Uma das suas exigências diz respeito à instalação de kits de irrigação, um elemento que fazia parte do plano de investimento, mas que foi eliminado durante os ajustes efetuados quando o projeto estava sendo negociado. Já há algum tempo que um processo de negociação está ocorrendo, com o objetivo de encontrar alternativas para a captação de água nas fontes, dado que existem pontos estratégicos em que a água pode ser encontrada e acessada para utilização. O envolvimento de membros da AMPEPI em negociações com deputados estaduais e outros funcionários públicos para garantir a implantação de uma proposta sobre o sistema de irrigação tem sido uma grande força motriz das intervenções do MPA na arena política.

Outra demanda envolve a necessidade de treinamentos específicos em diferentes temas, tais como métodos e técnicas de plantio dentro de uma abordagem agroecológica (repelentes de insetos naturais, compostagem, etc.). Outra preocupação do Coletivo de Gênero dentro do movimento dos Pequenos Agricultores é a necessidade de ampliar o acesso a feiras livres e a políticas públicas específicas, como a PNAE.¹⁴

Uma forte característica do Coletivo de Gênero dentro do MPA que é claramente revelada neste projeto específico dedicado aos quintais produtivos é a capacidade, por parte das mulheres envolvidas, de fortalecer seus esforços de organização nos níveis local e regional, em coordenação com estratégias de intervenção nas políticas públicas. De tal forma, agem a nível local, enraizadas na dinâmica territorial, mas nunca perdem de vista o quadro geral. O desejo de “lutar por seus direitos” está enraizado em cada uma de suas iniciativas e projetos organizacionais, e vai orientá-las em todos os esforços futuros, para os próximos anos de luta em prol da organização social.

¹⁴ O PNAE – Programa Nacional De Alimentação Escolar – foi criado em 2009 com o objetivo principal de impulsionar a economia local e abrir novos mercados para pequenos agricultores que não se encaixam no modelo de agricultura convencional e de grande escala. O PNAE exige que um mínimo de 30% dos seus recursos financeiros destinados a almoços escolares sejam adquiridos por pequenos agricultores e empresas rurais familiares.

CAPÍTULO 3

A associação de líderes CASACO: organizações comunitárias e de agricultores/as na Paraíba, Brasil

1. Introdução

O Coletivo de mulheres que participa da associação composta de Líderes, Organizações e Agricultores no território do Cariri Oriental dentro da Paraíba é uma força organizacional potente que interage com diversas iniciativas, e que têm adotado estratégias destinadas para atenuar os impactos das secas prolongadas.¹⁵

O Coletivo ASA Cariri Oriental – CASACO – é uma associação composta por 60 membros que tem uma forte presença em 13 comunidades rurais de seis municípios. Foi criado como resultado de um processo de intensa articulação com uma grande variedade de organizações e instituições, e se organizou em torno de demandas específicas de certos grupos sociais, como mulheres e jovens.

A diversidade de temas e questões que o CASACO assumiu desde a sua formalização em 2008, seu potencial para networking com diferentes movimentos sociais e a sua forma abrangente e intermunicipal de ação são marcas registradas de sua presença na região semiárida da Paraíba. A Associação tem um grande grau de capilaridade e é organizada de forma descentralizada, o que traz à tona o forte potencial de liderança dos seus membros. Além disso, tem uma forte interação com o PROCASE,¹⁶ projeto na região semiárida do Paraíba apoiado pelo FIDA, que financiou um projeto produtivo entre 2015 e 2020 com apoio à criação de caprinos e ovinos, tecnologias de uso e armazenamento de água e diversos tipos de equipamentos destinados a apoiar processos de comercialização.

Aqui, focamos no papel das mulheres líderes – todas fazem parte do CASACO – numa variedade de iniciativas inovadoras. Cerca de 20 mulheres agricultoras do Território do Cariri Oriental que trabalham com agricultura sustentável têm sido ativamente envolvidas nas diferentes fases da produção de alimentos, desde 2003, como o plantio, a colheita e processamento de produtos a serem vendidos,

não só na “Tenda Agroecológica” – o mais importante ponto de referência para a Associação, no município de Boqueirão –, mas também em mercados e feiras agroecológicas dentro de áreas vizinhas: Campina Grande e João Pessoa.

2. Soluções face às condições precárias da região semiárida: investimento nos agricultores locais como referência para a experimentação de tecnologias

Seria impossível discutir a importância do CASACO sem citar a sua estreita relação com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)¹⁷ e seu envolvimento direto com a construção do programa “Um Milhão de Cisternas de Água” (P1MC)¹⁸ – um marco quando se trata de políticas públicas que apoiam soluções viáveis para os problemas estruturais e profundamente enraizados causados por uma seca crônica que tem assolado a região por um longo período de tempo. Entre 2003 e 2012, o PATAC(?) ajudou a executar a primeira edição do P1MC em seis municípios, enquanto, entre 2009 e 2015, o mesmo programa foi realizado em parceria com o Serviço Pastoral dos Migrantes em oito municípios. O conselho de gestão, que supervisionou a implementação do programa P1MC, começou a organizar a construção do seu plano de ação voltado ao fortalecimento da transição agroecológica entre as famílias rurais, o que representou a semente que lentamente tomou forma em 2008 e se transformou no que é conhecido como CASACO. Ao começar a ampliar o âmbito de suas atividades, tornou-se mais evidente a necessidade

¹⁵ Para esta sistematização, foram realizadas entrevistas com os seguintes membros da equipe do PROCASE: Maria do Carmo Soares D’Oliveira, Nicholas Lucena Queiroz, Maria Aparecida Oliveira de Miranda Henriques. Foram também entrevistadas as seguintes mulheres, que fazem parte do grupo CASACO, ou que participaram em ações estratégicas específicas ao longo do tempo: Gracilene Macedo Braz, Francineide Barbosa de Oliveira (Fran), Maria Celia Araujo e Maria de Fátima Alves Borba.

¹⁶ PROCASE – o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú – é resultado da parceria entre o governo do Estado de Paraíba e o Fida – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário, e atua em cinco territórios rurais – Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Curimataú, Seridó e Médio Sertão –, beneficiando 56 municípios de região semiárida. O seu principal objetivo é contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, reduzir os atuais níveis de pobreza rural e reforçar as ações de prevenção e mitigação da desertificação na área do Projeto.

¹⁷ A ASA é uma rede que defende um projeto político dedicado à convivência com a região semiárida, formada por mais de três mil organizações da sociedade civil – incluindo sindicatos rurais, associações de agricultores, cooperativas, ONGs, etc. Conecta instituições organizadas que atuam em toda a região semiárida, defendendo os direitos das comunidades nesta região. As instituições que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes em 10 estados que compõem a região semiárida Brasileira (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA).

¹⁸ Ações estratégicas que visam a Educação e a Mobilização Social dentro do paradigma da «Convivência com o Bioma Semiárido» foram incorporadas ao público da política de «Um milhão de Cisternas Rurais (P1MC)» em 2001, o que, conseqüentemente, tornou-se uma parte intrínseca do programa governamental «Fome Zero» do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (períodos de 2003-2007 e 2008-2011).



de afirmar sua própria identidade como organização autônoma, bem como a necessidade de continuar fortalecendo as ações dos “agricultores experimentais”,¹⁹ outra estratégia crucial para a ASA desde 2003.

A força e a resistência da ASA como uma rede que se estende entre dez estados da região Nordeste do Brasil têm a ver com a sua decisão de criar conselhos territoriais ao nível dos estados que implementam e supervisionam estratégias voltadas para o fortalecimento da agroecologia e da gestão e armazenamento de água, bem como o seu compromisso para a criação de uma rede de “agricultores experimentadores”, com o principal objetivo de experimentar e trocar inovações tecnológicas e metodológicas. O CASACO considera-se não só como uma organização criada através do seu envolvimento com a ASA na construção e implementação do programa “Um Milhão de Cisternas”, mas também, no momento atual, como parte de uma rede de longo alcance dedicada à construção de soluções sustentáveis para a região semiárida. Para tal, participa ativamente nos esforços de coordenação em todo o estado.

Como associação, o CASACO tem uma ampla gama de objetivos que orientam suas ações concretas: (i) a construção e adaptação de tecnologias sociais para a captura e armazenamento de água da chuva (cisternas, barragens subterrâneas, usinas de dessalinização solar,²⁰ terraços, poços ecológicos e filtros de reutilização de água); (ii) produção agroecológica (vegetais, grãos, frutas e animais); (iii) armazenamento de sementes nativas (chamadas “sementes da paixão”); (iv) comercialização de produtos através da Tenda Agroecológica de Cariri; (v) serviços alimentares prestados pela cozinha “Olaria”. O CASACO tem demonstrado bastante criatividade no uso de inovações tecnológicas para captar e armazenar água dentro da região semiárida, que é altamente vulnerável a períodos de escassez de água devido a secas prolongadas.

Além de experimentar equipamentos para filtrar água através do sistema viável de reuso de “águas cinzas”, aquelas provenientes de pias e chuveiros, e que foi financiado pela PROCASE entre 2015 e 2020, o CASACO também se envolveu na instalação de usinas de dessalinização solar através de recursos financeiros obtidos com o projeto “Mudanças Ecológicas”, com o apoio da Fundação Itaú. Vale a pena notar que estas usinas de dessalinização solar são distintas das usinas

¹⁹ A proposta de “agricultores experimentais” é crucial para validar e sistematizar experiências que são vistas como exemplares e que serviram de fonte de inspiração em diversas estratégias e ações. ASA tem usado este conceito ao longo dos anos para incitar intercâmbios e treinamentos entre comunidades, publicação de resultados concretos e produção de outros materiais (ex: banners, panfletos).

²⁰ Os dessalinizadores solares são projetados para fazer uso de águas salinas de poços artesanais inutilizáveis devido aos altos níveis de sais. O CASACO esteve envolvido na construção de 70 unidades de dessalinizadores nas comunidades, onde cada unidade gera uma média de 15 litros de água potável por dia. De acordo com líderes femininas do CASACO, esta tecnologia social foi desenvolvida através de um projeto entre o CASACO e a UEPB, com apoio financeiro da Fundação Itaú.

de dessalinização de água que foram instaladas pela PROCASE no território da Cariri Oriental entre 2018 e 2020. Das 19 instalações de dessalinização da água que foram implementadas neste território, nove foram implantadas em áreas em que o CASACO executa suas ações, e eles têm provado ser uma das principais inovações do PROCASE, dado que ajuda tanto com o consumo humano e produção animal por um preço muito razoável, além de ser um sistema tecnológico simples e dinâmico. Há também benefícios quando se trata de avaliar a participação das mulheres, dado que elas representam 62% das beneficiárias titulares de instalações de dessalinização da água, bem como são profundamente envolvidas nos conselhos de gestão e nas operações dessas inovações tecnológicas.

Segundo uma das líderes da CASACO, Maria Celia Araujo, esses diferentes tipos de tecnologias se complementam, pois cada um tem seu próprio propósito na luta contra as condições precárias na região semiárida da parte Nordeste do Brasil. Ela declara que para enfrentar as condições da região semiárida dentro de um espírito de coexistência com este bioma²¹ – em vez de uma abordagem que visa “combater” os aspectos negativos da seca e suas consequências –, é necessário reunir uma vasta gama de práticas e tecnologias adequadas para os processos produtivos que garantam o acesso a um sistema de abastecimento de água para as famílias. Neste sentido, não há soluções fáceis, mas o CASACO, como um grupo, entende a importância de experimentar novas formas de acesso e garantir o armazenamento de água por meio da construção e adaptação de diversos tipos de tecnologias de água, baseada em um equilíbrio entre o conhecimento técnico e o desenvolvimento de talentos e capacidades da comunidade, uma vez que os membros da comunidade têm um sólido sentido do que pode ser mais apropriado dentro do seu contexto particular.

Um dos aspectos únicos do CASACO como associação é o fato de que investe em um grupo de agricultores que têm desenvolvido um forte grau de especialização nas questões complexas, tais como o uso de sementes nativas, através de sua experiência prática no campo, o que torna difícil às vezes distinguir entre líderes comunitários, técnicos ou consultores. Desde a sua criação, o CASACO foi construído por agricultores/as, muitos dos quais

assumiram funções técnicas e administrativas ao longo do tempo, desenvolvendo novas competências à medida que assumiam novas responsabilidades. Estas fronteiras são mais nebulosas no caso do CASACO devido às parcerias frutíferas desenvolvidas com uma ampla gama de organizações (ASA, Instituto Nacional Semiárido - INSA, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Núcleo de Extensão Agroecológica Rural, conectados à Universidade Federal de Paraíba, etc.), bem como o papel fundamental dos líderes comunitários na organização de atividades, experimentação de abordagens e técnicas inovadoras e contato com famílias e grupos comunitários dentro de uma área territorial tão vasta. É raro encontrar uma organização com tanta capilaridade, que possui as qualidades de uma extensa rede composta por líderes comunitários que estão tão sintonizados com questões prementes do atual contexto político e tão bem articulados com organizações importantes dentro da Paraíba através de parcerias sólidas.



²¹ Uma série de concepções foi construída para entender a região Nordeste como um lugar que carrega consigo o estigma do atraso e da miséria, dado que estes atributos estão diretamente relacionados com as condições do bioma Caatinga, considerado como um lugar com limitados recursos ambientais, que passa por períodos de seca severa (ESMERALDO, 2019). Esta visão que “naturaliza” a pobreza e a fome como consequências de condições naturais adversas, como irregularidades climáticas, orientou políticas governamentais que visam combater secas até o início dos anos 1980. De uma perspectiva crítica começou a ser desenvolvido em meados da década de 1980, com propostas de ações que visam encontrar formas de “viver com” as condições do Semiárido, no entendimento de que a região é um sistema complexo composto de ecossistemas com limitações e possibilidades, em que é possível construir relações novas e mais sustentáveis entre os seres humanos e o mundo natural (SILVA, 2006). Esta série de propostas ganhou impulso no final dos anos 1990, com a criação da rede da região Semiárida (ASA), que reuniu mais de 700 ONGs e movimentos sociais.

3. Representação das mulheres na estrutura organizacional do CASACO: formas de ação

A Coordenadora de ações e redes no CASACO, Maria Celia Araujo, faz importantes conclusões sobre o papel fundamental desempenhado pelos/as “agricultores/as experimentadores, a maior parte dos/as quais são mulheres, devido às suas múltiplas formas de exercício da liderança: elas assumem responsabilidades não apenas como lideranças comunitárias, mas também como aquelas que possuem um certo tipo de expertise e que tem conseguido adquirir habilidades técnicas e competências dentro de uma determinada área específica no curso de seu envolvimento com atividades produtivas. Segundo Maria Celia, “em muitas ocasiões, realizamos oficinas com homens e mulheres (em grupos mistos); coordenamos oficinas e treinamentos em técnicas agroecológicas com ‘agricultores/as experimentadores/as’ e lideramos ações de comercialização”. Ela continua a dizer que mulheres tendem a assumir a liderança em todas essas ações, especialmente quando se trata de gestão do Grupo de Cozinha “Olaria”, onde desempenham um papel fundamental na cozinha e na produção de produtos alimentícios. Estas diversas expressões de liderança são evidenciadas nas comunidades que compõem os territórios que integram a estrutura organizacional do CASACO e ajudam a construir esta forma dinâmica e inovadora de organização “de baixo para cima”.

O CASACO, como estrutura organizacional, procura manter uma representação igualitária entre homens e mulheres em sua diretoria, bem como em seus grupos de trabalho e comitês. De acordo com Celia, um dos principais objetivos do CASACO é estimular as capacidades das mulheres, de modo que assumam tarefas administrativas em relação tanto à propriedade rural quanto à associação comunitária, no mesmo nível que líderes masculinos. É notável que, na direção do CASACO, dois dos quatro cargos são ocupados por mulheres, e a presidente é também mulher – Maria Gomes de Oliveira. Além disso, quando se trata de líderes de comitês ou grupos de trabalho, a coordenadora do projeto, a coordenadora da cozinha, a coordenadora administrativa e a coordenadora da juventude e dos

coletivos das mulheres são todas do sexo feminino. O único coordenador masculino é de um grupo de trabalho dedicado à construção de um fundo de solidariedade para crédito²² – uma reserva comunitária de poupança gerida coletivamente e utilizada para reforçar a agricultura familiar.

O CASACO possui atualmente sete grupos de trabalho específicos, todos eles construídos em torno de interesses e demandas específicas. Um dos grupos se dedica a organizar sementes nativas em bancos de sementes, e a trabalhar em rede com outros grupos e organizações dedicados à preservação de sementes nativas no estado da Paraíba. Outra iniciativa interessante é a cozinha “Olaria”, que envolve o uso de uma minicozinha industrial na sede da Associação para preparar e servir produtos alimentícios para eventos, mas que foi desativada durante o período da pandemia. O CASACO realiza treinamentos e oficinas com os membros de cada um desses grupos - o Coletivo de Mulheres e Coletivo de Jovens – sobre uma ampla gama de temas, bem como atividades culturais, como “círculos culturais”, capoeira e artesanato.

O CASACO está ligado a um grande esforço em todo o estado envolvendo a construção de uma rede de organizações que querem preservar e distribuir “sementes nativas”, como uma estratégia fundamental para enfrentar as difíceis condições causadas pela seca prolongada, bem como para a promoção de segurança alimentar e nutricional e melhoria da biodiversidade. Desde 1999, uma rede estatal de “sementes nativas” – conhecida como “sementes da paixão” – tem se dedicado à construção de bancos de sementes, intercâmbios entre agricultores e técnicos, bem como projetos de pesquisa focados no desenvolvimento e experimentação de diferentes tipos de sementes. O termo “sementes da paixão” tem a ver com a interpretação de que as pessoas guardam sementes como um ato de “paixão”. A maioria das comunidades na região semiárida tem bancos de sementes e as mulheres desempenham um papel fundamental no cultivo da tradição de preservação e troca das sementes nativas.

O CASACO já promoveu a construção de sete bancos comunitários de sementes crioulas em três municípios desta área geográfica: Caraúbas, Boqueirão e Alcatil. Em todos os eventos coordenados pela CASACO – sejam intercâmbios, encontros ou feiras abertas – são trocadas sementes crioulas.

²² Este fundo de poupança é formado através da doação voluntária de recursos por cada membro que nele participa ou também pode ser constituído através de recursos externos destinados à comunidade. No caso do CASACO, cada membro faz uma contribuição mensal e esses recursos coletivos são utilizados para conceder benefícios às propriedades rurais. Através do uso deste fundo de solidariedade, a associação foi capaz de implantar biodigestores, fogões ecológicos, telas e reutilizar filtros de sistemas de água. O fundo é gerido por todos os envolvidos.

O CASACO é especialmente conhecido por cultivar e trocar o que é conhecido como uma espécie de semente nativa, classificada como “fava”. Francineide Barbosa de Oliveira, uma das líderes da comunidade, que está profundamente envolvida no cultivo de hortas comunitárias e bancos de sementes, bem como nos trabalhos associados ao uso das cadernetas agroecológicas, afirma que a maioria das famílias tem o costume de guardar as suas próprias sementes enquanto unidade familiar, incluindo variados tipos de feijão, milho, melancia e quiabo. Francineide também destaca o esforço de preservação de raças de animais prevalentes nesta região, como galinhas ou cabras, alegando que estes animais podem ser vistos como uma forma de “poupança” em um contexto de níveis crescentes de precariedade e instabilidade econômica.

No CASACO existe um grupo composto por cerca de 15 mulheres rurais das áreas circundantes de nove cidades que representam pontos focais na região. Uma vez que este grupo de mulheres desempenha um papel importante na gestão do investimento concedido pelo PROCASE, é justo afirmar que o CASACO pode ser considerado um dos 23 grupos de mulheres que beneficiaram de projetos produtivos, constituindo-se em 24% do total de planos de investimento. Este Grupo de mulheres, que existe dentro de uma estrutura organizacional mista, serve como um excelente exemplo de autogestão, uma vez que suas reuniões são financiadas através de uma série de estratégias criativas, tais como os recursos arrecadados (p.ex: custos de transporte) através de almoços que são preparados pela cozinha “Olaria”. Celia afirma que um dos principais objetivos dos cursos e treinamentos educacionais em que o CASACO participa é ajudar as mulheres “a deixar a esfera privada e ocupar a esfera pública, em busca da sua autonomia, não só no que diz respeito ao seu rendimento, mas também no que diz respeito à sua autoestima”. Algumas estratégias fortaleceram o próprio grupo de mulheres, como intercâmbios que ocorreram em 2018 entre grupos produtivos, com foco em questões de gênero. Quatro oficinas que se concentram em questões de gênero, raça e etnia foram realizadas pela organização que coordena os serviços de assistência técnica no território do Cariri Oriental – Instituto de Assistência para a Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável (IDS) – com a orientação da Especialista de Gênero da equipe de funcionários do PROCASE – Maria do Carmo Soares d’Oliveira. Em muitas dessas oficinas, houve uma reflexão sobre a natureza do trabalho doméstico/trabalho de cuidado, o que foi reforçado pela Campanha de

Distribuição Igualitária do Trabalho Doméstico(Campanha por uma Divisão Justa do Trabalho Doméstico), lançada em 2016 e tem sido continuamente alimentada por uma grande variedade de organizações sociais que fazem parte da Rede Feminismo e Agroecologia dentro da região Nordeste do Brasil. É importante salientar que este tipo de ação está alinhada com um dos principais componentes da estratégia de gênero do FIDA a nível internacional: busca de transformações na distribuição das tarefas domésticas e de cunho comunitário, de modo a aliviar a carga de trabalho das mulheres e envolver homens no cumprimento destas funções, se tornando uma responsabilidade coletiva.

Outro elemento que vale a pena mencionar quando se trata da estratégia de intervenção do PROCASE são seus esforços para envolver este coletivo de mulheres do CASACO em conselhos de desenvolvimento rural sustentável (CONDRAFs), entre outros espaços dedicados à elaboração de políticas públicas. Todas essas ações foram acompanhadas de perto por um “grupo de trabalho em gênero”, composto por membros da equipe do PROCASE e organizações parceiras com a função fundamental de construir um plano de trabalho, avaliando as ações realizadas pelo PROCASE e formulando recomendações para melhorar tais estratégias. Este espaço particular foi reforçado após o trabalho realizado com as cadernetas agroecológicas, uma vez que o uso desta metodologia fez com que todos os/as envolvidos/as tivessem plena consciência da necessidade de planejar e avaliar ações coletivamente, de modo a alcançar resultados sólidos e de longo alcance.

Outro momento memorável foi a Marcha das Mulheres pela Vida e pela Agroecologia anual, composta por cinco milhões de mulheres da região que se mobilizam em um processo preparatório organizado em torno de temas-chave, como a justa divisão do trabalho doméstico e de cuidados e a luta contra múltiplas formas de violência contra as mulheres. As mulheres que participam do CASACO retornam desta marcha todos os anos movidas pelas poderosas emoções levantadas por esta mobilização. Outra atividade importante para o grupo de mulheres do CASACO foi o trabalho com as cadernetas agroecológicas, que envolveu um total de 15 mulheres. As mulheres do CASACO também consideram a Campanha por uma Divisão Justa do Trabalho Doméstico, uma iniciativa que tem sido realizada pela Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste e que, durante a pandemia ocorreu apenas *online*, como parte crucial de sua agenda política.

Dentro do CASACO, há uma forte ênfase nas mulheres rurais como experimentadoras, que protagonizam a invenção e disseminação de inovações. De acordo com um dos líderes da CASACO, ser considerado uma pessoa que faz experimentos no campo agroecológico significa ver suas propriedades como “experiências na transição para a agroecologia, engajadas em processos constantes de mudança e mutação”. Essa visão é especialmente interessante porque nos permite considerar a agroecologia como um processo: em outras palavras, ninguém é naturalmente agroecológico, dado que a agroecologia tanto é uma teoria sobre o vivido, quanto uma prática enraizada no “aqui e agora” e um movimento social que evolui ao longo do tempo.

Alguns líderes podem ser identificados como porta-vozes de experiências únicas, e têm começado a acreditar que têm um papel especial a desempenhar, por exemplo, como “guardiões da biodiversidade”, através do cuidado que tomam em guardar sementes nativas ou preservar raças nativas de pequenos animais, como galinhas. Muitas vezes, são eles que lideram as trocas de sementes e mudas entre comunidades e territórios, usando sua experiência como exemplo que pode estimular experiências semelhantes, além de servir como ponto de referência para sua replicação. Por exemplo, Sra. Maria Gomes cultiva raças nativas de cabras, em parceria com o INSA, através do Núcleo de Sistemas de Produção Animal, que realizou uma série de investigações sobre galinhas nativas e ovos, que exploram as qualidades nutricionais de plantas forrageiras do bioma da Caatinga.

Outra líder comunitária que é referência na região é Francineide Barbosa de Oliveira (Fran), que atuou como uma mobilizadora do PM1C para a ASA por muitos anos e descobriu uma nova missão para si mesma depois de participar do primeiro treinamento sobre as cadernetas agroecológicas no Recife em 2019. Quando retornou desta formação inicial na metodologia com líderes e membros das equipes de outros projetos apoiados pelo FIDA, ela se reconheceu como uma agricultora com capacidade de multiplicar sua experiência dentro das comunidades, motivando outras mulheres a se envolverem no uso das cadernetas agroecológicas por meio de grupos do *WhatsApp*, bem como outros mecanismos. Sua própria horta caseira serve também como ponto de referência na comunidade e em todo o território devido à diversidade de plantas e legumes cultivados, além da pequena produção animal. Ela afirma que se orgulha de cultivar plantas

medicinais porque “elas promovem a saúde”. Desde agosto de 2019, ela começou a participar do Grupo de Trabalho de Gênero do PROCASE – um comitê que orienta sobre a utilização das cadernetas agroecológicas nos territórios rurais.

4. Ações no campo da produção agrícola e comercialização

O plano de investimento com o apoio do PROCASE, foi construído em 2012, com os seguintes objetivos: (i) fortalecer a produção em quintais produtivos; (ii) construir e implementar tecnologias para captação de água e de armazenamento, tais como o reuso de “águas cinzas”; (iii) adquirir equipamentos que possam ajudar na criação de pequenos animais, como galinhas e cabras; (iv) melhorar o processamento de produtos, aumentando seu valor e contribuindo para sua maior durabilidade, de modo que eles possam ser vendidos com sucesso na Tenda Agroecológica – um espaço coletivo para comercialização. Uma outra dimensão crucial deste projeto produtivo foi a aquisição de matrizes, criadores e equipamentos para expandir o apoio à forragem, o que envolve a validação da posição das mulheres como reprodutoras de cabras e ovelhas, muitas das quais assumem funções de liderança no CASACO.

Este projeto produtivo específico tem 15 titulares de investimentos dedicados a 15 quintais produtivos –, que inclui 12 mulheres (duas das quais são jovens) e três homens. Desde o início deste projeto produtivo, as mulheres têm desempenhado um papel importante, uma vez que são consideradas as principais titulares dos investimentos (12 em 15). Um dos primeiros passos do projeto consistiu em fornecer equipamentos: a instalação de 15 filtros para congeladores, uma balança, embalagens à vácuo e outras embalagens. A assistência técnica também foi dada aos membros do grupo em 2017 e 2018 para a criação e desenvolvimento do logotipo para seus produtos, além de outros assuntos relacionados ao processo de comercialização, bem como aspectos técnicos para a criação de pequenos animais.

Um dos principais focos do trabalho com a comercialização tem sido a melhoria das técnicas de processamento de alimentos, no caso de queijos, carnes e frutas para sobremesas, bem como medidas para melhorar a logística (especialmente as formas de transporte). As mulheres trabalham individualmente ou em pequenos grupos familiares na transformação de alimentos no interior das suas casas ou na cozinha “Olaria”, que está localizada na sede da Associação. Uma das líderes do CASACO, Celia, afirma que uma das características mais importantes deste projeto produtivo envolve a expansão da oferta de carnes – uma importante fonte de renda na região, bem como a construção de unidades de processamento de alimentos. Tais técnicas e equipamentos permitiram que mulheres do CASACO desenvolvessem suas habilidades na produção de alimentos, para que pudessem aproveitar as diferentes propriedades de diversos tipos de alimentos. Outras vantagens dos alimentos minimamente processados incluem a possibilidade de reduzir os resíduos e garantir uma maior duração desses produtos ao longo do tempo. É importante notar que o processamento mínimo de alimentos, além de contribuir para a preservação de seus nutrientes, dado que muito pouco do seu valor original é perdido, também são claras expressões da capacidade criativa das mulheres rurais, que se envolvem em iniciativas para a transformação de certos tipos de alimentos em sua forma bruta – em uma grande variedade de subprodutos que são derivados da cultura principal. Situações como essa podem ser observadas no caso da mandioca, que tem a capacidade de se transformar em mais de dez tipos de produtos.

Uma das dimensões mais inovadoras do plano de comercialização do CASACO é a construção de uma Tenda Agroecológica como ponto de referência fixo em Cariri, que ao longo do tempo se pretende tornar uma rede com pontos focais em seis cidades da região. CASACO está certificada para a venda direta de produtos orgânicos, uma vitória que foi obtida em 2018 com a assistência do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Com a adoção desta nova estratégia – a Tenda Agroecológica – houve uma mudança drástica nestes processos, no sentido de que os produtos já não eram entregues a intermediários que negociariam os preços. Os produtos começaram a ser negociados diretamente com o setor administrativo deste ponto de referência, que reteve 25% do valor total de cada produto vendido. As mulheres envolvidas com quintais produtivos também usaram a Tenda Agroecológica como uma saída comercial para a venda de sua produção de alimentos, o que aumentou muito sua autonomia econômica.

Em termos de outras estratégias de comercialização, é interessante notar que políticas públicas como PAA e PNAE nunca foram facilmente acessadas pelas agricultoras rurais. A tradição das feiras públicas é forte na Paraíba, e nos últimos tempos, as mulheres têm feito um esforço consciente para se envolver mais diretamente em tais circuitos de comercialização. Normalmente, uma das agricultoras leva os produtos para vender na feira local, atuando como uma representante de um grupo maior de produtores/as. Um dos principais desafios enfrentados pelo Coletivo de mulheres no CASACO é a regulamentação de medidas restritivas para a venda de determinados produtos processados, como queijos.

Durante a pandemia, foi necessário fazer alguns ajustes em estratégias voltadas à comercialização. A Tenda Agroecológica continua a ser um importante ponto de referência para a venda de produtos, mas se transformou num “centro de distribuição”, uma vez que após a chegada dos produtos, as entregas são feitas aos consumidores. Muitas mulheres produtoras do CASACO relatam que a demanda por produtos aumentou e que muitas delas começaram a usar o “Zé Delivery” como um sistema *online* para entrega. O CASACO como organização está investindo em novas táticas, como atualizar a página do *Facebook* com produtos adequados a cada temporada, bem como uma lista de receitas para incitar a curiosidade sobre certos tipos de alimentos frescos. A organização tem discutido a possibilidade de envolver os filhos dos agricultores familiares nessas redes sociais para que eles possam auxiliar seus pais no uso de inovações tecnológicas para a venda de produtos durante este período crítico e no futuro próximo, como uma forma de amplificar a sua clientela, em cidades vizinhas.

O CASACO continua a mostrar sua capacidade de construir estratégias inovadoras em face de tempos adversos – como a pandemia –, que afetou todas as transações comerciais para a produção agrícola familiar desde março de 2020. O que é único em sua tática organizacional é que procura envolver todos os membros da família e da comunidade em todos os tipos de iniciativas. Mulheres, bem como outros grupos sociais que muitas vezes estão à margem dos processos, ganham uma voz ativa dentro de uma estrutura organizacional tão flexível, horizontal e democrática.

CAPÍTULO 4

A liderança das mulheres na comunidade afrodescendente “Mearim” no Ceará, Brasil

1. Introdução

Este processo de sistematização foca nas estratégias de organização de uma associação comunitária recém-criada na comunidade afrodescendente Mearim no município de Quixeramobim, no Ceará. Esta experiência é significativa na medida em que revela o importante papel assumido pela mulher que venha a ser líder dentro da própria organização, bem como nos bastidores, seja no que diz respeito à produção agrícola e comercialização, ou em atos de validação de suas tradições culturais. Esta comunidade é assistida pela organização não-governamental CETRA – Centro de assistência e apoio aos trabalhadores –, uma das organizações que tem sido incluída em contratos endossados pelo Projeto Dom Helder Camara (PDHC II) para serviços de assistência técnica no estado do Ceará.²³ Iniciado em 2001, este projeto, que está em sua segunda fase de execução, é realizado em nível federal, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em conjunto com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Está presente em 913 municípios em 11 estados da federação nacional e tem como principal objetivo a prestação de serviços de assistência técnica, com um forte foco na melhoria dos sistemas produtivos locais, bem como contribuir para a difusão de tecnologias sociais e a construção de políticas públicas e programas voltados para a produção agrícola sustentável.

No caso deste projeto em particular, a estratégia de focalização foi implementada com sucesso, no sentido de que as mulheres representam mais da metade dos/as beneficiários/as diretos: de um total de 54.046 famílias que são beneficiadas, 36.108 ou 67% são representadas por mulheres, no sentido de que as mulheres são beneficiárias diretas das ações propostas. Dentro do registro que é feito das famílias assistidas pelo PDHC II, é feita uma identificação dos membros da família que declaram ter algum nível de responsabilidade na “unidade de produção”. Dentro do sistema de informação estabelecido pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), é interessante notar que, no atual momento, 37.072 mulheres são identificadas como sendo as principais responsáveis pela unidade familiar e pelos investimentos realizados, em contraste com 32.156 homens. Quando se trata de promoção de atividades na esfera produtiva, é interessante notar que, em 10.979 famílias –de um total de 13.965

famílias beneficiadas –, as mulheres são consideradas responsáveis pela gestão de recursos financeiros.

No entanto, ao avaliar a abordagem do projeto a partir da perspectiva de uma estratégia de gênero, com foco na transformação social, é importante notar que a inclusão das mulheres na concepção de um projeto ou programa voltado para o desenvolvimento da agricultura sustentável é muito mais complexa do que simplesmente garantir que um número significativo de mulheres seja beneficiário direto e/ou titular de planos de investimento ou empreendimentos produtivos. Por essa razão, atividades educativas que fortaleçam grupos e redes de mulheres em um nível territorial, contribuindo para a afirmação das mulheres enquanto sujeitos políticos, bem como destacando a sua capacidade para assumir posições de liderança e encorajar a sua participação direta na construção de políticas públicas, são medidas extremamente importantes a tomar em conta.

É fundamental que os projetos adotem abordagens transformadoras das relações de gênero, abordando as causas estruturais da desigualdade entre homens e mulheres, em vez de se limitarem a responder às necessidades e demandas práticas superficiais. Em alinhamento com a estratégia institucional de gênero do FIDA,²⁴ definida para o período de 2016 a 2025, tal abordagem vai além da priorização das mulheres como beneficiárias diretas de ações estratégicas, isto é, de uma “focalização”. O foco é nas intervenções que criam oportunidades para indivíduos e grupos desafiarem e mudarem normas de gênero, que promovem posições de influência social e política para as mulheres nas comunidades e que abordam as relações de poder hierárquicas e desiguais entre mulheres e homens nos níveis familiar e comunitário. No caso do PDHC II, é evidente que passos importantes têm sido dados nesse sentido, principalmente quando se trata não apenas de estimular o empoderamento das mulheres por meio de sua inclusão como beneficiárias diretas e titulares de planos de investimento, mas também lhes conceder um lugar privilegiado como principais participantes de atividades de construção de capacidades, como pode ser visto nesta experiência em particular. Tais elementos também podem ser encontrados em experiências delineadas em outros capítulos desta sistematização.

²³ Os seguintes funcionários do CETRA foram entrevistados durante este processo de sistematização: José Emmanuel Lima Sousa, Danubia Alexandre Xavier e Larissa Rodrigues de Sousa.

²⁴ Em sua estratégia institucional, inaugurada em 2016, o FIDA prioriza os impactos das estratégias que visam a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Isto implica não só contemplar um grande número de projetos que incorporam um foco em gênero dentro de seu projeto através de “integração” e/ou envolvem diretamente uma proporção significativa de mulheres como beneficiárias diretas, mas também contemplando intervenções que possam vir a adotar uma metodologia de gênero transformadora, em alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS 1 “Erradicação da pobreza” e ODS 5 “Igualdade de gênero”.

Esta sistematização não leva ao centro da narrativa um “grupo de mulheres” que se organiza de forma autônoma. Em vez disso, mostra claramente os impactos dos esforços de organização das mulheres dentro de uma estrutura mais abrangente e inclusiva: a associação que foi recentemente criada para a comunidade afrodescendente Mearim, que está empenhada num processo de reconhecimento e afirmação da sua identidade étnica, em diálogo com as autoridades estatais. Neste caso, os esforços de organização das mulheres²⁵ ganham visibilidade no contexto de uma organização comunitária, mostrando o potencial das mulheres para liderar a administração de projetos e planos de investimento, enquanto cuidam de seus próprios interesses particulares, mas também considerando as demandas e necessidades da comunidade como um todo. Tal experiência é um exemplo claro de como os esforços de organização que surgem de um grupo específico – como mulheres ou jovens – dentro de uma comunidade diversificada não desintegram os outros processos de organização nem dividem a luta “geral”, como muitas vezes somos levados a pensar. Por assim dizer, as lutas “específicas” e “gerais” precisam ser unificadas, uma vez que todas as questões que afetam os interesses coletivos estão interligadas.

2. A evolução histórica desta experiência e suas repercussões

A comunidade de Mearim tem 33 famílias, e deste total, 19 são consideradas famílias afrodescendentes. A comunidade contactou a CEQUIRCE – Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Ceará –, bem como a Secretária de Desenvolvimento Agrícola, numa tentativa de criar uma nova associação que se concentre especificamente na validação de sua identidade étnica. De acordo com uma das líderes femininas, Antônia Eliane Duarte da Cunha, “a ideia de criar a nossa própria associação, dedicada a salvaguardar os nossos direitos como quilombolas, que difere da Associação mais antiga da comunidade, era um sonho em determinado momento, mas agora tornou-se uma realidade”.

A Associação Comunitária Quilombola, recentemente criada, é composta por 17 famílias. Ao mesmo tempo que existem as preocupações sobre sua luta pelo reconhecimento enquanto comunidade quilombola durante um momento de turbulência política, há também um entendimento comum de que, uma vez que estas terras não pertencem formalmente a eles, apenas o reconhecimento de seu *status* como uma comunidade quilombola lhes permitirá ter direitos formais sobre a terra.

Muitas das mulheres envolvidas na associação comunitária na região do Sertão Central estiveram diretamente envolvidas no PDHC²⁶ durante a primeira fase da sua execução. Além disso, muitas delas participaram no Projeto focado na Agroecologia, implementado em 2011, com o objetivo de apoiar as famílias que estavam enfrentando a “transição agroecológica” através de uma variedade de atividades educacionais e de troca, em estreita aliança com os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e instituições de assistência técnica.



© Larissa Rodrigues © Larissa Rodrigues

²⁵ Um total de 10 mulheres ocupam cargos de liderança nas organizações comunitárias de Mirim: Valdeniza Ferreira de Menezes, Antônia Cristiane da Silva, Maria Jacinta da Silva, Antônia Eliane Duarte da Cunha, Francisca Antônia Siqueira da Cunha, Regina Célia Pinel, Maria Aldenira Nascimento da Cunha, Francisca Jacira Batista da Cunha, Valdenia Ferreira da Cunha e Antonia Paula da Silva.

²⁶ A primeira fase do Projeto “Rede e o Diálogo sobre Políticas Públicas para Reduzir a Pobreza e a Desigualdade na região Nordeste do Bioma Semiárido” – Projeto Dom Helder Camara foi iniciado em 2001, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER). Até 2010, 13 milhões de famílias na região semiárida do Nordeste foram beneficiadas. Foi visto como um projeto exemplar pelo FIDA devido ao seu sucesso durante a primeira fase de implementação, o que motivou o financiamento da segunda fase, de modo a consolidar as experiências adquiridas, socializar as lições aprendidas, e oferecer contribuições para as diversas instâncias de governo com o objetivo de melhorar as políticas públicas voltadas para a família baseada em agricultura.



© Larissa Rodrigues

Certas características são centrais na afirmação da identidade da comunidade enquanto uma comunidade afrodescendente, tal como o fato de se unirem para realizar tarefas como um Coletivo –, a partir de trabalhos específicos designados para homens e mulheres naquele contexto cultural. Por exemplo, muitas vezes os homens formam uma “força-tarefa” para plantar suas culturas, enquanto mulheres formam uma “força-tarefa” para debulhar milho ou descascar grãos, ou armazenam sementes para bancos de sementes. Estes esforços coletivos fazem parte do tecido social que sustenta uma comunidade como Mearim, bem como muitas outras comunidades tradicionais (afrodescendentes ou indígenas) no Brasil.

Dado que Mearim é uma comunidade afrodescendente, é importante considerar o fato de que suas principais lutas têm focado no reconhecimento de sua identidade étnica. De acordo com Larissa Rodrigues de Sousa, uma das técnicas da organização CETRA, as mulheres desta comunidade têm uma história forte de organização e estão profundamente empenhadas em proteger os seus direitos. A utilização das cadernetas agroecológicas pelo CETRA nestas comunidades, desde 2012, foi um fator importante para estimular as mulheres a se envolverem diretamente em

uma atividade produtiva, reforçando sua participação ativa em projetos e processos postos em prática antes que o PDHC II iniciasse seu ciclo de implementação. Por exemplo, as mulheres que participam nesta iniciativa acessaram a um fundo da Fundação Palmares²⁷ – Projeto Zumbi – para o cultivo de galinhas em 2018, com o objetivo de fortalecer suas práticas de autoconsumo e comercialização. Antes disso, em 2013, houve um investimento na criação de ovelhas através do Programa Brasil sem Miséria.

O PDHC II é um projeto que dá apoio às famílias e grupos comunitários através de serviços de assistência técnica, em vez de fornecer apoio financeiro para investimentos em atividades produtivas. O papel dos técnicos no PDHC II é apoiar os agricultores na sua compreensão e acesso às políticas públicas e programas, tais como o PRONAF e Agroamigo (do Banco do Nordeste), bem como garantir que façam uso mais eficiente dos investimentos que têm recebido, no sentido de melhorar a qualidade de suas atividades produtivas e empreendimentos. Para alcançar este objetivo, os técnicos do CETRA que trabalham com 1.700 famílias em oito municípios realizaram uma série de ações, como uma seleção de famílias com base em diversos critérios, complementada por um diagnóstico e uma série de visitas e atividades educacionais coletivas.

²⁷ A Fundação Cultural Palmares é uma instituição pública brasileira criada em 1988, vinculada ao Ministério da Cultura, que visa reforçar os direitos de cidadania, bem como cultivar a identidade e a memória coletiva dos grupos étnicos.

3. Princípios subjacentes a um sistema de serviços de assistência técnica nas comunidades rurais no contexto do PDHC II

O investimento na avicultura, que foi inicialmente apoiado pela Fundação Palmares com a participação da CEQUIRCE, foi assumido pelas mulheres que participam na Associação comunitária. Este projeto produtivo tem sido acompanhado pelos técnicos do CETRA no âmbito do projeto PDHC II. As mulheres assumem um papel ativo em várias tarefas dentro deste investimento, que vão desde a aquisição dos insumos necessários, administração dos fundos, comercialização dos produtos, mobilização dos membros da comunidade, até organização de reuniões. O que se torna evidente é que esta iniciativa é um resultado direto da assistência técnica prestada pela equipe de profissionais durante o projeto Dom Helder Camara - Fase I, que teve repercussões importantes durante a segunda fase. Este tipo de experiência demonstra a importância do sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER - na construção de diferentes formas de organização social, contribuindo diretamente para o fortalecimento das capacidades dentro de diversos coletivos.

O CETRA é uma organização que tem acompanhado esse território e comunidade desde o projeto Dom Helder Camara-Fase I, que foi realizada entre 2001 e 2010. Oficialmente fundada em 1978, o CETRA é uma organização não governamental que desenvolve ações estratégicas em sete territórios rurais, nas seguintes áreas/temas: Agroecologia e convivência com o semiárido; ações sociais e ambientais; justiça econômica; construção de organizações sociais e redes; gênero e juventude; comunicação social. Em 1994, o CETRA passou por uma transição interna e mudou o seu foco da assistência jurídica para a assistência técnica rural, na construção de uma nova visão da agricultura a partir de uma perspectiva agroecológica que apoia e valida diversas práticas tradicionais e fontes de conhecimento. Em todos os territórios em que desenvolve projetos e programas, o CETRA dá especial atenção a determinadas ações estratégicas que fornecem as condições para o fortalecimento de organizações comunitárias, tais como a construção de redes de agricultores que pretendem inserir-se nos mercados populares e agroecológicos.²⁸ O CETRA

também tem dedicado seus esforços para fortalecer as relações de equipe, de modo que possa solidificar seus serviços de assistência técnica, que envolvem uma série de treinamentos em temas considerados cruciais para o sucesso de suas estratégias de intervenção (agroecologia, comunicação, gênero, recuperação de sementes nativas). No contexto do PDHC II, algumas limitações foram encontradas quando se trata de atividades educativas, devido a uma série de regulamentações sobre o número de atividades que são permitidas e sua natureza, mas, felizmente, muitas dessas limitações foram superadas, devido a capacidade da equipe para desenvolver um sistema de ATER – assistência técnica e extensão rural – com um forte caráter pedagógico, na sua fundação e formas de operacionalização.

Neste sentido, para compreender mais claramente a ligação entre o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural, a construção de conhecimento e o fortalecimento das práticas agrícolas, é importante cultivar uma reflexão crítica sobre o sistema de ATER em vigência dentro do Brasil, sua construção histórica e sua ligação com os processos de organização social. Em 2010, foi criada e sancionada uma nova lei para o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, que inaugurou uma nova visão desses serviços, como resultado de diálogos frutíferos entre movimentos sociais e organizações e autoridades governamentais. Esta nova visão foi fundamental no sentido de desconstruir o *modus operandi* do sistema convencional de ATER, que desde a década de 1950, tinha funcionado com uma abordagem de cima para baixo, de forma unilateral. Tal abordagem considerou o conhecimento técnico como o cientificamente fundamentado e neutro, a ser transmitido às comunidades rurais como beneficiários passivos. Esta abordagem não levou em consideração diversas formas de conhecimento, bem como tradições culturais locais e regionais. A nova lei de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil estabeleceu importantes precedentes para uma nova concepção de desenvolvimento agrícola no meio rural que foi horizontalmente construída e socialmente mais inclusiva, com uma forte ênfase em agroecologia, descentralização das ações e participação de grupos socialmente excluídos (mulheres, comunidades tradicionais, jovens) (WEITZMAN, 2010).

²⁸ No território da Sobral, o CETRA contribuiu para a construção de uma rede ("Rede de Vendedores de Mercado"), composta por 60 agricultores (50 mulheres e 10 homens), organizada para comercialização em mercados locais e regionais.



Muitas organizações não governamentais que prestam serviços de assistência técnica, tais como o CETRA, especialmente aqueles que adotam a agroecologia como um quadro teórico, além de um esquema de referência e orientação pragmática para suas ações, têm contribuído enormemente para a introdução de novas formas de realizar serviços de extensão rural. O CETRA, como muitas outras ONGs, não só promove inovações tecnológicas e metodológicas, mas também tem contribuído para o fortalecimento de diversas formas de organização social. Encontra-se no cerne de qualquer Sistema de Assistência Técnica em áreas rurais reconhecer a importância de alcançar organizações comunitárias, como associações, mas também responder aos interesses e demandas dos grupos sociais que são frequentemente vistos como à margem da sociedade. (mulheres, jovens e comunidades tradicionais) – O CETRA também desempenhou um papel fundamental na construção de parcerias com outras instituições que afirmam a identidade étnica, ajudando o coletivo feminino dentro da comunidade de Mearim a ter orgulho da sua herança e ratificar o seu lugar na sociedade como mulheres afrodescendentes que têm uma contribuição única para processos coletivos. Por exemplo, em novembro de 2019, durante a pandemia, um projeto começou a ser executado chamado de Mulheres Negras em Movimento em nome do Instituto da Juventude Rural no Brasil, com apoio financeiro da Instituição de Mulheres da ONU e da União Europeia. Este projeto fortaleceu a ação de mulheres dentro das comunidades afrodescendentes em diversos territórios do Ceará, incluindo mulheres da comunidade Mearim, através do uso de diferentes métodos de comunicação social que visam consolidar esta rede mediante plataformas virtuais *on-line*, como o *YouTube*.

4. Cadernetas agroecológicas: uma componente chave dos processos organizativos das mulheres

O uso das cadernetas agroecológicas²⁹ é citado como uma ação estratégica decisiva para aumentar o potencial organizativo das mulheres. A caderneta agroecológica representa um importante instrumento metodológico que registra o impacto da produção agrícola das mulheres na segurança alimentar e nutricional, na renda e na agrobiodiversidade, dando visibilidade às contribuições das mulheres beneficiárias na produção agrícola, nas vendas, no consumo e nos intercâmbios. Devido à sua simplicidade, este instrumento é facilmente assimilado pelas mulheres rurais e tem a capacidade de dar visibilidade aos aspectos econômicos e não econômicos de suas atividades produtivas (WEITZMAN, JALIL, et al., 2020). É parte de uma estratégia mais abrangente que visa fortalecer o empoderamento das mulheres agricultoras, especialmente nos quintais produtivos –, espaço a partir do qual grande parte da produção que relatam é derivada – além de ser um marco na construção de métodos de monitoramento que sejam inovadores e participativos, aproveitando as contribuições de mulheres beneficiárias de todo o portfólio do FIDA.

No caso desta comunidade, Mearim, o uso das cadernetas agroecológicas tem representado um fator decisivo na construção de um modelo horizontal e descentralizado de assistência técnica que contempla mulheres como as principais protagonistas. De acordo com Larissa Rodrigues de Sousa, assistente técnica do CETRA que vem trabalhando especificamente nesta comunidade, o uso de cadernetas agroecológicas permitiu uma proximidade entre agricultoras e técnicas, uma vez que no CETRA, profissionais do sexo feminino desempenharam um papel importante tanto na coordenação de atividades de caráter pedagógico - como “rodas de conversa” e oficinas temáticas -, quanto na sistematização dos dados. Lara afirma que a metodologia das cadernetas agroecológicas foi fundamental no processo de construção de uma rede de mulheres ao nível territorial, em parte porque a utilização deste instrumento ajuda a forjar laços entre as mulheres

²⁹ O projeto das cadernetas agroecológicas foi implementado em julho de 2019 através do Programa Internacional Semear (doação do FIDA implementada pela IICA) e envolve todos os projetos do FIDA no país. Um total de 650 cadernetas foram sistematizadas durante um período de seis meses através de um esforço conjunto envolvendo as equipes de Monitoramento e Avaliação (M&A) de 6 projetos e uma equipe de especialistas, resultando em uma publicação e um vídeo que revelam os resultados concretos desta abordagem metodológica e seus impactos, muitos dos quais dialogam com uma ampla gama de indicadores sociais e econômicos que fazem parte dos quadros lógicos usados nos sistemas de M&A dos seis projetos. Os dados das cadernetas continuam a ser sistematizados, dado que a intenção é que esta informação recolhida e analisada complete um ciclo de um ano, de modo que as diferenças possam ser reveladas de acordo com as variações sazonais e flutuações nos ciclos produtivos.

através de sua percepção – que cresce ao nível coletivo a partir das “rodas de conversa” - da importância das práticas produtivas lideradas pelas agricultoras.

As mulheres envolvidas nesta iniciativa afirmam que tendem a se envolver mais nas ações quando técnicas estão na vanguarda dos serviços de assistência técnica. Muitas das entrevistadas testemunharam o fato de que, quando perceberam o papel crucial que mulheres exercem como extensionistas e/ou técnicas, também foram capazes de compreender a sua importância como produtoras nos processos de desenvolvimento rural sustentável. Esta é uma reflexão importante, porque ela nos mostra o quanto é importante incorporar a perspectiva de gênero nos sistemas de assistência técnica, um fator que tem a ver com a forma como as estratégias e ações são implementadas, mas também com os papéis desempenhados por técnicas que conduzem os processos de assistência técnica e seus ciclos de implementação.

Embora apenas duas mulheres tenham participado desta ação da comunidade, sua influência foi de longo alcance, devido ao fato de que o CETRA fez questão de realizar reuniões coletivas para discutir o conteúdo das cadernetas e analisar seus resultados. Lara, uma técnica que atuou de forma intensa no acompanhamento das cadernetas agroecológicas, explica que, no começo, quando houve um esforço para envolver mulheres nesta ação, somente duas líderes da comunidade assumiram um compromisso – Maria Jacinta da Silva e Antônia Eliane Duarte da Cunha – porque, como a própria Lara explica, as mulheres de “Mearim não acreditam verdadeiramente no potencial das suas capacidades produtivas».

Cabe salientar que no início deste processo, tanto Jacinta quanto Eliane estavam hesitantes, já que se sentiram que não teriam nada para registrar, em parte porque na comunidade há uma grande limitação quando se trata de acesso a recursos naturais como a água e a terra, o que sem dúvida representa um impedimento nos processos produtivos. Durante as reuniões que ocorreram mensalmente, entre setembro de 2019 e março de 2020, Jacinta e Eliane começaram a perceber a importância da quantidade de sua produção devido aos cálculos feitos com base nas informações coletadas nas cadernetas agroecológicas. Lara declarou que após três meses de registro de sua produção nas cadernetas agroecológicas, Eliane havia produzido um total de R\$2,500 (um total do que foi doado, consumido, vendido ou trocado a nível comunitário), e neste momento, ela se tornou consciente da importância da produção agrícola

sob sua liderança dentro da unidade familiar. De acordo com Lara, outras mulheres da comunidade começaram a se envolver com essas visitas feitas por técnicos/as do CETRA para acompanhar o uso das cadernetas agroecológicas, o que mostra de que modo as mesmas exercem um poder de mobilização que é inegável. Tais instrumentos têm conseguido torná-las mais cientes do peso da produção gerada nos quintais produtivos, da qual elas são as únicas responsáveis, permitindo-lhes perceber totalmente o seu papel enquanto produtoras, bem como a sua contribuição dentro das iniciativas de organização comunitária em determinados espaços, como a Associação.

Outra dimensão que é importante analisar em relação às cadernetas agroecológicas é a natureza da produção agrícola que está sob a responsabilidade de Jacinta e Eliane e os tipos de práticas em que eles se envolvem, tais como a doação de alimentos para os membros da família e vizinhos. Lara afirma que, em comparação com as outras comunidades envolvidas com as cadernetas agroecológicas, as mulheres da comunidade Mearim estão muito empenhadas em registrar sua produção e tendem a preencher oito páginas em um período de um mês. Ela afirma que o desempenho das mulheres da comunidade na utilização deste instrumento é frequentemente melhor do que a de mulheres de outras comunidades. Além disso, o tipo de alimento que é registrado e suas funções sociais são bastante reveladores da realidade desta comunidade particular dentro do território. A grande quantidade de alimentos produzidos pode ter algo a ver com a forma como a produção de alimentos ocorre no contexto de uma comunidade afrodescendente, cujo tecido social é construído e sustentado pelos esforços coletivos e forças-tarefa. De tal forma, devido às estratégias que usam, comunidades tradicionais que promovem formas coletivas de trabalho, são capazes de maximizar a quantidade de alimentos produzido e assim, paulatinamente, consolidar um sistema de abastecimento agroalimentar local e regional.

A maior parte dos alimentos produzidos – e portanto, registrados nas cadernetas agroecológicas - é dedicada ao autoconsumo e à doação. De acordo com Lara, a taxa de autoconsumo em Mearim é uma das mais altas de todas as comunidades acompanhadas pelo CETRA, o que, em parte, tem a ver com o isolamento da comunidade de estabelecimentos locais para o comércio, mas também com o fato de que “mulheres estão no centro destes processos, garantindo as necessidades básicas e direitos dos seus familiares”. Outra prática em que estão profundamente envolvidos é a doação de alimentos, que também é um reflexo da importância de uma tradição cultural que remonta

a muitas gerações passadas, envolvendo expressões de reciprocidade, a partir de trocas e doações contínuas de alimentos, trabalho ou outros bens e serviços. Mais uma vez, estas são práticas que sustentam o tecido social das comunidades afrodescendentes há anos ocupam um lugar de destaque dentro do amplo leque de dados capturados pelas cadernetas agroecológicas.

Lara conclui dizendo que as “cadernetas agroecológicas representam uma faísca que acende um fogo”, inspirando outras mulheres a se envolverem em processos de organização comunitária. As mulheres envolvidas nesta ação afirmam que, após o uso das cadernetas, muitas mulheres que não participaram de oficinas ou outras atividades coletivas começaram a participar desse tipo de atividades, além de se tornarem mais ativamente envolvidas na associação comunitária. Este tipo de *feedback* é a prova do poder desta ferramenta político-pedagógica no fortalecimento da organização social dentro de diversos coletivos; em outras palavras, quando as mulheres refletem sobre suas experiências com este instrumento metodológico no contexto grupal, inevitavelmente, começam a tornar-se mais envolvidas em outros processos dentro das comunidades e da região. Esta é uma das razões pelas quais é importante enfatizar a importância de trabalhar com as cadernetas agroecológicas em nível coletivo, reforçando momentos de reflexão com grupos de mulheres que registram sua produção diariamente. Lara afirma que o CETRA está identificando atualmente outras mulheres na comunidade que desejam usar cadernetas agroecológicas nos próximos meses, muitas das quais acompanharam as visitas e reuniões que aconteceram com Jacinta e Eliane no período de 2019 a 2020.

5. Estratégias para o fortalecimento da organização social dos coletivos: sinais dos avanços

Os sinais de progresso em um nível coletivo são bastante evidentes quando consideramos as posições de liderança das mulheres dentro da associação comunitária criada recentemente, em julho de 2020: por exemplo, a presidente da associação é uma mulher, e na diretoria da associação, cinco mulheres e seis homens participam, de tal forma que há paridade de gênero (50% de homens e 50% mulheres) dentro desta instância em particular. Quando se trata de

comercialização, os resultados positivos também se tornam evidentes. Muitas das mulheres de Mearim comercializam pães, iogurtes e bolachas em âmbito local (na comunidade, vendendo de casa em casa) e a cada 15 dias, comercializam em mercados locais e feiras.

Como foi dito anteriormente, no que se refere às atividades produtivas, é interessante notar que a maior parte das atividades são realizadas em grupos, dentro de mutirões ou outras expressões de “força-tarefa”. Esta é uma forte característica cultural em comunidades afrodescendentes e outras comunidades tradicionais no Brasil, uma vez que tendem a realizar suas tarefas de forma coletiva, colaborando umas com as outras para fazer uma cerca, construir um galinheiro ou criar uma inovação tecnológica para captação e armazenamento de água. As líderes afirmam que em muitas dessas iniciativas, quando a comunidade se reúne para construir uma peça de equipamento ou participar de uma atividade produtiva, mulheres estão mais presentes em número, enquanto os homens frequentemente participam como simples colaboradores.

As mulheres tiveram a oportunidade de participar de três oficinas, facilitadas pela organização CETRA, sem a presença de homens, e em todas essas ocasiões, elas relatam a importância da criação de momentos específicos para reflexão coletiva que sejam dedicados à criação do seu próprio espaço e do fortalecimento de suas próprias formas de organização. As mulheres da associação quilombola recentemente criada também relatam a importância de assumir outros projetos, dedicados à costura ou atividades culinárias, como o processamento de produtos lácteos (iogurte, queijo) e a fabricação de biscoitos ou pães.

As 10 mulheres que estão ativamente envolvidas na associação comunitária afirmam que, durante a pandemia, as possibilidades de comercialização aumentaram, em parte porque a maioria dos consumidores estão dentro de suas casas e têm menos opções, bem como têm acesso limitado aos mercados. Através do uso do celular ou de alguns tipos de rede social, as mulheres envolvidas nestes esforços produtivos têm sido capazes de facilmente entrar em contato com consumidores e atender às suas demandas. A expansão de suas atividades de comercialização, através do contato direto com uma ampla gama de consumidores por meio das redes sociais, contribuiu definitivamente para fortalecer os processos de auto-organização das mulheres dentro da comunidade.

A experiência da

Sra. Tiana: um modelo
de reuso de “águas
cinzas” e agroecologia
na Comunidade “Olho
d’Água Velho” no
Ceará, Brasil

1. Introdução

Esta experiência é diferente das outras apresentadas nesta publicação porque se concentra numa agricultora que possui o dom da liderança – Maria Celeste Pereira da Silva (Sra. Tiana), uma mulher que experimenta novas tecnologias e métodos em agroecologia, replicando tais experiências com sua família e comunidade. Ela é uma pessoa que serve como fonte de inspiração, sendo um forte exemplo para outros/as dentro do campo da produção agrícola. Seu potencial de liderança deriva de seus atos, através do método experimental dinâmico de “aprender fazendo”. Este é o caso desta líder em particular, que nem sequer se considera líder porque não se encaixa nos moldes que são construídos socialmente para definir traços e qualidades de liderança. Sua experiência, desenvolvida no contexto do projeto Paulo Freire no Ceará com a assessoria direta e continuada do Instituto Antônio Conselheiro - IAC³⁰, está incorporada nesta publicação porque, embora seja desenvolvida por uma única pessoa dentro da esfera de sua casa e quintal, ajuda a inspirar outros atores sociais na construção de experiências coletivas em diferentes escalas.



© João Caetano. Instituto Antônio Conselheiro, arquivo

2. A natureza das experiências desenvolvidas pela Sra. Tiana: práticas agroecológicas e tecnologias para gestão e armazenamento de água

A experiência vivida por Dona Tiana, na comunidade de Olho d'Água Velho, que está localizada a 12 quilômetros da sede principal do município de Ipu, Ceará, é uma manifestação clara da capacidade de unir diversas estratégias – práticas agroecológicas, tecnologias para uso e armazenamento de água e modos alternativos comercialização – em uma intervenção focada em um único espaço: o “quintal produtivo”. Uma tecnologia simples – chamada de “reuso de “águas cinzas” – provocou uma forte revolução na vida de Tiana e naqueles/as ao seu redor, que a consideram um exemplo importante de inovação, porque lhes permitiu adotar totalmente a agroecologia como uma opção para práticas agrícolas sustentáveis. A falta de água na região semiárida – que se intensificou durante a seca prolongada entre 2010 e 2016 – tornou mais difícil maximizar o nível de produção e experimentar plenamente as práticas agroecológicas. Embora as práticas agroecológicas requeiram menos insumos e recursos do que a agricultura modernizada, que foi construída como um modelo para a agricultura nos anos 1950 e 1960 como parte da Revolução Verde³¹ é evidente que a água é uma necessidade para a produção de alimentos. Em 2019, Tiana e sua família receberam o sistema de “reuso de “águas cinzas”, uma tecnologia social que coleta água que é usada em banhos, lavagem de roupas e na cozinha. Esta água é coletada e direcionada a um filtro composto por mecanismos biológicos e físicos, e depois de filtrada, a água é armazenada em um tanque, para ser reutilizada na irrigação de árvores frutíferas, verduras, plantas medicinais, entre outros. O sistema de reuso de água é uma opção estratégica para lidar com os desafios da região semiárida, uma vez que é barato e fácil de implementar, o que aumenta sua possibilidade de replicação. É o tipo de tecnologia que pode ser facilmente ampliada e levada para uma escala

³⁰ Informações para esta sistematização foram fornecidas por profissionais da equipe do IAC: Amanda de Lima Silva e Karina Ikeda –, ambas conselheiras sociais –, e Jorge Henrique Alves, profissional responsável pela assistência técnica no desenvolvimento agrícola.

³¹ A Revolução Verde é considerada um conjunto de iniciativas de transferência de tecnologia destinadas a aumentar a produção agrícola, construídas com base no argumento de que iriam combater a fome no mundo. O discurso que está por trás das estratégias de intervenção alimenta a ideia de que a produção de alimentos deve ser aumentada, negligenciando outros fatores que devem ser levados em consideração, tais como o nível de acesso a alimentos de qualidade por todos os grupos sociais, bem como a distribuição ou concentração de riqueza e de poder em sociedades, sejam eles de países “desenvolvidos” ou “em desenvolvimento”. Este modelo tem sido associado com adubos químicos, agroquímicos e irrigação intensiva, bem como novos métodos de cultivo que envolvem mecanização. Todos eles juntos foram vistos na época como um “pacote de práticas e instrumentos” que substituem a tecnologia “tradicional” e devem ser adotados como um todo. A crença em altos níveis de tecnologia para a produção agrícola representa a base do “agronegócio” – monopolizados por grandes empresas que controlam uma diversidade de produtos: alimentos industrializados e transgênicos, farmacêuticos, remédios, entre outros.



© João Caetano. Instituto Antônio Conselheiro, arquivo

maior, em parte devido a sua simplicidade, bem como seu caráter inovador, já que foi criada e nutrida no decorrer dos diálogos entre agricultores e técnicos na região semiárida, através de um fecundo processo de troca entre diferentes formas de conhecimento e experiência. É também uma tecnologia que contribui para a sustentabilidade ambiental, porque a água já não corre pelo quintal, causando danos ao solo, aos animais e à própria família.

É interessante observar que, no caso da Sra. Tiana, antes da implementação da tecnologia de reuso de “águas cinzas”, houve uma série de outros experimentos: “Antes de instalar a tecnologia de reuso, colocamos um cano que vinha debaixo da terra do banheiro, para captar a água que ia para o coqueiro, para que a terra não ficasse toda molhada”. Agora, em retrospectiva, Tiana percebe que a água acumulada no quintal afetou a saúde de pequenos animais, como galinhas, que acabaram bebendo essa água e ficando doentes. A novidade aqui é a possibilidade de purificar a água com o sistema de reuso de “águas cinzas”.

A experiência individual de Tiana deve ser contextualizada no âmbito de um plano de investimento centrado na produção agroecológica dos quintais, integrado com avicultura, alguns dos quais são conjugados com fruticultura irrigada. Este plano de investimento é gerido pela Associação de Moradores e Agricultores Familiares de Olho d’Água Velho e Lagamar, que foi fundada em 2018, devido à pressão que o Projeto Paulo Freire colocou sobre

os membros da comunidade para que se organizassem de uma forma mais estruturada. Não existe um grupo autônomo de mulheres na comunidade, embora elas representem uma parte significativa dos membros da Associação e tenham consolidado um sentido de autonomia como grupo social através da utilização das cadernetas agroecológicas, uma ação que estimula o processo de auto-organização. Tiana é muito ativa na Associação comunitária, que poupou dinheiro suficiente para comprar um terreno onde sua sede será implantada. Ela exerceu o papel de vice-presidente durante um período de tempo e continua a ter uma voz ativa nas discussões e debates.

Até à data atual, foi concluída a primeira fase do plano de investimento, que envolve a construção e implementação da infraestrutura básica. No âmbito de seus serviços de assistência técnica, desde o final de 2019, o IAC priorizou a ampliação da comercialização de produtos, auxiliando os/as beneficiários em sua participação nos circuitos curtos, como as feiras locais e regionais. Para muitas agricultoras, como Tiana, a possibilidade de exercer um papel ativo nas transações comerciais tem sido uma nova experiência, uma vez que esta não era uma atividade comum, quando se trata do universo das mulheres rurais. A importância de ter uma fonte alternativa de renda, derivada da sua própria produção, é muito significativa, especialmente para mulheres rurais, que historicamente não tiveram a oportunidade de vender os seus produtos e exercer autonomia sobre a administração de suas finanças.

A Sra. Tiana também participa do projeto envolvendo as cadernetas agroecológicas, sendo uma entre 18 mulheres selecionadas ao nível do município de Ipu. Tem participado constantemente das oficinas e encontros em nível municipal (Ipu, Ipueiras e Reriutaba), que ocorreram nos quintais de cada uma das mulheres que participam nestes eventos. Os intercâmbios visam permitir um maior diálogo sobre as experiências com esta ferramenta e permitir uma compreensão mais profunda das questões-chave que são trazidas à tona através da sua utilização (como as temáticas de segurança alimentar e nutricional e sociobiodiversidade). O fato de que ocorrem dentro dos espaços dos quintais é um fator que permite um rico intercâmbio sobre práticas agroecológicas, permitindo uma fácil visualização dos processos produtivos, dando maior visibilidade aos mesmos. Após o início da pandemia, ocorreu uma adaptação e estas atividades tiveram que ser realizadas de forma *online*.

Ela também tem desempenhado um papel ativo nas feiras agroecológicas, que vêm ocorrendo desde 2018, nos níveis municipal e intermunicipal. Nestas feiras, Dona Tiana vende ovos e produtos processados de forma caseira, como picolés feitos de frutas. Durante a pandemia, as feiras foram adaptadas para ocorrer *on-line*, com entregas sendo feitas diretamente nas residências das pessoas, e Tiana se envolveu muito nessas iniciativas. O IAC é uma das poucas organizações que tem construído uma metodologia para a realização de mercados remotos durante a pandemia, auxiliando agricultores que vendem seus produtos para que eles estejam cientes de qual preço deve ser cobrado, além de ajudar a fazer a lista de produtos e organizar as cestas.

Serão destacadas algumas dimensões interessantes destas feiras. Uma dimensão é o fato de que Tiana não só vende produtos agroecológicos nesses espaços, mas também compra o que é necessário para suas refeições diárias. Este aspecto de incentivar a compra e venda de produtos dentro da mesma feira – de modo que cada agricultor/a é simultaneamente um/a produtor/a e consumidor/a no âmbito local - é uma tática importante para garantir outra lógica para a economia, que envolve a circulação de produtos e fortalece as dinâmicas comerciais locais. Outro fator importante é que, durante o processo de comercialização, especialmente nas feiras, ela afirma que começou a vender vários produtos que até então não tinha considerado como sendo viáveis, como, por exemplo, sobremesas feitas de uma grande variedade de frutas. Além disso, sementes estão sendo distribuídas à Sra. Tiana, bem como a outros agricultores, para que possam diversificar sua produção, de modo que consigam incorporar novos produtos nos mercados.

Se fosse para construir uma linha do tempo, distinguindo entre as diferenças na trajetória de vida de Tiana antes da introdução da tecnologia de reuso de “águas cinzas” e depois de seu uso, muitos marcos notáveis poderiam ser apontados. Por exemplo, antes da tecnologia ser implementada, ela só vendia picolés com ingredientes adquiridos. Depois que a tecnologia foi introduzida, ela começou a usar frutas de seu próprio quintal para elaborar produtos processados, como picolés. Agora, ela tem uma maior variedade de frutas do que tinha antes – como laranja, goiaba e mamão – todos irrigados com a “água cinza” de reuso. Este é um sinal claro do tipo de mudança que ocorre após a utilização de um sistema de reuso de “águas cinzas”: a diversificação da produção agrícola.



© João Caetano. Instituto Antônio Conselheiro, arquivo

CAPÍTULO 6

Grupo feminino da comunidade afrodescendente “Jardim” no Ceará, Brasil



© Maria Clara Oliveira

1. Introdução

A experiência a ser analisada aqui é liderada por um grupo de sete mulheres³² da comunidade quilombola Jardim em Quiteranópolis, dentro do território dos Inhamuns. Este grupo em particular faz parte de uma associação abrangente composta por um total de 60 pessoas. Nesta experiência particular, chamamos a atenção para a luta dessas mulheres para fortalecer suas identidades étnicas, diretamente ligadas aos seus esforços para comercializar com sucesso seus produtos. No contexto do Projeto Paulo Freire, através da colaboração da ONG Esplar,³³ que acompanha essa comunidade em particular e outras comunidades dentro do território rural de Inhamuns, algumas dimensões foram destacadas, como o fortalecimento de atividades produtivas e esforços de comercialização ligados à avicultura e à fabricação de mel.

A comunidade quilombola Jardim tem enfrentado uma diversidade de lutas que são consideradas cruciais para sua sobrevivência, tais como o acesso a serviços públicos de iluminação e transporte, a construção de sua sede, questões de saúde e saneamento, organização de uma escola local e a busca de projetos para atender suas necessidades específicas. Estas lutas específicas estão articuladas a um movimento maior que se orienta pela garantia de direitos para as comunidades tradicionais no Brasil. Lutas pelo acesso a infraestrutura levaram tempo para colher frutos e gerar resultados: só em 1987 a comunidade teve condições mínimas de construir sua primeira escola e até 2005, a

comunidade usava apenas lanternas e lâmpadas de gás. Uma de suas principais lutas diz respeito à demanda por um sistema de abastecimento de água que possa minimizar os impactos negativos da falta de água, que inevitavelmente afeta as mulheres rurais de forma mais aguda, devido ao seu forte envolvimento nos esforços para melhorar o acesso a água de qualidade para consumo e produção. Foram dados passos diferentes nesse sentido: em 1997, foi construída a primeira cisterna e, em 2010, o primeiro reservatório foi criado por meio de iniciativas coletivas de mobilização, sem a ajuda de autoridades públicas estatais ou ONGs. Hoje, existem dois pequenos reservatórios dedicados ao abastecimento de água aos animais; três poços profundos, um dos quais tem um equipamento de dessalinização e 23 pequenos poços. Ainda assim, a comunidade experimenta dificuldades quando se trata de conquistar direitos básicos para infraestrutura e serviços públicos, que estão diretamente relacionados ao seu processo organizacional como uma comunidade quilombola, uma vez que este depende de uma série de passos: auto-identificação e a formalização de sua identidade étnica auto-declarada através de certas instituições estaduais e federais.

A luta para registrar esta comunidade como uma comunidade quilombola tem sido intensa desde que a equipe de trabalho do Projeto Paulo Freire começou a acompanhar a iniciativa. A comunidade ainda não obteve o reconhecimento formal da sua identidade étnica em nível nacional,³⁴ apesar dos seus esforços neste sentido. Algumas das mulheres líderes se lembram claramente da preparação para o processo de certificação, que envolveu o que chamam de construção de um “mapa” da comunidade, com o objetivo principal de mostrar a sua história, bem como suas principais características – que, em seguida, é enviado para as “autoridades públicas”. De acordo com uma das mulheres líderes, muito ativa na associação, havia controvérsia no momento em que este processo de mapeamento ocorreu e a documentação foi apresentada no ano de 2018, uma vez que muitas pessoas da comunidade não queriam prosseguir com o processo de certificação, porque não reconheciam a si mesmos como parte de uma comunidade quilombola, ou pensaram que seriam discriminados se chamassem atenção para a sua herança cultural. O processo de aceitação desta identificação de “comunidade afrodescendente (quilombola)” não é simples, pois envolve negociações e conciliações com diferentes visões e pontos de vista em um cenário político turbulento e assolado por conflitos.

³² Durante esta sistematização, pude entrevistar as seguintes mulheres desta comunidade afrodescendente: Núbia Simião Elias e Raimunda Oliveira de Melo.

³³ Foram realizadas entrevistas com os seguintes profissionais da Esplar: Silvana Chagas Holanda, Ana Carla Martins e William Pereira Dos Santos.

³⁴ Como critério para o reconhecimento formal das comunidades como “quilombolas” (afrodescendentes), a legislação federal reconhece a importância da autoidentificação. Este critério é reconhecido no Artigo 2 do Decreto 4.887/2003, bem como na Convenção 169 da OIT (Organização Mundial do Comércio), criada em 2002. De acordo com este Decreto, autoidentificação é a primeira etapa de um processo que visa conferir um título para comunidades afrodescendentes. O ideal é que essas comunidades encaminhem essa demanda à Fundação Cultural Palmares, instituição responsável por analisar cada caso e emitir um certificado que reconhece oficialmente a identidade cultural de cada comunidade.

2. A história da participação das mulheres na organização social de uma comunidade afrodescendente: projetos, planos de investimento, esforços coletivos

Obviamente, esses problemas estruturais, como a falta de acesso à terra, dificuldades de acesso à água e anos subsequentes de seca, influenciaram negativamente suas práticas produtivas, dificultando a expansão e diversificação das culturas cultivadas para autoconsumo ou comercialização. Apesar destas limitações, as mulheres da comunidade estão profundamente empenhadas no cultivo de vegetais e plantas medicinais, bem como na criação de animais dentro dos quintais produtivos, e sua esperança é aumentar a diversificação das plantas cultivadas nessas áreas. Núbia Simão Elias, uma das líderes do grupo, ressalta que, depois de participar de treinamentos sobre a produção agrícola com uma abordagem agroecológica, sentiu que aprendeu a “cuidar dessas hortas caseiras”, tirando o melhor proveito de diversos recursos naturais, como a água, que devido a sua escassez, precisa ser usada com cuidado na região semiárida. Técnicas como a reutilização da água usada para lavar pratos para cultivar culturas nas hortas foram ensinadas por técnicos durante visitas e treinamentos. Um dos objetivos do grupo é produzir verduras e legumes em uma horta comunitária que deve ser gerenciada coletivamente.

O plano de Investimento financiado pelo FIDA em parceria com o governo do Estado do Ceará no âmbito do Projeto Paulo Freire se concentra em duas atividades produtivas – avicultura e fabricação de mel –, contemplando um total de 40 famílias. As mulheres diretamente envolvidas nesta iniciativa afirmam que as famílias que originalmente não eram membros decidiram participar da Associação depois de se envolverem neste plano de investimento. Este fato revela a importância dos planos de investimento no sentido de fortalecer outras formas de organização social, pois tende a ser um laboratório para a experimentação de novas tecnologias e abordagens metodológicas, além de revelar a força de processos coletivos. Durante o diagnóstico que

ocorreu quando o projeto estava sendo construído, uma das principais preocupações dos membros deste grupo foi a necessidade de mais oportunidades de trabalho e uma melhoria em seus rendimentos. Este fator foi uma força motivadora na construção do projeto produtivo que resultou em um plano de investimento.

Em 28 das 40 famílias beneficiadas pelo plano de investimento, as mulheres podem ser consideradas as principais titulares dos investimentos, no sentido de serem responsáveis pelo recebimento e gestão dos recursos financeiros. No que diz respeito à produção de mel, há uma crença comum de que este produto e as atividades associadas a ele (como a coleta) são mais difíceis e perigosos, mas é interessante notar que as mulheres se envolveram nesta atividade, mostrando um elevado grau de participação. Esta é uma observação importante, porque muitas vezes em iniciativas no âmbito da agricultura familiar, mulheres não são vistas como beneficiárias diretas de qualquer projeto ou programa dedicado ao desenvolvimento rural. Historicamente, uma lógica familiar de representação tem sido predominante para organizações de base (associações, sindicatos, cooperativas), de modo que os homens têm sido vistos como os principais representantes, com direito a voz e voto dentro da estrutura de associações comunitárias³⁵ da área rural. As mulheres só começaram a se associar a estas organizações de base enquanto sócias, de forma autônoma nos anos 1990, no âmbito de uma campanha nacional – que englobava uma série de bandeiras de luta voltadas para a defesa dos seus direitos, como o direito a documentação - destinada a dar visibilidade ao seu papel nas políticas públicas e nos movimentos mistos que se comprometeram em abrigar a categoria identitária de “trabalhadoras rurais”.

A mobilização social em torno da importância de aumentar o número de mulheres envolvidas e representadas em sindicatos de trabalhadores em setores rurais foi intensificada na década de 1990, tendo como um de seus principais efeitos a criação de uma política para o mínimo de quotas para as mulheres, estabelecida em 30% em um Congresso promovido pela CONTAG (A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares) em 1998, que foi então progressivamente aplicado a todos os sindicatos em nível nacional. Sinais concretos de progresso relacionados

³⁵Em investigações realizadas por Deere (2004), ela afirma que, nos anos 1970, era bastante comum ter um representante para a família dentro da estrutura dos sindicatos. Em alguns sindicatos rurais organizados para agricultores, homens até argumentaram que a sindicalização das mulheres era proibida por lei (DEERE, 2004, p. 180). Pimenta (2013, p. 157) argumenta que as “revistas do segundo e terceiro Congressos especificamente dirigidas às trabalhadoras rurais, promovidas pela CONTAG em 1973 e 1979, não fazem qualquer referência a agricultoras, exceto por uma rápida menção feita à “esposa do agricultor”.

à incorporação das mulheres rurais na elaboração de políticas públicas ficaram evidente a partir de 2004, quando o Programa para a Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) foi criado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como resultado de um intenso processo de diálogo entre os movimentos de mulheres e instituições governamentais.

Embora a questão de quem, formalmente, é titular de um investimento produtivo e assume total responsabilidade pela unidade familiar possa parecer apenas um detalhe, é extremamente relevante quando consideramos que mulheres, historicamente, têm tido o acesso à terra e a outros recursos e benefícios sistematicamente negados. Embora o FIDA planeje investimentos para projetos produtivos com foco na família enquanto o principal objeto de suas estratégias de intervenção, é importante considerar os diferentes papéis desempenhados por mulheres e homens no seio da família e suas repercussões no âmbito comunitário. Reconhecer as mulheres enquanto portadoras dos seus próprios interesses e demandas dentro de processos coletivos faz parte de uma estratégia de focalização que leva em conta a necessidade de chegar aos grupos sociais mais vulneráveis, que tendem a ser absorvidos pela força da coletividade.

Durante o curso deste plano de investimento, mulheres assumiram a liderança em muitos aspectos administrativos, ajudando a acompanhar as compras que foram feitas, bem como a entrega de materiais. Este é um fenômeno comum em projetos do FIDA. Quando mulheres se envolvem em alguma forma de organização social, tendem a se envolver mais intensamente nas dimensões financeiras e administrativas de um projeto ou empreendimento, o que muitas vezes leva a outras formas de exercer funções de liderança. As mulheres deste grupo também começaram a sonhar com outras possibilidades que poderiam motivá-las coletivamente, como trabalho com artesanato, pois, como uma das líderes do grupo aponta: “toda mulher desenvolve um tipo diferente de arte e, desde que me lembro, as mulheres sempre trabalharam com artesanato na comunidade: algumas fazem crochê, enquanto outras fazem outros tipos de artesanato”.

Um importante foco da organização não-governamental que dá assistência a esta comunidade, Esplar, tem sido o desenvolvimento social e cultural das comunidades tradicionais, como o quilombo Jardim, dado que ter orgulho das próprias raízes e cultivar tradições culturais é um passo importante para ganhar visibilidade no cenário



© Silvana Holanda

político, descobrir novas estratégias de organização e ter acesso a políticas e programas públicos. Ao longo dos anos, o grupo tem demonstrado um crescente interesse em participar de redes que validem sua identidade, tais como a CERQUISE, a coordenação em nível estadual das comunidades quilombolas rurais, composta por duas representantes de cada uma dessas comunidades e que fortalece as diversas formas de mobilização e organização por meio de uma parceria com a CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos. Os/as profissionais da Esplar, com o apoio da Consultora de gênero, raça e etnia do Projeto Paulo Freire, Fernanda Senra, estimularam a participação das mulheres do quilombo “Jardim, em uma série de atividades educacionais e organizacionais que foram planejadas e realizadas, como o diagnóstico participativo e as oficinas que discutiram questões como violência doméstica, políticas públicas e a divisão e redistribuição do trabalho doméstico. A Esplar coloca em prática uma tática para garantir a participação das mulheres: atividades de recreação com os filhos das mulheres diretamente envolvidas nas oficinas e outras atividades educacionais.

As mulheres que participaram nestas oficinas salientam que algumas delas foram especialmente significativas, tais como encontros de movimentos quilombola, promovidos pelo CONAQ e CERQUISE. Uma oficina que também se destaca na memória delas é uma que lida diretamente com o tema de políticas públicas, em parte porque, pouco tempo depois, as mulheres, juntamente com os jovens na comunidade tornaram-se mais ativos no sentido de garantir que políticas públicas fossem implementadas, participando, por exemplo, dos conselhos e comissões que foram criados para lutar pela reforma da escola, instalação de um posto de saúde e serviços de eletricidade.

3. Cadernetas agroecológicas: uma oportunidade para melhorar as estratégias de comercialização antes e durante o período da pandemia

Outra ação que tem contribuído para o empoderamento de mulheres agricultoras tem sido as cadernetas agroecológica, que envolvem seis mulheres do grupo de mulheres³⁶ no seio da associação comunitária. Uma das líderes do grupo, Núbia Simião Elias, discutiu a forma como a utilização das cadernetas agroecológicas alterou a sua visão sobre o valor do seu trabalho, muito do qual era invisível aos olhos dos outros: *“Aprendemos que o nosso trabalho é valioso. Todos disseram que era só uma ajuda. Mas falamos com os nossos maridos e mostramos que não é só uma ajuda. Com este trabalho, beneficiamos todos na casa. Nosso trabalho tem muito mais valor”*.

Outras mulheres no grupo apontam diferentes benefícios deste instrumento metodológico: *“É gratificante, especialmente no final do mês, quando reunimos dados e somos capazes de visualizar o quanto temos produzido”*; *“No passado, eu sabia que o meu produto era extremamente valioso e o vendi pelo que o consumidor queria, porque eu não sabia como colocar um preço no produto. Agora eu não faço isso, porque eu entendo o valor do produto que eu produzi com minhas próprias mãos”*. Uma das principais mudanças que ocorre nas mulheres que fazem uso da caderneta agroecológica envolve uma nova perspectiva sobre os quintais, permitindo-lhes pensar mais criticamente sobre como vão colocar em prática seu conhecimento e recontextualizar este espaço como uma área produtiva.

As práticas de comercialização também foram reforçadas devido à estratégia das cadernetas agroecológicas, pois quando as mulheres envolvidas começaram a registrar sua produção, elas gradualmente perceberam o valor do que negociavam, doavam e consumiam, levando-as a fortalecer e expandir seu envolvimento em mercados alternativos. O ato de medir numericamente sua produção foi uma novidade para elas, e testemunha sua importância como um exercício prático. Elas declaram que a valorização de cada um dos produtos tem sido um método extremamente valioso para preparar a comercialização em outros espaços. As mulheres do grupo fazem questão de vender produtos de forma coletiva. De acordo com uma das líderes, Raimunda Oliveira de Melo, muitas vezes, quando recebe uma demanda por um determinado produto, como ovos, ela vai para a casa da vizinha para ver se ela também tem ovos, e quando elas se juntam, unindo seus esforços, são capazes de atender a demanda. Além disso, quando um cliente pede um determinado produto, ela indica quais mulheres na comunidade podem fornecer o que está sendo solicitado. Nos circuitos de comercialização, como as feiras, as mulheres que vão tendem a levar consigo uma vasta gama de produtos de toda a comunidade, em vez de se concentrarem apenas no que podem oferecer. Uma das profissionais da Esplar que acompanha esta comunidade em particular, Silvana Chagas Holanda, afirma que, recentemente, o grupo realizou a sua participação na feira de forma coletiva: cada um traz seus produtos, e a definição de preços e a rotulagem de cada produto são discutidas por todos os envolvidos. Este foi um momento crucial no processo de organização da comunidade,

³⁶ As seguintes mulheres participaram diretamente nos trabalhos com os diários de bordo agroecológicos: Maria Glória de Sousa, Maria de Fátima Fernandes Viera, Núbia Simião Elias, Glevani Elias Simão, Raimunda Oliveira de Melo, Antonia Moreira Rodrigues e Silvana Gonçalves Marthins.

pois foi possível demonstrar aqui que o que foi vendido representava toda a comunidade e não apenas a produção sob responsabilidade de cada indivíduo.

Durante a pandemia, os profissionais da equipe Esplar relatam que a produção de legumes e frutas aumentou não só para fins de comercialização, mas também para trocas e doações. As informações registradas nas cadernetas agroecológicas durante este período confirmam estas conclusões. Outro fator interessante que merece atenção é que as mulheres estão registrando o uso de remédios naturais para curar ou prevenir doenças em suas cadernetas durante a pandemia com maior ênfase, já que muitas pessoas estão buscando tratamentos alternativos para proteger sua saúde e combater o COVID-19.

Finalmente, um interessante desenvolvimento observado durante este período é que, devido ao aumento da vulnerabilidade social, as mulheres foram estimuladas a se tornarem ainda mais unidas em seus esforços para vender seus produtos. Por exemplo, para vender mel, um produto criado e vendido com frequência, a comunidade trouxe seus produtos para um local na comunidade, como um ponto de referência, e apenas algumas pessoas ficavam

lá para evitar aglomeração. As mulheres relatam que a pandemia trouxe muitas perdas em frutas ou verduras, especialmente aqueles que estragam rapidamente, como o tomate, apesar de terem tentado vender esses produtos através do *WhatsApp* ou de outras redes sociais.

O acompanhamento realizado pela Esplar durante este período precário da pandemia tem dependido muito do uso das mídias sociais. Para que as equipes técnicas possam injetar entusiasmo neste trabalho com as cadernetas agroecológicas, as técnicas de mobilização social são adaptadas e moldadas para se tornarem podcasts, mensagens e vídeos transmitidos através de grupos do *WhatsApp*. Neste sentido, testemunhamos as formas em que as mídias sociais se tornaram um veículo de comunicação e de redes constantes. Embora não possa substituir os serviços de assistência técnica, tornou-se uma solução temporária, que garante a continuidade de processos tão vitais como estes em nível de base. A pandemia abriu novas possibilidades para reforçar os laços entre as mulheres da comunidade afrodescendente Jardim através da busca coletiva de novas estratégias para fortalecer formas de organização social.



© Ítalo Capistrano

CAPÍTULO 7

Associação das Bordadeiras da comunidade Nova Brasília em Tobias Barreto, Sergipe, Brasil³⁷

³⁷ Os seguintes colaboradores do Projeto Dom Tavora deram importantes contribuições para esta sistematização, participando de entrevistas e fornecendo documentos escritos (relatórios, etc.) para análise: Amarize Soares Calvacante, consultora em gestão social; Daniela Bento Alexandre, consultora de treinamento técnico; Aldomir Alves de Santana, técnico em Agricultura e gestão local; Elis Gardênia dos Santos, consultora em gestão social. Muitos membros da Associação das Bordadeiras de Nova Brasília também foram entrevistados: Elisangela Menezes Angelino, Josefa Alves dos Santos Cavalcante, Vanessa Santos Oliveira, Kelly de Melo Santos Fonseca, Jilvanda Correia de Andrade Silva, Josivania Menezes de Melo Santos.

1. Introdução

A experiência da Associação de Bordadeiras em Sergipe revela a importância do artesanato feminino no contexto dos projetos do FIDA. Reafirma a importância de uma visão ampliada do desenvolvimento rural, no sentido de apoiar não só as atividades agrícolas realizadas pelos/as beneficiários/as dos projetos, mas também o que pode ser classificado como atividades não agrícolas. Isto nos leva a refletir sobre o fato de que a agricultura familiar tem uma característica intrínseca forte – a sua “pluriatividade”. Neste sentido, uma verdadeira compreensão da agricultura familiar em pequena escala implica incorporar uma visão das múltiplas dimensões das atividades realizadas pelos membros da família rural. Projetos do FIDA têm a possibilidade de trabalhar com uma grande variedade de iniciativas produtivas dentro de pequenos investimentos, o que dá maior visibilidade a uma diversidade de atores sociais – mulheres, jovens – e suas diferentes formas de contribuir para cada uma dessas atividades na área produtiva. No entanto, mesmo assim, investimentos produtivo/s que apoiam empreendimentos como artesanato não são tão predominantes na maioria dos projetos do FIDA nos sete estados da região Nordeste do Brasil – com exceção do Projeto Dom Tavora (PDT) em Sergipe.

Em todos os 15 municípios incluídos no âmbito do Projeto Dom Tavora, há uma grande variedade de iniciativas voltadas ao artesanato, mesmo em um nível incipiente de organização, e a maioria delas encontraram obstáculos no passado no que diz respeito a mobilização de investimentos públicos ou privados. A confecção de peças de artesanato, roupas ou outros itens representam o foco de um total de 17 planos de investimento no Projeto Dom Tavora, correspondente a 8% do total de projetos produtivos no PDT, e envolvem quase exclusivamente trabalho feminino, sendo um importante exemplo de iniciativas que visam fortalecer formas de auto-organização de mulheres. Muitas das mulheres destas comunidades que estão diretamente envolvidas no artesanato dependem desta atividade específica como principal fonte de rendimento. O Projeto Dom Tavora implementou estratégias concretas que permitem que associações e grupos que trabalham com artesanato, constituídos principalmente por mulheres rurais, se tornem bem estruturadas e organizadas. Sem dúvida, com o uso de equipamentos como máquinas de costura, elas foram capazes de melhorar suas formas de produção de modo a atender aos critérios dos mercados externos e gerar mais renda.



© Ednilson Barbosa Santos



© Ednilson Barbosa Santos

Em estudos realizados sobre os fenômenos do artesanato no Brasil, foi demonstrado que as mulheres tendem a ser prevalentes neste tipo particular de atividade. De acordo com estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007), revelou-se que o Brasil tem mais de 8,5 milhões de pessoas envolvidas com artesanato de todos os tipos. Deste total, 87% são mulheres. A presença das mulheres é claramente evidente em todas as fases – durante a fabricação das peças, bem como na finalização dos objetos criados (decoreção, pintura, modelagem). O fato de que as mulheres são mais prevalentes nesta atividade tem a ver com uma crença

comum de que elas possuem uma habilidade inata para realizar tarefas “pequenas” que por natureza são mais delicadas (SAFFIOTI, 1982). Autores como Paolillo (1987) referem-se a esta mentalidade como um fator motivador para a divisão existente entre o que são consideradas tarefas “pesadas” e tarefas “leves” dentro da agricultura familiar. Muitas vezes, o que é visto como tarefas “leves”, que requerem menos “esforço”, requerem outros tipos de habilidades, como a atenção aos detalhes.³⁸ Estas tarefas, na maioria das vezes designadas para mulheres, são consideradas menos relevantes do ponto de vista social quando comparadas com outros tipos de atividades, que tendem a ser consideradas componentes cruciais dos processos produtivos. Este sistema de crenças pode ser considerado como uma expressão clara da “naturalização” dos papéis de gênero, de acordo com uma suposta associação entre tarefas e aptidões, como se as mulheres fossem naturalmente inclinadas a realizar certas atividades. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que esse “conhecimento” (a técnica de bordado), que é uma parte valiosa da transmissão de tradições culturais, é passado de geração para geração, o que representa uma fonte de orgulho por parte das mulheres que, em geral, retransmitem estes conhecimentos e habilidades para suas filhas e netas. A importância de transmitir conhecimentos e habilidades para as próximas gerações é claramente evidente na experiência da Associação das Bordadeiras da comunidade Nova Brasília, em Tobias Barreto, Sergipe.

Há uma grande variedade de produtos dentro da cadeia produtiva de artesanato no Estado de Sergipe, e muitos deles carregam várias dimensões de ascendência familiar. Eles tendem a ser emblemáticos dos significados por trás de uma variedade de símbolos culturais associados a cada grupo social e suas raízes no âmbito territorial. Parte da riqueza destas expressões de artesanato é a diversidade das matérias-primas utilizadas: da argila à palha aos materiais reciclados. Os diferentes tipos de artesanato são um resultado da relação que artesãs fazem com matérias-primas, a maioria vindo das áreas ao redor (mata nativa, florestas). Assim, as técnicas a serem usadas na confecção dos produtos refletem diferentes tipos de conhecimento que foram herdados e repassados, compondo a história das comunidades nos territórios, que são repletos de uma ampla gama de recursos naturais.

³⁸ Este tipo de sistema de crenças é claramente revelado, por exemplo, em regiões onde a produção de café é o foco principal da produção agrícola. As mulheres são geralmente responsáveis por tarefas como secar e selecionar grãos de café no quintal, que é uma das fases mais importantes antes de enviar o café para os mercados, tendo uma grande influência sobre os preços a serem estabelecidos. No entanto, tais tarefas tendem a ser menos validadas devido à sua associação com facilidade, leveza e delicadeza.



2. História da Associação das Bordadeiras de Nova Brasília

Muitos das bordadeiras que fazem parte desta associação em Nova Brasília trabalham com uma ampla gama de técnicas de bordado, que vão de “ponto cruz” a “richelieu” e “rendê”. As dimensões culturais desta técnica – “richelieu” - são claramente definidas pela bordadeira Rosivânia Menezes, quando afirma que «esta técnica de bordado tem 100 anos e foi introduzida aqui em Tobias Barreto por figuras religiosas italianas. Este tipo particular de bordado, denominado “richelieu”, contribui atualmente para 85% do rendimento familiar dentro da comunidade. E podemos afirmar que encontramos uma maneira de torná-lo nossa marca registrada”. A comunidade de Tobias Barreto também prospera no turismo, uma vez que é um ponto chave na rota para um local turístico altamente visitado – Recanto Da Serra. A possibilidade de ganhar maior visibilidade nesta rota turística foi intensificada através da criação da Casa de Richelieu, com o apoio de recursos financeiros do Projeto Dom Tavora. A ideia por trás deste ponto de referência é manter esta tradição artística viva, que alimenta os trabalhos desempenhados por este grupo de mulheres que está envolvido diretamente neste empreendimento de artesanato há tantos anos.

Alguns aspectos da história deste grupo devem ser realçados. O grupo surgiu informalmente nos anos 1980, e em 1997, a Associação das Bordadeiras de Nova Brasília foi fundada. Em 2000, a Associação se envolveu no planejamento de um projeto com a ajuda de técnicos/as da equipe do Projeto Dom Tavora, com o objetivo de reformar a sede da Associação e adquirir algumas máquinas industriais, ferramentas, matérias-primas, tecidos e fios, de modo a iniciar a expansão da sua produção.

Antes de 2000, a Associação recebeu outras formas de apoio de outras instituições, como SEBRAE, que ofereciam cursos sobre técnicas de bordado, costura e custos de produção. Também construiu um projeto com orientação de técnicos da PRONESE, que foi aprovado e recebeu financiamento do Banco Mundial, através do Programa de Apoio a Pequenos Produtores (PAPP) e Programa de Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR), permitindo investimentos na construção da sede da associação e na compra de máquinas e tecidos. Outras formas importantes de apoio à Associação vão além das especificidades do empreendimento de artesanato, para incluir outros projetos com o governo federal, como os que envolvem a construção de cisternas de água.

Ao todo, 64 artesãs e aproximadamente 150 famílias de Tobias Barreto, em Nova Brasília, se beneficiaram do Projeto Dom Tavora. O grupo recebeu apoio e orientação de profissionais da EMDAGRO, bem como um especialista em artesanato da PNUD. Também foram realizados cursos e treinamentos entre 2018 e 2020, focados em uma variedade de questões cruciais, como a administração de planos de negócio, estratégias de comercialização e a arte de design para bordados. O componente social e humano do Projeto Dom Tavora também contribuiu especificamente para os temas de associativismo e cooperativismo, bem como nos processos de gestão empresarial. Muitos destes treinamentos tem sido crucial no sentido de discutir a importância da preservação da cultura local, a diversificação dos canais de comercialização, cálculos de preços e dos custos de mão de obra e a qualificação das fases finais de sua produção (preparação de etiquetas e embalagens e etiquetagem) para a venda em mercados locais e regionais.

Um dos elementos que tem sido amplamente discutidos nestes treinamentos é que há certos segmentos dos pontos de venda como um todo que podem ser especialmente adequados para este tipo de produtos, tais como pontos de venda ligados a esferas de turismo rural e cultural, razão pela qual é importante ligar a venda desses produtos a circuitos turísticos. Neste sentido, eventos, intercâmbios ou feiras/mercados ligados ao turismo que validam e afirmam identidades rurais, promovidas pelo SEBRAE ou instituições governamentais de nível local e estatal, têm provado ser canais importantes para a comercialização, bem como fontes de alta visibilidade dos produtos.

3. Oportunidades e desafios

A adoção de novas técnicas e materiais permitiu a diversificação de objetos para venda. De acordo com um dos membros dos grupos, a expansão do número de objetos que foram fabricados permitiu o envolvimento da geração mais jovem, uma vez que o processo de produção envolve diferentes etapas: o corte do tecido, o desenho do bordado, a costura e o acabamento final dos produtos. É interessante observar que, no momento presente, homens de diferentes idades – adultos e jovens – têm se envolvido cada vez mais na produção de artesanato, o que talvez seja um reflexo da falta de opções em iniciativas de desenvolvimento agrícola, devido à introdução de novas tecnologias em áreas rurais que poupam mão de obra.

Como acontece na maioria dos projetos produtivos e empreendimentos, este grupo particular teve que se reorganizar diante da pandemia, inovando a confecção e venda de produtos em tempos de isolamento social. As mulheres que fazem parte deste empreendimento foram capazes de introduzir técnicas sofisticadas como a arte de bordar “richelieu” para a fabricação de máscaras e turbantes, que de acordo com Kelly Santos, um dos membros do grupo, ganhou muita atenção devido à sua singularidade, como um incomparável produto nos mercados. As vendas de máscaras e tererês para cabelo geraram uma renda significativa durante os últimos sete meses.

Ao longo dos últimos 20 anos, o empreendimento de artesanato composto pelas 64 mulheres também tem sido capaz de melhorar seus procedimentos internos e regulamentos de uso, definindo direitos e responsabilidades para os membros, além de melhor organizar a distribuição de tarefas entre todos os envolvidos. Neste sentido, foram tomadas algumas medidas, como a criação de um fundo utilizado para a manutenção do projeto, bem como um sistema que regula a entrada e saída de pessoas quando não estão cumprindo suas funções.

Desde o início do grupo, o maior desafio que teve de enfrentar tem a ver com o processo de comercialização. Muitas das mulheres do grupo afirmam que estão em busca de uma grande empresa que poderia comprar seus produtos de forma constante, em vez de ter que vendê-los individualmente, por meio de canais diferentes. A criação de um importante ponto de referência para a venda, bem como contatos do grupo com alguns vendedores em outros estados (como a Bahia) que oferecem maiores vantagens e preços mais altos para seus produtos, obteve resultados positivos. As mulheres envolvidas neste empreendimento enfrentam o desafio de desenvolver novas formas de comercialização *online*, como plataformas digitais, bem como promover suas obras de arte através de redes sociais, programas de televisão e rádio. Ao longo do último ano, especialmente diante da pandemia, ocorreu uma mudança, no sentido de que foram desafiadas a descobrir novas estratégias através da intensificação do uso de métodos de comunicação social envolvendo redes sociais. Paralelamente a este processo, é importante notar que o Projeto Dom Távora em si tem investido em estratégias para comunicação social, através do desenvolvimento de podcasts e outros programas *online*, como o Conversa do Quintal. Sem dúvida, tem havido avanços significativos nesse sentido,

especialmente durante a pandemia, período crítico que forçou a equipe do Projeto e os membros dos grupos de mulheres, como este de Nova Brasília, a criar estratégias novas e inovadoras que envolvem plataformas virtuais.

Outra grande dificuldade enfrentada pelo grupo envolve a precificação dos produtos que faça justiça à sua mão de obra – às horas envolvidas neste importante trabalho com bordados –, especialmente no caso de uma técnica como “richelieu”, que é muito refinada e requer tanta atenção e diligência. Esta questão está intimamente ligada à autoestima e à valorização do seu fazer, uma vez que muitas vezes as mulheres que desenvolveram estas competências não validam o valor do trabalho artesanal que realizam diariamente e o que ele realmente envolve em termos de tempo e esforço. As mulheres engajadas nesta iniciativa tendem a subestimar as horas gastas, de tal forma que o seu preço final não reflete todos os seus esforços. O fato de também ser difícil encontrar clientela que aprecie verdadeiramente o preço que merece ser pago por estes produtos torna este um desafio ainda maior. Raramente, preços nos mercados convencionais são determinados com base no tempo e esforço canalizados para o processo de produção – no caso, respectivamente, produtos artesanais ou com beneficiamento mínimo que são fabricados através de atividades culinárias.

Se olharmos para a história do grupo, é possível identificar certos marcos nas suas trajetórias, todos eles representando o fortalecimento de formas de auto-organização como artesãs, bem como a afirmação de seus percursos e identidades profissionais. Já foram parte de um grupo informal, por exemplo, e fizeram uma transição para sua formalização”, através de procedimentos internos que levaram a um maior senso de organização. Ao longo do tempo, aprenderam a importância de fazer parte de um esforço coletivo e engajar-se profundamente em processos destinados a qualificar suas ações, como planejamento e monitoramento de suas atividades em relação à produção e comercialização de artesanato. É também importante notar que dez mulheres deste grupo participaram do projeto piloto de cadernetas agroecológicas, o que lhes permitiu descobrir o valor do seu trabalho, provando a sua capacidade produtiva para si e para outros (maridos, filhos, líderes comunitários). A caderneta agroecológica permite registrar todas as dimensões do processo produtivo, mostrando os resultados do seu trabalho com artesanato, como o dinheiro originado das vendas ou a importância de atos de doação e troca de insumos - diferentes tipos de



matéria-prima que indiretamente influenciam transações econômicas. Este tipo de *feedback*, que é possível através de um simples instrumento destinado a registrar atividades produtivas, mas que assume uma maior importância quando é o objeto de reflexão em “rodas de conversa”, ajuda a elevar a autoestima e reforçar a autonomia de suas ações, bem como ilustra a importância de ser parte de processos organizativos nos quais mulheres assumem a liderança.

CAPÍTULO 8

Grupo “Mulheres Unidas de San Antônio” (MUSA) no Uruguai



1. Introdução

O grupo Mulheres Unidas de San Antônio (MUSA) é formado por um conjunto de unidades familiares que foram beneficiadas pelo Projeto Piloto de Inclusão Rural (PIIR), realizado pela Direção Geral de Desenvolvimento Rural do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca (DGDR) no Uruguai, em parceria com o FIDA no departamento de Canelones. Esse grupo de mulheres, que originalmente era formado por 14 membros quando foi fundado em 2012, tem os seguintes objetivos: desenvolver novas práticas agrícolas, aumentar sua renda e estreitar seus laços com outras instituições, programas e projetos, na busca pelo desenvolvimento sustentável do território rural de Canelones.

O grupo construiu sua trajetória em torno da busca pelo acesso à terra e pelo compartilhamento de uma propriedade na área rural, bem como de ferramentas e equipamentos, de forma coletiva. Esta experiência é especialmente significativa porque evidencia uma série de elementos-chave fundamentais para a organização social: a construção de um grupo liderado por mulheres que é voltado para o desenvolvimento agrícola no campo e que também é fortemente arraigado nas dinâmicas familiares; ênfase no intercâmbio intergeracional (idosos, adultos e jovens); a construção de uma rede comunitária de base territorial; e trabalho em rede que envolve parcerias entre os setores público e privado.

Este grupo também abriu um importante precedente na história da organização social no setor rural do Uruguai devido aos seguintes fatores, dignos de nota:

- i. Capacidade de um grupo de mulheres de base comunitária obter acesso à terra por meio de negociação não apenas com a instituição pública responsável por dar suporte em questões fundiárias – o Instituto Nacional de Colonização –, mas também de articulação com uma rede complexa de diferentes instituições estatais dedicadas a uma ampla gama de questões, do desenvolvimento agrícola ao progresso social;
- ii. MUSA é considerada atualmente uma cooperativa agrária, com uma mulher como presidente e famílias com mulheres à frente, que está profundamente imerso nas dinâmicas comunitárias e também tem um papel ativo na construção de redes locais e regionais que se estendem para além do contexto imediato;
- iii. A experiência exemplificada pelo MUSA pode ser considerada um importante exemplo de uma política pública louvável, servindo como uma grande referência na região para promover a permanência das famílias rurais no campo, de forma que sirva de fonte de inspiração no combate ao alto grau de êxodo das famílias rurais para os centros urbanos.

Para compreender plenamente a complexidade envolvida na trajetória deste grupo em particular, foi extremamente importante receber diferentes pontos de vista e perspectivas sobre a evolução do MUSA a partir de diferentes fontes de informação: funcionários/as do PIIR, técnicos/as de diversas instituições e os próprios membros do grupo. Nesse sentido, é importante reconhecer as pessoas³⁹ que foram entrevistadas para este processo de sistematização, listadas na nota de rodapé.

O significado de ser um grupo de mulheres fica claro no entendimento, por parte das integrantes que participam desse processo de organização, de que a noção de “igualdade de gênero” sempre esteve presente nas estratégias e ações que decidiram adotar. Seu desejo é garantir que as mulheres tenham acesso ao uso de equipamentos, como tratores, e nos processos de tomada de decisão sobre o uso e distribuição de recursos e insumos. Um forte elemento do desenvolvimento do MUSA como grupo está ligado ao seu processo de capacitação econômica por meio do ganho de dinheiro em atividades produtivas que as coordenam como indivíduos e não

³⁹As seguintes pessoas foram entrevistadas para obter uma compreensão completa do contexto social que envolve o MUSA e sua evolução ao longo do tempo: (a) Do grupo MUSA: Mary Cazaux, Gloria (Lola) Otton, Sandra Fabra e María Caraballo; (b) 3 técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social do Programa de Ruralidade: Hugo Andrés Taberme Hernández (Agrônomo), Nilson Medina (Especialista em cooperativismo e psicólogo social), Marcelo Alejandro Mazzuia Ferreira (Psicólogo social); (c) Outros especialistas/técnicos: Silvia Mercedes Yacosa Bruno (DGDR); Emily Baldassari Leguisamo (Agrônoma, Consultora para gênero e populações vulneráveis do FIDA).

como “assistentes” de seus maridos – um processo que envolve sua relação direta com os circuitos comerciais – sem mediação – e sua capacidade de entrar em diversos mercados.

É importante lembrar que no contexto da agricultura familiar no meio rural, a família é vista como uma frente unida, na qual há uma complementariedade de tarefas, como se cada membro atuasse de acordo com os interesses coletivos. Nos estudos realizados por Chayanov (1974), Tepicht (1973) e Galeski (1975) dentro da tradição da Sociologia Rural, a ideia apresentada é a de uma “estrutura familiar camponesa” que ganha sustentabilidade econômica por meio da cooperação entre seus membros. Esta concepção é tão prevalente que é difícil trazer à tona os conflitos que se escondem no interior das unidades familiares e que têm a ver com as dinâmicas assimétricas do poder, uma vez que muitas vezes homens são vistos como os “grandes produtores,” que se responsabilizam pelo processo produtivo na íntegra, enquanto mulheres e crianças são vistas como meras “ajudantes” ou “assistentes”. Quando as mulheres se tornam agentes econômicos, que contribuem individualmente para o desenvolvimento agrícola, como é o caso do grupo MUSA, há uma mudança nessa lógica que tradicionalmente tem orientado nosso pensamento sobre as dinâmicas familiares no contexto dos projetos de desenvolvimento rural.

É fundamental também refletir sobre o fato de que a MUSA nasceu no berço de uma estrutura mais ampla e abrangente – a Associação de Desenvolvimento Rural –, que neste momento é formada por 400 famílias de diferentes áreas de San Antônio, a grande maioria dos quais são pequenos agricultores que se dedicam principalmente à produção hortícola. Apesar de sua forte ligação com esta organização, as mulheres não sentiam que suas necessidades estavam sendo totalmente representadas – visto que seu objetivo desde o início era obter acesso à terra e adquirir uma renda suficiente para melhorar sua qualidade de vida em Canelones. O que é interessante observar é que, ao longo do tempo, elas passaram a se definir como um “grupo de mulheres”, plenamente engajadas na luta mais ampla pelos direitos das mulheres, e progressivamente ganharam representação em espaços como a Diretoria Nacional da Rede de mulheres rurais,⁴⁰ que estabeleceu uma ligação direta com o Conselho Nacional de Gênero. Dessa forma, têm assumido um papel central na intervenção em políticas públicas do Uruguai, por meio da construção de espaços

de diálogo direto com os poderes públicos governamentais. Esse ambiente favorável, no que se refere aos direitos das mulheres, está profundamente ligado ao cenário político e aos tipos de políticas públicas ratificadas nos últimos 15 anos, como a Lei nº 19.781 (agosto/2019), que estabelece um precedente para a aceitação de outras formas de titulação de terras, como a concessão de posse conjunta de terras a mulheres e homens em igualdade de condições.

Ao mesmo tempo, é importante destacar que esse grupo tem evoluído no sentido de envolver plenamente homens, adolescentes e crianças, tornando-se mais integrado como uma empresa familiar. Hoje o grupo é composto por 5 mulheres que contam com a colaboração de 5 homens, todos com mais de 30 anos. Houve uma redução no número de mulheres envolvidas no grupo ao longo do tempo; mas, ao mesmo tempo, solidificou-se um maior senso de comprometimento por parte de quem participa das atividades do grupo. Essa transição – envolvendo a integração dos membros masculinos da família – ocorreu quando sua produção se consolidou e exigiu maior atenção às formas internas de organização. Embora as mulheres sejam, definitivamente, as protagonistas, elas relatam que, no momento atual, há uma colaboração maior por parte dos familiares do que havia nos estágios iniciais. Segundo os dois técnicos que acompanham o MUSA, Hugo Andrés Taberne Hernández e Nilson Medin, ambos funcionários do Ministério do Desenvolvimento Social no Programa de Ruralidades, os familiares masculinos – maridos e filhos – que se envolveram nesta iniciativa foram aos poucos reconhecendo as vantagens de poder se sustentar ao longo do tempo, bem como a possibilidade de ganhar autonomia sobre sua situação econômica. Trabalhar com autonomia em seus terrenos permite-lhes escapar da instabilidade provocada por outras formas de renda, visto que grande parte dos agricultores está sujeita às condições estabelecidas pelos proprietários que contratam mão de obra para trabalhar em grandes extensões de terra, voltadas para monocultivos. Segundo os técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social (MIDES), isso implicou também na mudança da lógica que geralmente orientava os esforços de organização, pois esses familiares masculinos passaram a entender que se tratava de um grupo de mulheres em que as mulheres assumiam posições de liderança. Fazer parte de uma iniciativa liderada por mulheres – esposas ou mães – é bem diferente de construir um empreendimento coletivo em que os homens assumem um lugar de liderança.

⁴⁰A “Rede de Mulheres Rurais” do Uruguai é formada por aproximadamente 120 mulheres que fazem parte de 12 grupos. Facilitam as ações locais de grupos de mulheres rurais, bem como desenvolvem conexões entre grupos de mulheres e instituições rurais.

2. Contexto político: A construção do PPIR e suas repercussões nos processos de auto-organização das mulheres no Uruguai

O Projeto Piloto de Inclusão Rural (PPIR)⁴¹ foi executado pela Direção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR) do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca (MGAP) com o apoio do FIDA no período de 2015 a 2019 com o objetivo de validar ferramentas inovadoras em favor da redução da pobreza rural. O PPIR foi construído de forma que, além de ser um projeto promotor de interação entre instituições, dialogasse com as dinâmicas ocorridas no nível territorial, com espírito de abertura aos projetos produtivos e sociais, bem como capacidade de envolver diretamente as mulheres beneficiárias. O processo de implementação do PPIR envolveu o uso de vários instrumentos e políticas para o reconhecimento dos direitos das mulheres rurais e a incorporação da perspectiva de gênero no setor rural. Acredita-se, por exemplo, que o projeto PPIR no Uruguai influenciou a legislação, motivando uma mudança nas normas e leis que regulam a propriedade da terra, bem como avançando no sentido de permitir uma maior apropriação deste recurso pelas mulheres rurais, que foi formalizado oficialmente em 2019.

Apesar de em seu projeto não haver uma estratégia institucional voltada para as questões de gênero ou instrumentos concretos que pudessem ser utilizados, havia uma ação afirmativa que estabelecia a necessidade de cotas para a participação feminina (25% para mulheres e 15% para jovens), e o incentivo para que grupos de mulheres fossem estimulados a apresentar propostas de projetos, como a norma de que grupos com mais de 25% de mulheres beneficiárias poderiam apresentar uma contrapartida menor em termos de recursos. Um fator que definitivamente contribuiu para o fortalecimento das formas de organização social das mulheres e o acesso aos recursos produtivos e insumos foram as convocatórias de projetos voltados para grupos de mulheres que ocorreram com frequência e que permitiram sua autoidentificação como possíveis beneficiárias diretas. A DGDR implementou os grupos chamados Somos Mulheres Rurais, com



© MUSA, arquivo

o objetivo de dar maior visibilidade aos coletivos de mulheres rurais de base. Vale destacar que na primeira convocatória para mulheres rurais em 2015, 126 projetos foram apresentados por 1.054 mulheres e na segunda convocatória, ocorrida entre 2017 e 2018, 94 projetos foram apresentados por mais de 600 mulheres.

O que é interessante observar é que, apesar dessas lacunas na concepção do Projeto, havia uma estratégia de atuação descentralizada por meio de investimentos na formação de equipes de Assistência Técnica nos territórios. Tal esforço envolvia a preparação para o trabalho com a questão de gênero, no sentido de desconstruir a divisão tradicional que é preeminente nos serviços de ATER - entre “trabalhos realizados com homens agricultores” no campo produtivo e “trabalhos realizados com mulheres agricultoras” no campo social (culinária, artesanato e assim por diante) -, além de um investimento no fortalecimento das capacidades de liderança feminina dentro de organizações de base comunitária. Segundo Emily Baldassari Leguisamo, Consultora de Gênero e focalização do FIDA, o PPIR teve a oportunidade de trabalhar diretamente com mulheres que ganharam acesso à terra pela primeira vez e que também se tornaram donas de gado, mudando a lógica que historicamente tem afirmado o homem como naturalmente mais propenso a servir como o principal produtor ou proprietário de gado.

⁴¹O PPIR envolve um total de US\$ 5,8 milhões, dos quais US\$ 4 milhões são fornecidos por um empréstimo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA). O projeto começou a ser executado no segundo semestre de 2015 devido principalmente a limitações orçamentárias. A data de conclusão do projeto foi originalmente programada para 30 de setembro de 2018, mas foi prorrogada até 30 de setembro de 2019.

A assistência técnica tomou um rumo interessante a partir da política adotada pela Diretoria de Desenvolvimento Rural do Uruguai. Na ocasião, também se discutiu a agenda das questões femininas no Uruguai, que abrangia a luta pela inserção das mulheres na agenda política e nas instâncias organizacionais para o desenvolvimento rural, como a Comissão Nacional de Gênero. Muitos sinais de avanços podem ser notados no cenário nacional que tiveram um impacto positivo nas mulheres rurais durante o período de 2017 e 2019, como a legislação de “direitos de propriedade coletiva” para casais, que garantiu que mulheres pudessem ser consideradas proprietárias das terras em certos casos – uma conquista importante, visto que historicamente foi negado às mulheres o acesso aos direitos à terra, não apenas no Uruguai, mas também em muitos outros países da América Latina. Além disso, em 2017, a agenda das mulheres rurais foi incorporada na Estratégia Nacional para a Igualdade de Gênero, que passou a fazer parte do Decreto Presidencial, além de se tornar um importante componente do Quarto Plano de Governo Aberto do Uruguai em 2018.

Destaca-se a capacidade do projeto PPIR de promover medidas específicas de estímulo às formas de organização e participação direta das mulheres nos processos produtivos, como editais específicos de propostas de projetos dirigidos a grupos de mulheres. Essa estratégia foi fundamental para o fortalecimento organizacional do MUSA e pode servir como um bom exemplo para outros projetos apoiados pelo FIDA. Uma vez que os planos de investimento direcionados a grupos e organizações de base, como associações, cooperativas, grupos específicos (de mulheres e jovens), são um elemento crucial dos desenhos de projetos do FIDA, seria importante refletir sobre a eficiência dessas “chamadas” específicas para propostas de projetos voltadas especificamente para esses grupos sociais (mulheres, jovens, comunidades indígenas ou afrodescendentes, entre outros).

3. A história do MUSA: seus principais marcos, vitórias e retrocessos

O grupo está situado em uma região – San Antônio – que é considerada uma das principais fornecedoras de hortaliças e, segundo os integrantes da MUSA, o conhecimento dos/as moradores/as sobre a produção agrícola vem do seu trabalho ao longo dos anos como peões de grandes propriedades – uma condição que eles esperam mudar. A falta de acesso a terras e recursos financeiros representam obstáculos estruturais que este grupo enfrenta desde o início de sua existência e que as mulheres envolvidas neste empreendimento têm sistematicamente buscado superar. Desde que o grupo passou a se definir enquanto Coletivo e a ter acesso a recursos financeiros, os/as integrantes esperavam provar que é viável trabalhar a terra e viver da produção agrícola, libertando-se de sua condição histórica de trabalhadores em grandes propriedades onde deveriam submeter-se às regras dos latifundiários, para se tornarem donos de si mesmos, com liberdade para determinar as condições de seu trabalho e seus benefícios tangíveis. Por isso, quando o terreno lhes foi concedido pelas autoridades governamentais, foi colocada uma placa no terreno com o seguinte lema: “Missão cumprida!”

O grupo MUSA, que começou com 14 mulheres e agora é composto por 5 mulheres e seus familiares, tem se concentrado na produção de uma variedade de vegetais: alface, tomate, alho, ervilha, alfaça, batata doce, alho, alho-poró, abóbora e abobrinha. Sempre quiseram melhorar o seu trabalho no campo produtivo, fazendo uma análise do solo que lhes permitisse respeitar o ciclo produtivo de cada vegetal, bem como ganhando acesso a sementes e fertilizantes. Ao longo dos anos, eles têm atribuído muita importância aos equipamentos que “economizam mão de obra” e “economizam tempo”, como tratores que facilitam sua carga de trabalho, além de reduzir sua vulnerabilidade diante de diferentes tipos de doenças e enfermidades causadas por condições precárias de trabalho.

Inovações tecnológicas, quando introduzidas em um projeto ou programa a partir de uma perspectiva de gênero, podem ser vistas como um passo importante para aliviar a carga de trabalho das mulheres na produção agrícola rural. No entanto, o mero uso de equipamentos tecnológicos não garante que as mulheres vivenciem uma mudança notável em suas rotinas ou se sintam fortalecidas por tais medidas. No

caso do MUSA, os/as integrantes do grupo viram no acesso a equipamentos como tratores uma importante medida a ser tomada na luta pela igualdade de gênero, o que explica por que, em um de seus primeiros projetos apresentados ao PPIR com apoio do FIDA, o trator foi incluído como um componente vital de sua proposta. A atual presidente da MUSA, Mary Cazaux, afirma que a capacidade para operar um trator de maior dimensão representou uma grande vitória, dado o ponto de vista, que é disseminado de modo corrente, de que as mulheres não seriam capazes para tal. As mulheres do grupo também explicam que participam desde 2012 de treinamentos práticos que as ensinaram a manejar o trator de forma mais eficaz, o que consideram de extrema importância na utilização desse tipo de equipamento. Esta vertente também foi incorporada nos serviços de assistência técnica prestados ao grupo, com foco na gestão responsável dos diversos tipos de equipamentos e na construção de regras para a sua utilização.

No seu processo de organização, o grupo adquiriu competências administrativas, mas também aprendeu a enfrentar os desafios da gestão financeira. Têm recebido apoio de assistência técnica, como contadores, que prestaram seus serviços, ajudando-as a lidar com o pagamento de diferentes custos, incluindo impostos. Assim, afirmam que ganharam um senso de autonomia no que diz respeito à gestão de tais tarefas no contexto de projetos que tenham sido aprovados nos últimos oito anos. Elas desejam adquirir mais expertise em administração financeira, de forma que possam aplicar o dinheiro que ganharam em um ano na aquisição de materiais e insumos sem passar por contratempos financeiros no próximo. Descobrir estratégias eficazes de planejamento de processos (tanto financeira quanto administrativamente) como grupo tem sido fundamental para seu crescimento, e celebram o fato de não terem estado sós neste árduo caminho, contando constantemente com o apoio de técnicos que acompanham o grupo desde que foi fundado.

A luta do grupo pelo acesso à terra para a produção agrícola foi longa e árdua e, nesse processo, sem dúvida, as mulheres que fazem parte desta construção coletiva abriram novas portas na política de gestão da terra no Uruguai. Começaram a consolidar sua identidade como um grupo quando um pequeno grupo de mulheres – três no total – fez

um acordo com uma das integrantes do grupo para plantar em seu terreno, onde aproveitavam a água de um poço para regar as plantas. O passo seguinte envolveu um processo de negociação com a MEVIR, uma instituição que se dedica a proporcionar melhores moradias a diferentes grupos sociais, aproveitando terreno baldios e cheios de lixo para suas finalidades. Neste momento, também receberam apoio do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca, no âmbito do “PPIR”, Projeto Piloto de Inclusão Rural, Programa apoiado pelo FIDA. O grupo se expandiu para incluir 15 mulheres que trabalharam inicialmente em quatro hectares de terra cedidos pelo MEVIR,⁴² onde produziam alface em “micro túneis” revestidos de nylon, no que poderia ser considerada uma estufa. O apoio que receberam do Fundo Rural foi utilizado para diversos tipos de equipamentos e instrumentos de trabalho, como um pequeno trator. É interessante observar que em ambas as experiências iniciais, a terra era compartilhada de forma coletiva e a receita financeira gerada com a venda era dividida igualmente entre todas as mulheres envolvidas.

Em janeiro de 2017, a MEVIR solicitou ao grupo que abandonasse este terreno devido à necessidade de o utilizar para a construção de moradias, e em diálogo com o Instituto de Colonização,⁴³ o MUSA conseguiu obter uma fração de terreno de 13 hectares para continuar seu trabalho coletivo na terra. No entanto, a transição de um terreno pequeno para um maior gerou uma demanda por mais recursos financeiros, o que é um dos grandes desafios do MUSA e tem motivado sua busca por apoios por meio de editais específicos.

Este grupo foi o primeiro grupo de mulheres a receber em Canelones um terreno do Instituto de Colonização, o que é muito significativo quando consideramos a história do direito à terra no Uruguai e a evolução da legislação que regulamentou o acesso das mulheres à terra. Foram definidos os termos de utilização para o grupo: foi cedido ao grupo um arrendamento de terras a longo prazo com possibilidade de o repassar aos herdeiros, desde que o grupo permanecesse unido. É importante ouvir uma das frases gratificantes das mulheres que participam do MUSA sobre os ganhos que tiveram: “Agora já não preciso me ajoelhar, porque já não trabalho na terra dos outros. Eu sou dona de mim mesma e sou capaz de prover minha própria segurança financeira.” Nesta frase, podemos testemunhar

⁴²A MEVIR é uma organização legalmente criada em 1967 com o objetivo de erradicar as condições insalubres de vida. Dedicar-se à construção de moradias populares em terrenos baldios.

⁴³O Instituto de Colonização (INC) tem desempenhado como instituição as seguintes funções: a promoção do parcelamento das terras e a sua devida exploração, visando o aumento e a melhoria da produção agrícola. A área ocupada pelo INC representa 4% da área agrícola total do país, segundo o Censo Geral Agropecuário realizado em 2011. O INC arrenda grandes terrenos para produtores a um preço muito baixo. Uma etapa relevante nesse processo é a seleção dos candidatos por meio de convocações públicas e abertas.

claramente a estreita ligação entre ser dono da própria terra, no sentido coletivo, e ser dono de si mesmo. “Ser dona de si mesma” envolve ganhar uma força interior e um senso de empoderamento em todos os sentidos da palavra – politicamente, socialmente e economicamente. Ressalta-se que, apesar de esse terreno ser alugado ao grupo, que deveria assumir a responsabilidade de pagar ao Instituto de Colonização do governo federal pela sua utilização anual, os benefícios são múltiplos, como o fato de que pagam um preço pequeno pelo uso dessas terras, em comparação com o preço que é pago pelo aluguel de terras de terceiros. Essas considerações são cruciais para um grupo como o MUSA, visto que um de seus principais objetivos tem sido obter um maior senso de autonomia sobre o uso da terra.

Além disso, este pedaço de terra foi o primeiro concedido a um grupo dedicado exclusivamente à produção de vegetais, o que geralmente é visto como menos lucrativo do que outros tipos de empreendimentos econômicos. Embora San Antônio seja uma região em que a produção de hortaliças é uma de suas marcas, promover uma proposta de produção de hortaliças em pequena escala é significativo porque desafia o conceito de produção em larga escala, atrelada a cultivos mais convencionais e comercialmente aceitáveis. O fato de tal proposta vir de um grupo liderado por mulheres rurais fazia parte do seu apelo, além de ser um dos fatores que explica porque tal proposta pode ser classificada como “inovadora”,⁴⁴ em alinhamento com dois fatores principais: (i) sua capacidade de possibilitar o acesso direto das mulheres à terra, o que historicamente não era permitido às mulheres rurais, visto que as propriedades estavam em nome de familiares do sexo masculino; (ii) pela escala e foco de suas atividades produtivas, que se diferenciam claramente dos projetos convencionais de produção agrícola.

Outra dimensão desse processo de acesso à própria terra que é importante analisar é como isso influenciou suas formas de organização social. Nos primeiros anos de existência do grupo MUSA, o terreno era gerido de forma coletiva e a renda gerada era repartida entre todos os envolvidos. Quando o grupo fez uma transição e ganhou acesso a um pedaço de terra maior por meio de suas negociações com o INC, a terra foi dividida entre os membros e suas famílias. O grupo afirma que mesmo que essa terra seja dividida entre seus membros para uso como unidades familiares, há um consenso entre as mulheres que lideram esta iniciativa de que é necessário haver um

mecanismo para administrar o processo produtivo e os recursos financeiros de forma coletiva. Isso explica algumas das decisões que foram tomadas recentemente, como a proposta de dividir o terreno entre todos os integrantes do grupo, designando dois hectares para cada uma das cinco famílias, mas mantendo também um pequeno pedaço de terra para uso coletivo, para que possam criar um “fundo” voltado para despesas do grupo. Cada uma das famílias tem horários diferentes e muitas delas têm outros empregos. Maria é uma das associadas que se dedica integralmente às tarefas que envolvem a produção agrícola e declara que está constantemente trabalhando na preparação da próxima colheita logo que a primeira termine, pois “sobrevive economicamente do que se planta e se colhe.” Cada uma das famílias procura respeitar o uso do tempo umas das outras, ao mesmo tempo que determina momentos de encontro para cultivar o espírito de grupo e tomar decisões importantes. A experiência de administrar um pedaço de terra coletivamente, como um grupo, foi definitivamente um fator importante na união de seus membros e na afirmação de seu senso de identidade coletiva.

Outro aspecto que revela a capacidade do grupo de renovar suas estratégias é a incorporação de mulheres e familiares de diferentes gerações, desde crianças até idosos, todos com estratégias distintas de trabalho com a terra. Ao mesmo tempo em que essas trocas intergeracionais são enriquecedoras, muitas vezes surgem tensões devido às diferentes visões apresentadas por jovens, adultos e idosos no que diz respeito ao planejamento da produção agrícola.

Os integrantes do grupo afirmam que cinco de seus filhos formaram um grupo vinculado ao MUSA e em 2018 receberam apoio da Direção Geral de Desenvolvimento Social (DGDR) por meio de um projeto específico denominado “*Somos de Acá*” (“Somos Daqui”),⁴⁵ com o objetivo de ter acesso a insumos que lhes permitam contribuir para a produção agrícola nos 13 hectares recentemente conquistados em negociações com o Instituto de Colonização. Essa proposta foi uma forma de aproveitar uma oportunidade de políticas públicas do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca para canalizar a mão de obra dos jovens para que eles pudessem gerar capacidades e compreender a importância de sua participação em projetos coletivos.

⁴⁴A inovação é altamente valorizada nos projetos do FIDA e é o foco dos processos de gestão do conhecimento, especialmente no que diz respeito aos esforços de “cooperação sul-sul”. Um dos principais objetivos do FIDA é a sistematização de inovações tecnológicas e metodológicas, classificadas como “práticas exemplares”.

⁴⁵“Somos de Acá” (“Somos Daqui”) é uma convocatória de propostas de projetos lançada pelo “Programa de Desenvolvimento Rural”, voltada para os jovens com menos de 29 anos. É semelhante à convocatória de Projetos “Somos mulheres rurais” que teve como foco específico as mulheres rurais, revelando a ênfase dada às necessidades específicas de grupos como mulheres e jovens em projetos de desenvolvimento agrícola rural.

4. A interação do grupo com os serviços de assistência técnica: como maximizar sua produção e chegar aos mercados

Os serviços de assistência técnica têm sido prestados principalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que busca o equilíbrio na composição de suas equipes, tanto no aspecto técnico (para assessoria nas atividades produtivas), quanto no social (para assistência na organização social, associativismo e cooperativismo). Os projetos elaborados até o momento têm buscado suprir lacunas, bem como atender às demandas do grupo, como o uso de tecnologias intensivas. Também articulam a necessidade de orientar as agricultoras e suas famílias para o uso responsável de fertilizantes químicos e defensivos agrícolas. Existe a intenção, por parte de muitos dos técnicos, de sensibilizar os grupos para a produção orgânica. As mulheres do MUSA reconhecem o valor da assistência técnica, citando os técnicos como “mediadores” entre o governo e os grupos locais de base, pois aqueles entendem a “linguagem” do Estado e são capazes de representar as demandas do grupo diante das autoridades governamentais públicas.

Um dos grandes desafios desse grupo é como produzir vegetais (alface, tomate, etc.) que atendam aos padrões comerciais do mercado local e regional, já que o objetivo principal do grupo é a geração de renda. A comercialização dos seus produtos tem ocorrido no Mercado Modelo de Montevideu,⁴⁶ através da ação de agentes que atuam como atravessadores. Tem sido um desafio constante obter a renda suficiente para distribuir entre os associados e ainda deixar uma reserva de recursos para investir em matéria-prima. Os integrantes do grupo afirmam que no início de seus esforços de organização, o valor da renda que cada um ganhava era maior, pois como havia menos mulheres no próprio grupo, cada um recebia um montante maior de recursos financeiros. Esse é um dos motivos pelos quais o grupo tem lutado para ganhar um terreno maior, pois acredita que isso irá maximizar sua produção e permitir um sólido retorno de renda.

Outro desafio é como conseguir um canal direto de comercialização, visto que historicamente as mulheres foram submetidas a atravessadores, que mediam suas relações com os mercados, especialmente no principal mercado do Uruguai – o Mercado Modelo, um mercado municipal central atacadista de frutas e verduras em Montevideu, Uruguai, que é conhecido por receber a maior quantidade de produção do país, cujos produtos são redistribuídos para pontos de comércio locais e regionais. Desde a criação do grupo MUSA, o Mercado Modelo tem representado o principal canal de escoamento da produção para os seus membros, em parte devido à sua curta distância (60 km de distância), e também pelos impedimentos que dificultam o fácil acesso a outros mercados, como a dificuldade de conseguir um veículo de transporte e também a falta de tempo para investir em tais esforços.

Mercados como o Mercado Modelo centralizam a produção e tendem a distanciar os agricultores de seus clientes, em profundo contraste com as feiras livres, que possuem não só um valor comercial, mas também uma relevância social, devido aos processos de socialização que são desencadeados entre as comunidades rurais e urbanas, entre consumidores e produtores. Nesse sentido, é importante destacar a feira que é promovida pelo Fundo Territorial e ocorre a cada 15 dias, na qual o MUSA como um grupo consegue fazer contato com um amplo leque de mulheres de outras áreas. Outra estratégia tem sido a construção de cestas, compostas por legumes e frutas que prevalecem em cada estação, e que têm cada vez mais procura, sobretudo pelo fato de serem cultivados de forma orgânica. Todas são iniciativas importantes que visam fortalecer os pequenos circuitos de comercialização; no entanto, as mulheres do grupo MUSA afirmam claramente que não existe uma forte tradição cultural envolvendo a compra direta de produtos dos produtores da Zona de Canelones. Embora reconheçam o valor de feiras e mercados abertos, também reconhecem que o volume do que se vende é significativamente inferior ao do Mercado Modelo, que serve como uma referência importante para todos.

Percebe-se que vender seus produtos em cestas básicas que são entregues aos clientes, ou via feiras, conhecidas como “pequenos circuitos de comercialização” para desviar dos atravessadores e melhorar os preços, têm sido uma medida importante para ganhar autonomia. No entanto, as integrantes do grupo também reconhecem certas limitações,

⁴⁶O Mercado Modelo é o maior mercado do país. Está localizado em Montevideu e as vendas são feitas diretamente com os produtores que possuem caminhão ou van e também através de intermediários (a quem chamam de caminhoneiros ou comissários) que cobram pelo transporte da mercadoria, além de uma comissão de 10 ou 15%.

como a necessidade de receber dinheiro em um pequeno espaço de tempo (4 a 5 dias), reduzindo tempo de espera, já que grande parte do dinheiro recebido é reinvestido em matérias-primas (sementes, fertilizantes, etc.). Esse processo de reinvestimento em materiais considerados cruciais para garantir a produção agrícola pesa muito sobre eles, pois diminui a renda que recebem. Esse é um dos motivos que tornam a agroecologia como modelo de desenvolvimento agrícola rural tão atraente, pois dispensa a necessidade de contar com tantos recursos e insumos para manter os ciclos produtivos em constante rotação.

Recentemente, as famílias associadas ao MUSA decidiram criar uma cooperativa de forma a permitir a comercialização direta, o que consideram um passo importante. Essa decisão envolveu muitas discussões com os técnicos que auxiliam o grupo do MIDES sobre os diferentes modelos de cooperativas, os prós e os contras de cada tipo de estrutura jurídica e os passos a serem dados para formalizar essa transição organizacional. Elas desejam estabelecer um canal direto de comercialização, bem como diversificar as diferentes possibilidades de comercialização dos produtos. Também discutem a necessidade de melhorar sua produção, de forma que agregue valor a os seus produtos alimentícios⁴⁷ e também estabeleça uma relação direta e constante com os clientes. Uma das formas de agregar valor aos seus produtos seria passar por um processo de certificação orgânica ou agroecológica,⁴⁸ algo que estão explorando como opção, por meio da orientação dos serviços de assistência técnica local. Também estão explorando diversas técnicas de embalagem e rotulagem de produtos, o que tem sido foco do trabalho dos técnicos que acompanham este grupo e seus familiares.

De acordo com o técnico que apoia o grupo desde 2016, o grupo vive uma transição da agricultura mecanizada convencional para a agroecologia, de forma que se encontram no meio de um processo gradativo que visa eventualmente alcançar um ideal de plena produção agrícola orgânica. Essa prática intermediária é concebida como o que os técnicos chamam de “produção integrada”, na qual buscam reduzir a quantidade de agrotóxicos para amenizar seus efeitos negativos. Os membros da MUSA manifestam interesse por outras formas de produção de vegetais e manifestam o desejo de reduzir a aplicação de pesticidas, dados os seus efeitos negativos na sua saúde,

na saúde dos consumidores e no ambiente. Afirmam que o uso de agrotóxicos era visto como uma necessidade, em parte para que pudessem combater as pragas, bem como ter seus vegetais aceitos no mercado, que tinha como fator preponderante – que pesava na opinião pública – sua aparência.⁴⁹ Além disso, existe a preocupação em realizar a produção orgânica devido à proximidade com seus vizinhos, para que não sejam afetados negativamente pelo uso de agrotóxicos. Os técnicos têm incentivado o grupo a considerar também as possibilidades comerciais que a produção agrícola orgânica pode apresentar, visto que tais sistemas produtivos sustentáveis abrem possibilidades de clientela e mercados alternativos. Há uma expectativa de que também possam lograr preços mais favoráveis vendendo produtos agroecológicos do que inserindo produtos cultivados de maneira tradicionais em mercados convencionais.

4. Formas de apoio financeiro, parcerias e esforços de construção de redes

O grupo tem uma longa história de projetos produtivos e obteve acesso a fundos de uma ampla gama de instituições nos últimos 8 anos. Um dos projetos que o grupo teve acesso é através da iniciativa Somos Mulheres Rurais, um edital de convocação promovido pela Direção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR) do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca (MGAP).⁵⁰ O projeto mais recente, aprovado em 2017, tem um forte foco na saúde ocupacional e nas formas de prevenção de doenças, uma preocupação que as mulheres integrantes do MUSA expressam, devido à sua extensa rotina de trabalho e condições insalubres de trabalho. Nesse sentido, uma série de treinamentos foram sugeridos pelos técnicos para alcançar práticas agrícolas mais sustentáveis, bem como reduzir o uso de agrotóxicos. A proposta é aproveitar a Policlínica do departamento de San Antônio como um espaço para essas atividades, que será aberto a outros grupos da área, visto que este espaço é uma referência para as comunidades daquele determinado território. Outra demanda tem sido no sentido de melhorar

⁴⁷Uma das formas de agregar valor aos produtos é por meio da atenção à rotulagem e embalagem dos produtos, que podem parecer um detalhe simples, mas têm consequências importantes quando se trata de “colocar um preço” em tais produtos vendidos em diversos sistemas de mercado.

⁴⁸No contexto do Uruguai, a produção agroecológica é menos visível do que a produção “orgânica”, que tende a fazer uso do discurso dedicado à filosofia e à mentalidade associada às noções de “alimentação saudável” e “estilos de vida saudáveis”.

⁴⁹Os vegetais que recebem aplicações de agrotóxicos tendem a ter tamanhos maiores, o que confirma a ideia de que são mais robustos e atraem esteticamente muitos consumidores. A noção de que agrotóxicos são mais eficazes no “combate às pragas” faz parte da ideia da agricultura mecanizada como um “grande pacote de múltiplos instrumentos” necessários para “maximizar a produção”, que foi amplamente difundida a partir dos anos 1960, durante a Revolução Verde.

⁵⁰A DGDR possui algumas políticas consideradas centrais que estruturam a sua atuação no Desenvolvimento Rural. Dentre elas, as principais ações são consideradas: (i) produtivas; (ii) projetos de fortalecimento institucional; (iii) Mesas Tabelas de Desenvolvimento Rural.

as condições dos espaços utilizados para fins coletivos pelas mulheres e suas famílias, de forma que possam realizar reuniões, ter acesso à cozinha e ao banheiro, além de dispor de local para armazenamento dos vegetais coletados durante as colheitas e para os instrumentos de trabalho.

O grupo tem recebido muito apoio de diversas organizações desde a sua fundação e também tem demonstrado grande capacidade de construir parcerias com um amplo conjunto de instituições, como a Policlínica de San Antônio, além de outros grupos que fazem parte da Sociedade para Desenvolvimento Rural de San Antônio. Vale ressaltar que o MUSA tem muita visibilidade no Uruguai e serve como referência para outros grupos e organizações. Como comentou um dos membros do grupo: “O governo nos ajudou com dinheiro e não há como devolver esse dinheiro ao estado. Portanto, devemos fazer a nossa parte – estar presentes, recebendo as pessoas e contando-lhes sobre a nossa experiência”. As mulheres do grupo também se consideram muito abertas à colaboração com outras instituições, desempenhando um papel socialmente no nível da comunidade e além. Segundo Lola, uma das lideranças mais experientes do grupo, “O grupo está sempre em contato com muitas pessoas, desde autoridades do estado, da área de cultura, saúde pública, colonização, etc. Há muito tempo as visitas se tornaram menos intensas por causa do COVID-19, mas estamos acostumados a receber muitas pessoas representando organizações de vários distritos do Uruguai”. Há dois anos, o MUSA começou a participar da Rede de Mulheres do Uruguai, que tem sido um espaço estratégico de trabalho em rede com mulheres de outras regiões e municípios, refletindo sobre a importância da conquista dos direitos das mulheres e elaborando propostas de projetos.

Uma das instituições que tem sido especialmente importante no apoio a iniciativas e empréstimos é a Policlínica de San Antônio. A Policlínica é citada como um espaço que tem promovido oficinas de capacitação e sessões de conscientização sobre questões de gênero e empoderamento das mulheres, sendo uma importante fonte de informação. Enfatizam a importância das oficinas realizadas sobre saúde mental, preocupações ocupacionais (por medidas de segurança no trabalho), hábitos alimentares saudáveis, práticas de agricultura orgânica, medidas de proteção com agrotóxicos e temas afins. Muitas dessas oficinas também aconteceram com homens (maridos e filhos das mulheres), focando em questões específicas, como a construção social da masculinidade, a divisão sexual do trabalho e as formas de violência doméstica. Devido ao seu intenso envolvimento com a Policlínica, muitos deles

decidiram fazer parte da Comissão de Saúde, que representa um espaço de acompanhamento, de forma periódica, das políticas na área de saúde pública. As mulheres declaram que perceberam que a Policlínica precisava de sua ajuda e decidiram fazer parte desta Comissão, como quem se beneficia diretamente de suas ações, de forma a colaborar no pleno aperfeiçoamento das ações e estratégias.

Uma das ações que aconteceu dentro da Policlínica foi a construção de um almanaque com imagens de mulheres e homens exercendo atividades que muitas vezes não são tidas como “adequadas para mulheres”, em parte por serem consideradas tarefas “masculinas”, como por exemplo, dirigir um trator. Essa ferramenta visual, que apresentava mulheres e homens em papéis diferentes daqueles que lhes são designados socialmente, foi crucial para desconstruir estereótipos de gênero e criar novos esquemas de referência para as relações sociais.

Nos últimos quatro anos, o grupo tem enfrentado o desafio de formalizar seus direitos e responsabilidades no processo de aquisição deste terreno junto ao Instituto de Colonização por meio da construção de uma modalidade organizacional conhecida como cooperativa agrária, que está assentada em princípios legais. Este tipo de cooperativa pode se articular com outros empreendimentos no nível territorial que operam a partir de uma lógica semelhante. A construção de uma cooperativa é vista como uma medida favorável aos órgãos governamentais, que têm estimulado sistematicamente essas formas de organização social. Segundo Mary Cazaux, uma das fundadoras do grupo, “continuam a ser o grupo de mulheres denominado MUSA”, o que se mostra claramente na sua relação com todas as instituições ou redes de que participam. No entanto, ela deixa claro que para fins judiciais, eles assumiram a identidade de MUSA Cooperativa Agrária Limitada.

A adaptação ao contexto político mutável muitas vezes envolve a necessidade de reformular estratégias sem alterar a essência dos grupos sociais. Pode-se mostrar que é o caso deste grupo MUSA: seus integrantes entendem que cada momento requer diferentes tipos de respostas, além de provocar a necessidade de assumir novos papéis e funções. Ao mesmo tempo, as mulheres que integram este grupo reconhecem que um elemento permanecerá eternamente o mesmo: a dedicação das mulheres que estão na vanguarda desses processos produtivos a uma nova visão das relações sociais de gênero. A luta pelo seu empoderamento econômico e político é uma luta que continuará a uni-las pelos próximos anos.

BIBLIOGRAFIA

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, María Jesús, Escritos sobre género y economía. Madrid: Akal, 2006.

CARRASCO, Cristina. La economía feminista. Un recorrido a través del concepto de reproducción. Revista Vasca de Economía, v. 1, n. 91, p. 50-75, 2017.

CONTEI, I.L.; SCHROEDER, E.O. Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. FAURGS/ REDEgenteSAN / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília-DF, Brasil, Editora IABS, 2013.

ESMERALDO, Gema Silveira Leite. Onde a Vida pode Florescer. Experiências de Mulheres Agricultoras no Semiárido do Nordeste do Brasil em torno da Produção da Existência. Artigo apresentado na Oficina “Gênero e Ruralidades” – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ, Agosto/ 2019

FOLBRE, N. Measuring Care: Gender, Empowerment and the Care Economy. Journal of Human Development, v. 7, n. 2, jul 2006.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. Revista Ciência Hoje, n. 28. 1987.

Weitzman, R., Jalil, L. et. al. Cadernetas Agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020. Relatório.” PROGRAMA SEMEAR INTERNACIONAL. Salvador, Bahia, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2020.

SAFFIOTI, H; FERRANTE, V.L.B. *Famílias rurais no estado de São Paulo: algumas dimensões da vida feminina*. In: BRUSCHINI, M. C.; ROSEMBERG, F. (orgs.). Trabalhadoras do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVA, R. M. A.da. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido. Tese de doutorado. UNB/Brasília. 2006.

SIQUEIRA, A.E.S.S. de; SANDENBERG, C. M. B. Mulheres agricultoras: um olhar feminista e geracional. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.7, n.1, p.34-42, jan/abr, 2014.

SIQUEIRA, A.E.S.S. de; SANDENBERG, C. M. B. Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no Semiárido Baiano. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo (NEIM). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2014.

WEITZMAN, R. *Mulheres na Assistência Técnica e Extensão Rural* in: Políticas para as Mulheres Rurais: uma análise da implementação. Brasília, DF: NEAD- Nucleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2010, v. I, 200 p.



Investindo nas populações rurais

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

Via Paolo di Dono, 44, 00142 Roma RM, Italy

Tel +39 06 54592012

ifad@ifad.org

www.ifad.org

facebook.com/ifad

instagram.com/ifadnews

linkedin.com/company/ifad

twitter.com/ifad

youtube.com/user/ifadTV

ISBN 978-92-9266-134-2

